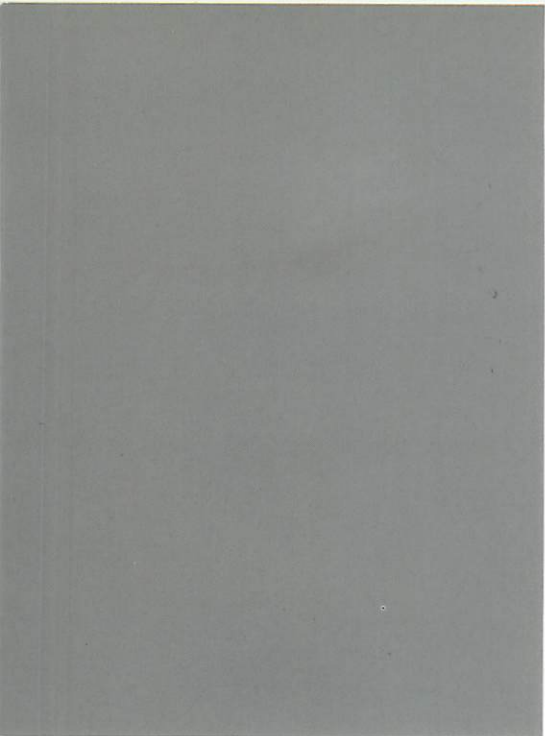


# Dialeto mineiro e outras falas

Estudos de variação  
e mudança lingüística



# Dialeto mineiro e outras falas

Estudos de variação  
e mudança lingüística

Maria Antonieta A. M. Cohen  
Jânia M. Ramos  
Organizadoras

# Dialeto mineiro e outras falas

Estudos de variação  
e mudança lingüística

Faculdade de Letras/UFMG  
Belo Horizonte  
2002

Copyright © 2002 by Maria Antonieta A. M. Cohen e Jânia M. Ramos

Capa, Projeto Gráfico e Editoração:  
Marco Antônio e Alda Durães

Ficha catalográfica elaborada pelas bibliotecárias da FALE/UFMG

D536

Dialeto mineiro e outras falas : estudos de variação e mudança lingüística / Maria Antonieta A. M. Cohen, Jânia M. Ramos, organizadoras. – Belo Horizonte : Faculdade de Letras / UFMG, 2002.  
197 p.

ISBN: 85-87470-30-2

1. Língua portuguesa – Dialeto – Minas Gerais.  
I. Cohen, Maria Antonieta A. M. II. Ramos, Jânia M.

CDD : 469.798

# Sumário

<b>Apresentação</b>	
<i>Maria Antonieta A. M. Cohen e Jânia M. Ramos</i> . . . . .	7
<b>Sobre a história dos infinitivos introduzidos por <i>de</i> no português mineiro</b>	
<i>Maria Auxiliadora da Fonseca Leal</i> . . . . .	11
<b>Indicativo e/ou subjuntivo em orações completivas objetivas diretas do português: uma volta ao latim</b>	
<i>Sandra Maria Gualberto Braga Bianchet</i> . . . . .	31
<b>Sobre as origens do “aonde” na língua portuguesa</b>	
<i>César Nardelli Cambraia</i> . . . . .	41
<b>O emprego do <i>ele</i>-acusativo: do português brasileiro ao latim</b>	
<i>Heloísa Maria Moraes Moreira Penna</i> . . . . .	67
<b>Reanálise do -s final e o ‘drift’ românico: o caso do ladino</b>	
<i>Maria Antonieta A. M. Cohen</i> . . . . .	83
<b>Reanálise de estruturas locativas no judeu-espanhol oriental</b>	
<i>Aléxia Teles Duchowny</i> . . . . .	91

Varição nas construções pronominais dos verbos psicológicos: uma decorrência de diferentes percursos históricos	
<i>Evelyne Dogliani Madureira</i> . . . . .	109
Sobre ordem em miniorações e a noção de incorporação	
<i>Geralda F. S. Rodrigues</i> . . . . .	131
Qualificativo 'Dona' e nomes próprios: análise diacrônica de dados do português mineiro de Barra Longa-MG	
<i>Soélis Teixeira do Prado Mendes</i> . . . . .	141
A alternância entre "não" e "num" no dialeto mineiro: um caso de mudança lingüística	
<i>Jânia M. Ramos</i> . . . . .	155
Negativa pré- e pós-verbal: implementação e transição	
<i>Mônica G. R. Alkmim</i> . . . . .	169
A variação lingüística eles/es e a indeterminação de sujeito	
<i>Lucas Teles Corrêa</i> . . . . .	183

# Apresentação

Fazem parte do presente volume artigos que se ocupam de processos de variação e mudança lingüística no português mineiro e em outras falas. Resultam de pesquisas de docentes da Faculdade de Letras da UFMG, da Graduação e da Pós-Graduação, bem como de alunos e ex-alunos da pós-graduação (mestrado e doutorado) em Estudos Lingüísticos. Embora não cubra a totalidade dos nossos trabalhos, este volume é representativo do tipo de pesquisa diacrônica realizada na Universidade Federal de Minas Gerais nos últimos anos.

A característica da maioria dos artigos desta coletânea é o uso de dados reais de língua, tanto falada como escrita, gravados e/ou transcritos segundo critérios estabelecidos, organizados num *corpus* coerente. Muitos dos que constam do presente volume tiveram como *corpora* dados reais do português mineiro, presente e passado. Nos artigos de Penna e de Prado Mendes, dados de documentos notariais do português lusitano e do mineiro de períodos pretéritos foram explorados, comprovando a hipótese já anteriormente defendida (cf. Cohen, Prado e Seabra, 1998) da relevância desse tipo de documentação para a pesquisa diacrônica. Em Ramos, Alkmin e Corrêa, dados do português contemporâneo belorizontino são explorados.

Os artigos agrupam-se em duas orientações gerais, dentro do tema geral de variação e mudança lingüísticas. A primeira focaliza a mudança sintática, identificando e descrevendo processos com base no tempo aparente e no tempo real, e buscando na teoria de princípios



e parâmetros uma explicação para os (epi)fenômenos analisados. Ramos trata da variação entre *não* e *num*, mostrando um percurso de cliticização; Alkmim discute a implementação e transição de negativas do tipo [*Não V Não*]; Rodrigues trata da ordem dos constituintes em miniorações, mostrando que a ordem sujeito/predicativo é preferencial hoje e resulta de incorporação; Corrêa trata da variação entre *eles/es*, identificando aí um percurso de cliticização. Todos esses artigos argumentam haver enfraquecimento de uma categoria X<sup>2</sup> funcional. Este conjunto de trabalhos pertence a dois grandes projetos Novos Clíticos do Português Brasileiro (CNPq)<sup>1</sup> e Para a História do Português Brasileiro.<sup>2</sup>

A segunda orientação focaliza a evolução histórica de estruturas do português e de outras línguas, através da análise do equilíbrio instável entre mudança e retenção lingüística, tendo como base *corpora* dados reais de línguas contemporâneas e pretéritas, efetivamente realizados e armazenados. Caracteriza-se como uma Lingüística Histórica de base empírica, em que os dados são explorados mais qualitativamente do que quantitativamente, embora informações quantitativas sejam consideradas relevantes. Toma como ponto de partida a língua contemporânea, voltando a períodos pretéritos num espaço de tempo preferencialmente superior a três ou quatro séculos. Leal trata da estrutura preposição *de+infinitivo* como um caso de retenção sintática e inovação léxica na história do português; Bianchet estuda o uso de indicativo pelo subjuntivo em orações objetivas diretas no português contemporâneo, e numa volta ao latim mostra ser a oscilação entre os modos indicativo e subjuntivo um processo de mudança apenas para os verbos factivos; Cambraia discute as origens do *aonde*, e seu significado 'lugar em que' e 'lugar a que'; Penna explica a permanência do pronome *ele* em função acusativa no português contemporâneo brasileiro, voltando à sua origem demonstrativa no latim; Cohen trata da questão do -s marcador de plural e marca explícita de concordância no sintagma nominal português, como parte de uma deriva românica, em comparação a

---

<sup>1</sup> Projeto Integrado, sob coordenação da Profa. Jânia M. Ramos.

<sup>2</sup> Projeto de Equipe, de âmbito nacional, que reúne, há cinco anos, pesquisadores de oito regiões do Brasil, e tem como coordenador geral o Prof. Dr. Ataliba Castilho.

dados do judeu-espanhol ocidental (haketía) e do ladino, indicando estar este envolvido em processos de reanálise diacrônica; Duchowny estuda a reanálise e gramaticalização diacrônicas de estruturas locativas com *onde* do judeu-espanhol oriental; Prado Mendes analisa o uso do qualificativo '*dona*' + *nomes próprios* no português mineiro, tanto presente quanto passado. Esse último conjunto de textos liga-se a projetos de Linguística Histórica<sup>3</sup> e um deles ao projeto Filologia Bandeirante.<sup>4</sup> Madureira apresenta uma discussão sobre processos de difusão lexical, onde toma como objeto construções pronominais com verbos psicológicos.

Belo Horizonte, 21 de setembro de 2001

Maria Antonieta A. M. Cohen e Jânia M. Ramos

---

<sup>3</sup> Projetos apoiados pelo CNPq, desde 1992, dentre os quais o sub-projeto 'Banco de Textos para Pesquisa em Linguística Histórica – BTLH' – sob orientação da Profa. Maria Antonieta Cohen.

<sup>4</sup> Projeto temático que, desde 1998, com apoio da Fapesp, reúne pesquisadores de 04 universidades brasileiras: USP, UFMT, UFGO, UFMG.

# Sobre a história dos infinitivos introduzidos por *de* no português mineiro\*

Maria Auxiliadora da Fonseca Leal  
FALE/UFMG

As línguas mudam com o passar do tempo. Isso ocorre, porque elas constituem realidades dinâmicas, sujeitas, portanto, à transformações no eixo do tempo. Assim, “estruturas e palavras que existiam antes não ocorrem mais ou estão deixando de ocorrer, ou, então ocorrem modificadas em sua forma, função e/ou significado” (FARACO, 1991, p. 10).

SILVEIRA, 1954, p. 28, afirma que Fernão d’Oliveira, nosso primeiro gramático, em 1536 já escrevia: a sintaxe (“Cõstrução”) – embora sujeita a certas “leis e regras” – se determina com o uso, porque as “desproporções ou dessemelhanças” aformoseiam a língua.

Também NASCENTES, 1968, p. 18, diz que a “regência *como tudo na língua*<sup>1</sup> não é imutável. Cada época tem sua regência, de acordo com o sentimento do povo, o qual varia conforme as condições novas de vida”.

No presente trabalho propomo-nos a investigar alguns aspectos da doutrina gramatical portuguesa na área da sintaxe. Pretendemos analisar alguns verbos seguidos da preposição “**de+infinitivo**”, no Português Moderno (PM) e no Português Antigo (PA), na tentativa de esclarecer determinados pontos da classificação dos verbos e da caracterização dos complementos preposicionados do sintagma verbal,

---

\* Este artigo tem como base LEAL, (1992), dissertação de mestrado defendida e aprovada na UFMG, sob orientação da Profa. Dra. Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen.

<sup>1</sup> Grifo nosso.

como também identificar processos de mudanças ou fenômenos de retenção que possam ter ocorrido/estar ocorrendo nos mesmos.

## O corpus

O “corpus” utilizado no presente trabalho é constituído de uma amostragem representativa de dois grandes períodos da Língua Portuguesa, a saber, o Português Antigo (PA) e o Português Moderno (PM).

Como dados do PA foram coletados excertos das seguintes coletâneas:

BUENO, Silveira. *Antologia Arcaica*, “Trechos em Prosa e Verso”, coligidos em obras do Século XIII ao Século XVI, São Paulo: Livraria Acadêmica, 1941.

HERCULANO, Alexandre. *Portugaliae Monumenta Historica* “Chronicas Breves de Santa Cruz de Coimbra”, 1876.

MATTOSO, José. *Narrativas dos Livros de Linhagens*. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.

NUNES, J. J. *Crestomatia Arcaica*, 4. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1943.

VASCONCELLOS, L. José. *Textos Arcaicos*, 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica, 1922.

Os dados do PA colhidos por nós correspondem ao período arcaico da língua, isto é, do Século XII até o Século XVI. Ao analisar o “corpus” do PA fazemos referências ao Português Moderno na tentativa de estabelecer um confronto entre a experiência lingüística do leitor contemporâneo, conhecedor da Língua Oral Contemporânea (LOC)<sup>2</sup> e a modalidade arcaica da língua. Toda a amostragem foi tirada de documentos em prosa.

Os dados do Português Moderno têm como parâmetro a **LOC (Língua Oral Contemporânea)** – A amostragem dessa modalidade de língua foi colhida através de gravações e de anotações feitas no

---

<sup>2</sup> Vale lembrar que os textos do Português Arcaico apresentam características muito mais próximas dos textos da língua oral contemporânea que os textos do Português Moderno.

momento de sua enunciação por parte de falantes do segmento “culto” universitário (faixa etária de 18 a 40 anos), moradores da cidade de Belo Horizonte-MG.

Durante as gravações apresentamos algumas estratégias para minimizar o efeito negativo do gravador, como por exemplo, a nossa participação direta na interação com os informantes, procurando fazê-los concentrar no “quê” falar e não no “como” falar.<sup>3</sup>

Apesar de o Português Antigo apresentar numerosas características de oralidade, ele é basicamente, para nós, leitores do século XX, uma modalidade escrita. O fato de compararmos duas modalidades em princípio diferentes, isto é, PA e LOC, não constitui problema para a nossa análise já que os textos arcaicos, como já dissemos, apresentam muitos traços de oralidade.

O problema da classificação verbal tem sido objeto de controvérsias entre gramáticos, filósofos e lingüistas, e não é fácil delimitar fronteiras entre objeto direto, objeto indireto, obviamente entre verbos transitivos diretos e indiretos, de um lado, e entre verbos transitivos diretos e auxiliares, de outro. Os complementos preposicionados em Português que são objeto de estudo neste trabalho não são classificados pela Gramática Tradicional.

O assunto é amplo, tem implicações semânticas de grande escala e deveria abranger um estudo de todas as classes verbais do português, tarefa que excede, naturalmente, os limites do nosso trabalho, motivo pelo qual nos detivemos em verbos evidenciados pelos dados em duas modalidades: PM e PA.

Nossa pesquisa tem como fundamento descrição de dados das duas modalidades de língua referidas acima; a análise por nós proposta para as construções em estudo, tanto na parte sincrônica, quanto, e, conseqüentemente, na diacrônica, deriva da descrição atribuída a esses dados, que constituem por si um “corpus” original. A concepção de Lingüística Histórica que nos norteia segue Bynon (1977/1983):

A Lingüística Histórica procura investigar e descrever a maneira pela qual as línguas mudam ou conservam suas estruturas através do tempo; seu domínio é, portanto, a língua no seu aspecto diacrônico.

---

<sup>3</sup> É importante ressaltar que não estamos centrando nossa atenção em diferenças dialetológicas e sim na ocorrência do chamado acusativo preposicional.

(...) que a língua de fato muda através dos tempos torna-se logo evidente quando documentos escritos na mesma língua mas de diferentes períodos de tempo são examinados.

(...) Isto significa que é possível abstrair dos documentos a estrutura gramatical da língua de cada período e, desta forma, uma série de gramáticas sincrônicas podem ser postuladas e comparadas. As diferenças em suas estruturas sucessivas podem então ser interpretadas como reflexo do desenvolvimento histórico da língua.

Segundo essa perspectiva, fragmentos de gramáticas sincrônicas foram postulados para o período arcaico e o período moderno da língua portuguesa, a fim de caracterizarmos os complementos verbais seguidos por **de+infinitivo** como objetos diretos preposicionados ou não, tomando como conceituação de objeto direto um conjunto de traços que o definem. Apresentamos também, nos dados do PM, algumas regências nominais ligadas ao **de+infinitivo**, na tentativa de evidenciarmos uma mudança em curso tanto da regência verbal quanto da regência nominal.

Procederemos agora à comparação dessas duas gramáticas sincrônicas (ou fragmentos de gramáticas sincrônicas) com o objetivo de identificar mudanças que possam ter ocorrido ou não nesses padrões, na linha de Bynon (1977, 1983), conforme evidenciado no excerto transcrito acima.

Observem-se alguns dados do Português Antigo:

- (1) "...supitamente **começaron de ouvir** torvões..."  
(BUENO, 1967, p. 80)
- (2) "... **Costumamos de poer** parte da bondades de cada huum..." (LOPES, 1945, p. 1)
- (3) "...nós não **deuemos d'ajudar** os maaos homes..."  
(HERCULANO, p. 74)
- (4) "...estes fidalgos **desejavam** muito **de cobrar** a Vila..."  
(MATTOSO, 1983, p. 123)
- (5) "... que aly **entendia de dar** muytas delicadas higuarias..." (NUNES, 1953, p. 75)
- (6) "(...) e tijnham já (...) como quem **esperava de ver** grandes (...)" (J.J. Nunes, Séc. XV)

- (7) "... indo a todo seu poder para **ferir da espada**, dõ Alcarac..." (NUNES, 1953, p. 54)
- (8) "Per qual guisa **havia de vencer...**" (MATTOSO, 1983, p. 32)
- (9) "... **Husamdo sempre de mesuradas** pallauras e corteses..." (LOPES, 1945, p. 2)
- (10) "... em guisa que se nom **ousauom de teer** com elle..." (LOPES, 1945, p. 23)
- (11) "... que achara huum mouro doemte e lazerado e lhe **pedira da água** que bevesse por Deus..." (BUENO, 1967, p. 60)
- (12) "... E a grua, ouvimdo sseu prometimento, **prometeo de lhe dar** ssaude..." (NUNES, 1953, p. 73)
- (13) "... foi mui triste porque se **temeo de perder** dom Rodrigo Froiaz..." (MATTOSO, 1983, p. 37)
- (14) "... como aquella que he leal e verdadeira, se **trabalhou sempre de ajudar** estes reynos." (LOPES, 1945, p. 8)

Os verbos listados acima, obviamente, apresentam outras variações de regências. Como nosso enfoque é a regência **de+infinitivo**, não as registramos. No PA, as formas preposicionadas que seguem os verbos **começar, haver, ousar, prometer, temer** e os verbos **ferir pedir e usar**, de valor partitivo, de acordo com os dados examinados, são mais frequentes que as não-preposicionadas.

Em Camões, 1572, encontramos as seguintes regências: "**Acertar de, começar de, desejar de, determinar de, dever de, jurar de, ordenar de, pretender de, procura de, prometer de, propor de, usar de, trabalhar de**".<sup>4</sup>

Como já foi dito, para as regências dos verbos do PA, Camões também utiliza outras regências para os referidos verbos. No entanto, são mais correntes **começar de, pretender de, prometer de, desejar de**.<sup>5</sup>

<sup>4</sup> Cf. CAMÕES, Lvis. *Os Lusíadas*. Reprodução paralela das duas edições de 1572. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982. (IX-33), (VIII-76), (I-16), (IX-22), (I-84), (I-24), (VIII-II), (IV-58), (III-38), (I-54), (IV-85), (VIII-70), (IV-51).

<sup>5</sup> Podemos afirmar, de acordo com nossos dados, que **de** é a preposição mais freqüente no PA e o mesmo parece ocorrer no PM.

Vejam agora alguns dados da Língua Oral Contemporânea:

- (14) “Ela não **aguenta mais de saudade**”
- (15) “A angústia às vezes nos **atrapalha de viver**”
- (16) “Ela é **caprichosa de trazer** todo o material para a Escola”
- (17) “Quando ele **cisma de sair**, ninguém o convence a ficar”
- (18) “Ela **conformou de ficar lá**”
- (19) “**Conheço das suas qualidades** artísticas”
- (20) “**Criticam** eles **da política salarial**”
- (21) “Eles **deviam de olhar** mais para as crianças”
- (22) “O governo precisa **entender das razões** da classe média”
- (23) “Eu **esperava de ser** melhor”
- (24) “Nós **estávamos pensando de fazer** uma reforma no apartamento”
- (25) “Ela **evita de subir** escadas”
- (26) “Quem se **oferece de fazer** a ata”
- (27) “As correções **inibiram-me de escrever**”<sup>6</sup>
- (28) “Ela não **interessa de vir** aqui”
- (29) “**Inventamos de fazer** uma redação coletiva”
- (30) “Você pode me dar **licença de conversar** com minha mulher”
- (31) “Achei **lindo de ver** a alegria das crianças”
- (32) “Alguém vai **morrer de bala perdida**”
- (33) “Hoje acontecem muitas coisas que eu nunca **pensei de ver**”

---

<sup>6</sup> A estrutura (27) foi coletada de um texto escrito produzido por uma aluna de graduação da UFMG. A propósito, registramos também, no jornal “Folha do Padre Eustáquio, 1998, p. 7, o seguinte exemplo:

“A roteirista **inventa de desenvolver** certos personagens da história e deixa ao longo o original”. Crônica de Jeferson de Andrade intitulada: *Hilda Furacão: outra Farsa da TV-Globo*.



- (34) “A aeronáutica **pesquisa do assunto**”<sup>7</sup>
- (35) “Essa menina é **preguiçosa de andar**”
- (36) “Ela estava com **pressa de sair**”
- (37) “Nunca **preocupamos de fazer** tal perguntas”
- (38) “Não vou **proibi-la de pegar** os livros”
- (39) “Ele me **prometeu de mandar** o enfermeiro”
- (40) “Vem depois prá **provar do bolo**”
- (41) “Ela **recusou de** assinar o acerto”
- (42) “Se ela **resolver de voltar** eu te aviso”
- (43) “As mulheres se **revoltaram de ficar marginalizadas**”
- (44) “Eles **sentiram da** necessidade desse sentimento”
- (45) “Eu nunca **sonhei de cantar** com ela”
- (46) “Minha mãe **trabalha de professora**”
- (47) “**Use da sua capacidade** de pensar”

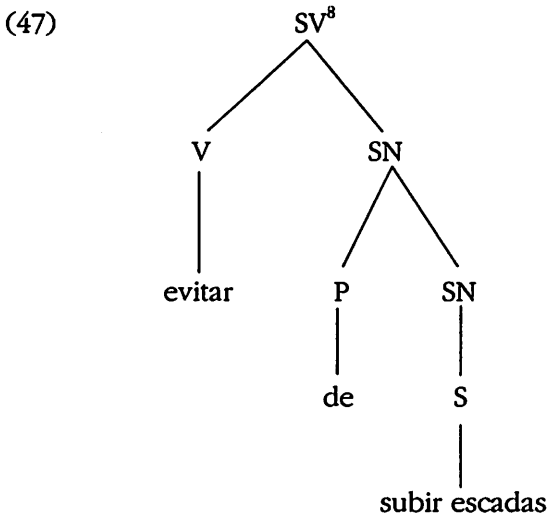
Comparando os verbos analisados nos dois períodos de língua, identificamos dois tipos sintáticos, de acordo com os tipos de complementos que estes selecionam, isto é, SN's oracionais ou não-oracionais, e de acordo com a preposição que os segue: **de**, são eles:

- 1) **V + de + SN não-oracional**
- 2) **V + de + infinitivo**

O tipo (2) que apresenta formas infinitivas não-flexionadas, está sendo considerado por nós, na maioria dos casos, como um SN que teria a configuração que se segue:

---

<sup>7</sup> É interessante observar que a prep. **de** substitui sem prejuízo de sentido outras preposições da língua portuguesa como **em, sobre, para,** e algumas locuções. Cf. as estruturas (30) (34), (36),(24) (32), (26), (43), etc.



Ou seja, existe um nóculo SN que domina uma preposição e um outro SN que, por sua vez, se expande numa oração.

A nossa análise discutiu se tais SN's constituem ou não objetos diretos oracionais e, como são precedidos de preposição, se constituem, na verdade, objetos diretos preposicionados oracionais.

As estruturas (30), (31), (32), (35), (36), registram o emprego de regências nominais **de+infinitivo**. Parece-nos que esse tipo de complemento está sendo ampliado da classe dos verbos para a classe dos nomes. No entanto, não vamos contrapor esses dados do PM aos do PA. Limitar-nos-emos aos aspectos mais consensuais da regência verbal sem discutir os pontos controvertidos para evitar alongar-nos muito. Mollica (1989), p. 16, afirma:

Há sempre previsibilidade, por parte da tradição gramatical, da presença ou ausência do nexos preposicional "de". Assim, nos contextos em que a norma *prevê* ou *prefere* o uso de "de", a presença/ausência da preposição leva o nome de **Queísmo**. Naqueles em que se *prescreve* completamente o emprego de "de", a presença de "de" recebe o nome de **Dequeísmo**.

Para ela, **Queísmo** não é uma variação recente. É a forma mais antiga. **Dequeísmo** é inovação. Observamos, em nossos dados, que

<sup>8</sup> SV - sintagma verbal - SN - sintagma nominal.

a variação do complemento **de+infinitivo/Øinfinitivo** também é antiga na língua e ocorre também no espanhol.<sup>9</sup> Embora a tradição gramatical recomende/prefira a regência com a preposição elíptica, a variação **de+infinitivo** na LOC, do falar belorizontino, é mais freqüente com os verbos **evitar, inventar, entender, cismar, dever, pensar**, dentre outros. Ao nosso ver, a inserção da preposição **de** pode vir a efetivar-se com o passar do tempo. Em determinados contextos, a preposição **de** “modifica/acresce significação. Cf. “Beber o vinho” e “Beber do vinho”, “Ela evita de comer doce”, “A correções inibiram-me de escrever”.

Muitos lingüistas e gramáticos têm tentado apontar o valor semântico das preposições “essenciais” do português e de outras línguas românicas. Dentre eles POTTIER ((1962),<sup>10</sup> (1968, 1973), BORBA (1971),<sup>11</sup> MONTEIRO (1959), MATTOS E SILVA (1989), DIAS (1970), BERG (1998). Apresentaremos algumas dessas posições:

Monteiro 1959, p. 54

A precisão com que, nas línguas românicas, traduzem as preposições a idéia dos casos prova como foi natural e espontânea a evolução do latim (...). Dos casos de que constava a declinação latina foi o genitivo e o dativo que deram mais realce à preferência da língua vulgar pelas formas analíticas. Desde que apareceram aqueles dois casos expressos por preposição, não há dúvida de que a fase sintética da língua chegava a seu termo.

---

<sup>9</sup> Real Academia Española (1973) em nota p. 522 afirma “Inversamente, se produce con frecuencia en la lengua “descuidada” un uso superfluo de la preposición **de** ante oraciones complementarias introducidas por que: “Me dijeron de que saliese”. “Temo de que lo hagan mal”. Notadamente vulgar es **el mismo empleo abusivo ante infinitivo objecto directo**: “No me **hagas de reír**”. Grifos nossos. Do nosso ponto de vista, não se trata de uso abusivo, mas de uma escolha por parte do falante. A inserção da preposição acresce um reforço da idéia expressa.

<sup>10</sup> POTTIER, B. Systématique des Éléments de Rélation: *Etude de Morphosyntaxe Structurale Romane*. Paris: Libr. Klincksieck, 1962.

\_\_\_\_\_. *Lingüística Moderna y Filología Hispánica*. Madrid: Ed. Gredos, 1968.

POTTIER, B. AUDUBERT, A. e PAIS, C.T. *Estruturas lingüísticas do português*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

<sup>11</sup> BORBA, F. da S. *Sistema de preposições em português*. Tese de Livre Docência. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1971.

Segundo Monteiro, a preposição era prefixa e modificava o verbo. Esse uso excessivo de preposições que ocorreu em todas as línguas românicas, se estendeu à forma infinitiva. Vejam o que diz Monteiro 1959, p. 57:

E convém o exemplo, em que a preposição se acha unida ao infinitivo, para mostrar como as preposições, alargando pouco a pouco a sua esfera no plano da sintaxe, acabaram por ser requeridas até onde mais lhes era vedado aparecer no Latim Clássico. Em português e noutras línguas românicas chegaram ao ponto de antepor-se ao infinitivo na função de sujeito.<sup>12</sup>

Também VASCONCELLOS, 1959, p. 145-149 admite o emprego da preposição **de** diante de+infinitivo como complemento direto: "...avia em coração de = tinha no intento" e como sujeito precedido de **de** "... e por esto lhe compre de se trabalhar de saber bem conhecer todas estas cousas..." p. 74.

DIAS 1970, pp. 131, 132, 133, 134, dentre os vários significados atribuídos ao **de**, afirma que essa preposição serve para designar pessoa/coisa como objeto de uma ação ou sentimento.<sup>13</sup>

Berg 1998, p. 115 diz:

... a preposição atua com uma significação semântica de segunda ordem, ajudando na interpretação de seu complemento, não sendo, portanto, ela, a preposição sozinha, a responsável pela significação do complemento.

Como vimos, as preposições apresentam valores semânticos pertinentes à significação dos complementos por elas introduzidos. Quanto à preposição **de** parece-nos plausível afirmar que a mesma exerce duplo papel. De um lado, ela reforça a idéia expressa pelo complemento. De outro, substitui outras preposições da língua sem prejuízo de sentido. Não seria, portanto, exagero dizer que **de** parece ser a preposição *coringa* em português, tanto do ponto de vista sincrônico, quanto do ponto de vista diacrônico.

---

<sup>12</sup> É interessante notar que Monteiro em sua argumentação usa a variação **de+infinitivo**: "Em latim vulgar **deviam de ser** freqüentes as construções irregulares,..." (Grifo nosso).

<sup>13</sup> Dentre os vários significados atribuídos à preposição *de* destacamos os seguintes: movimento, de afastamento de um limite; proveniência, ponto de partida, separação no espaço; tempo; origem, idéia de extração; causa, agente; assunto; meio, instrumento, modo.

## 1. Verbos que ocorreram nas duas modalidades de língua: casos de retenção

O verbo **dever de + infinitivo** foi analisado como auxiliar modal, **usar de + SN** como transitivo (ODP), e **pedir de + SN** também como transitivo (ODP). Esses verbos apresentam sentido e estrutura semelhantes nas duas fases da língua.

O verbo **começar** apareceu ligado ao infinitivo através da preposição **de** no PA. No entanto, nesse tipo de estrutura, ele não foi registrado por nós no “corpus” sob análise. Sabemos que as gramáticas contemporâneas se dividem quanto à sua classificação: **começar a** é auxiliar para Kury (1985) e Luft (1983) e é transitivo para Pontes (1973), para o sujeito animado.

Nossa sugestão de análise para o PA coincide com a proposta de Kury e Luft para o PM: **começar** é um verbo auxiliar. Desta forma, tendo se mantido o tipo sintático e, ao que parece, o significado, o referido verbo será considerado por nós como um caso de retenção.

### 1.1. Verbo + de + SN não-oracional

Vejam agora os verbos que ocorreram ligados aos seus complementos através da preposição **de**. São eles: **pedir de + SN** (ODP) e **usar de + SN** (ODP). Esses dois verbos apareceram nas duas modalidades de língua em exame e, além de serem transitivos diretos, possuem valor partitivo.

Como já foi dito, o partitivo é um fenômeno que apresenta pouca frequência de ocorrência no PM. Entretanto, os verbos em análise podem ser caracterizados como transitivos de valor partitivo no PA e no PM. O verbo **pedir de + SN** foi registrado por nós somente no PA; no PM, confirmamos sua regência como transitivo direto (TD) através de gramáticas tradicionais. Assim sendo, tanto **pedir de + SN**, quanto **usar de + SN** são verbos transitivos diretos com valor partitivo nas duas fases da língua. Nesses casos, o tipo sintático e o significado partitivo dos mesmos se mantiveram. São também fenômenos de retenção.

### 1.2. Verbo + de + infinitivo

Outro verbo que ocorreu no PA e no PM com o mesmo tipo de complemento é **dever de**. Conforme os critérios definitórios do OD por nós utilizados, não podemos analisá-lo como TD em nenhuma das duas modalidades de língua.

No PA e no PM, o verbo **dever** admite variação de complemento, podendo ocorrer ligado à forma infinitiva com ou sem o auxílio da preposição **de**: tanto **dever de + infinitivo**, quanto **dever + infinitivo**, são possíveis nos dois períodos em exame. Em ambas as modalidades da língua, o verbo em análise possui valor modal. A presença da preposição parece fortalecer o sentido de 'obrigação' ou 'precisão de resultado'. Já a sua ausência suaviza a obrigatoriedade do fato, indicando 'probabilidade'. Apesar de Nascentes (1967) afirmar que **dever de** hoje em dia desapareceu, segundo nossos dados, esse é um tipo de construção freqüente na LOC.

Também o verbo **prometer** foi considerado TD nas duas modalidades da língua. Observamos, em nossos dados, que este verbo, no PA, aparece sempre ligado à forma infinitiva através da preposição **de**. Seu complemento foi analisado como ODP.

Embora no PM, **prometer** apareça ligado quase sempre à forma infinitiva, isto é, sem preposição, **prometer de + infinitivo** também é forma corrente na língua oral contemporânea. Assim sendo, temos aqui mais um caso de retenção do significado e do tipo sintático.

De acordo com o "corpus" pesquisado, o verbo em exame pode ser caracterizado como TD: no PA seleciona um complemento oracional preposicionado, e no PM, seleciona complementos oracionais preposicionados ou não. Sendo assim, verifica-se a retenção do padrão sintático **V + de + infinitivo**, como também do significado, além da possibilidade de variação no PM.

Vimos, pois, que tanto no PA quanto no PM, o objeto direto pode vir precedido pela preposição **de**, esta indicando valor partitivo. Essa constatação vem confirmar a análise tradicional atribuída aos complementos preposicionados de verbos transitivos caracterizados como objetos diretos preposicionados.

Quanto ao verbo **começar**, parece fora de dúvida que, ligado ao infinitivo através da **de**, é um auxiliar que forma locução verbal no PA e no PM.

## 2. Verbos que somente ocorreram no PA: casos da mudança

Os verbos que se seguem ocorreram somente no PA. São verbos que desapareceram no PM ligados a complementos como os que se vê abaixo: **costumar de + infinitivo** (auxiliar), **desejar de + infinitivo** (ODP), **ferir de + SN** (ODP), **ousar de + infinitivo** (ODP), **temer de + infinitivo** (ODP) e **trabalhar-se de + infinitivo** (ODP).

## 2.1. Verbo + de + SN não-oracional

O verbo **ferir** também ocorreu somente no PA e foi o único verbo que apresentou a estrutura **Verbo + de + SN não-oracional** nessa fase da língua. Foi caracterizado como TD e seu complemento ODP de valor partitivo.

## 2.2. Verbo + de + Infinitivo

Os verbos **começar de**, **costumar de**, **desejar de**, **entender de**, **ousar de**, **temer de** e **trabalhar-se de** apresentaram a estrutura **Verbo + de + infinitivo** e ocorreram nesse tipo sintático apenas no PA. Dentre eles **desejar**, **entender**, **ousar**, **temer** e **trabalhar-se** foram caracterizados como transitivos diretos e seus complementos objetos diretos preposicionados na modalidade em análise. Já **costumar de** e **começar de** foram analisados como auxiliares.

Na verdade, os verbos acima se conservam no PM, mas com outros tipos de complementos. Assim, por exemplo, **desejar**, que hoje aparece ligado diretamente a SN's ou a formas infinitivas, aparecia no PA ligado ao seu complemento através da preposição **de**. O tipo sintático em que o referido verbo se manifestava no PA não é o mesmo do PM. Portanto, o verbo **desejar**, no PM, não ocorre ligado ao tipo sintático **V + de + infinitivo**.

Vimos, pois, que todos os casos analisados na seção 2 acima são fenômenos de mudança.

## 3. Verbos que ocorreram apenas no PM: casos de inovação?

### 3.1. Verbos seguidos pela preposição de + SN não-oracional

Os verbos **conhecer**, **criticar**, **entender**, **pesquisar**, **provar** e **trabalhar** ocorreram ligados a SN's através da preposição **de** no PM. Dentre eles, três foram analisados como transitivos diretos e seus complementos objetos diretos preposicionados: **conhecer**, **entender** e **provar**. Devemos fazer notar, ainda, que o tipo sintático com o qual aparecem os verbos em exame, no PA, se manifestava com outras classes verbais.

### 3.2. Verbos seguidos pela preposição **de** + Infinitivo

Os verbos seguintes apareceram ligados aos seus complementos através da preposição **de** e só ocorreram no Português Moderno: **agüentar de, atrapalhar de, cismar de, conformar de, dever de, evitar de, esperar de, inibir de, interessar de, inventar de, oferecer de, pensar de, preocupar de proibir de, prometer de, recusar de, resolver de, revoltar de e sonhar de**. Esses verbos conservam o padrão arcaico do tipo sintático **V + de + infinitivo** que desapareceu para determinados verbos na língua contemporânea. (Cf. por exemplo, **começar de, ousar de + infinitivo**). De acordo com os critérios definitórios do objeto direto adotados por nós, doze deles podem ser caracterizados como transitivos diretos e seus complementos, objetos diretos preposicionados. Apenas **conformar de, dever de, interessar de, oferecer de, preocupar de, proibir de e revoltar de** não foram caracterizados como transitivos diretos.

Observamos ainda que a maioria dos verbos discutidos nesta sub-seção, e que figuram na estrutura **V + de + infinitivo**, podem também aparecer ligados aos seus complementos sem o auxílio da preposição **de**. Este último tipo não foi, no entanto, examinado por nós.

Apesar dessa variação existente, mas não analisada, segundo o “corpus” examinado, nesta sub-classe, o complemento precedido de preposição é o mais freqüente. Um verbo como **cismar**, por exemplo, aparece quase sempre ligado ao complemento infinitivo através da preposição **de**.

Resumindo, podemos dizer que os verbos examinados na seção 3 e sub-seções constituem casos de inovação lexical no Português Moderno: os verbos mudaram, mas os tipos sintáticos permaneceram.

Diante do exposto, podemos concluir que os tipos sintáticos listados no início desta seção não sofreram mudanças. A mudança se processou apenas no nível lexical.

Quanto ao significado, podemos dizer que os enunciados mais assertivos favorecem o emprego do complemento **de+infinitivo**, já os menos assertivos tendem a suprir a preposição. No entanto, não faz sentido contrapor uma variação de regência preposicional a uma variação não-preposicional, nem tentar substituir uma pela outra. Trata-se de reconhecer a variação como um fenômeno que implementa a mudança e que sempre existiu na língua. E, conseqüentemente, deve-se evitar toda valorização de uma em relação a outra e qualquer forma de discriminação preconceituosa da modalidade oral, por razões culturais, sociais, econômicas e políticas bastante evidentes.



## Conclusão

O objetivo deste trabalho foi examinar a ocorrência dos complementos **de+infinitivo** no sintagma verbal do português em duas fases da língua, a saber, Português Contemporâneo belorizontino-MG e Português Antigo, com o intento de evidenciar possíveis mudanças ou fenômenos de retenção que pudessem ter ocorrido envolvendo os mesmos.

Para investigarmos tais complementos necessário foi partirmos de uma conceituação de objeto direto que, à maneira da apresentada por Perini (1989), e por alguns gramáticos portugueses, faz uso de um conjunto de traços sintáticos: **a substituição pronominal** (critério I), **a possibilidade de passivização** (critério II), **a retomada dos constituintes pelas formas que/quem** (critério III) e **A anteposição** (critério IV).

Os dados, coletados em textos entendidos como representativos das duas modalidades de língua, nos forneceram uma lista de verbos ligados aos complementos verbais através da preposição **de**. Alguns gramáticos, como Carlos Góis, Celso Luft, admitem que a preposição do chamado “Objeto Direto Preposicionado” pode ser **de**, além de **a**. Daí termos centrado nossa análise nos complementos precedidos por **de**. Relacionamos aqueles que suspeitávamos vir ligados a verbos transitivos diretos.

Para atingir nosso objetivo tentamos caracterizar tais complementos como objeto direto preposicionado (ou não) nas duas fases da língua e para tanto utilizamos os testes definitórios do objeto direto citados acima.

Verificamos que os complementos preposicionados manifestam dois tipos sintáticos:

- 1) V + de + SN não-oracional
- 2) V + de + infinitivo

Na parte diacrônica, comparamos as análises propostas para os complementos preposicionados nos dois períodos de língua, conforme metodologia de trabalho diacrônico sugerida por Bynon (1977), para o tratamento de mudanças lingüísticas analisados ‘a posteriori’.

Das análises apresentadas pode-se concluir que:

### 1) Com relação ao tipos sintático V + de + SN não-oracional

O objeto direto preposicionado, tal como o entendem os gramáticos tradicionais, isto é, o que apresenta o tipo sintático **V + de**

+ **SN não-oracional** existe tanto no período arcaico, quanto no período moderno da língua portuguesa.

Quanto ao objeto direto preposicionado (do tipo **V + de + SN não-oracional**) com valor partitivo, já registrado por Carlos Góis, Celso Luft, Cláudio Brandão e Eduardo Carlos Pereira, também este ocorreu nas duas modalidades analisadas.

Vê-se, portanto, que o objeto direto preposicionado tradicional se mantém na língua portuguesa. Os mesmos tipos sintáticos permaneceram. No entanto, diferentemente da versão tradicional, postulamos a ocorrência do objeto direto preposicionado também com a preposição **de** ligada ao infinitivo, além de **a** já consagrado pelos gramáticos.

A aplicação de testes que comprovassem ou não o “status” de objeto direto dos complementos preposicionados foi o fundamento de nossa análise. Lembramos, ainda, que só analisamos o complemento em questão como objeto direto apenas quando a maioria dos critérios produziu sentenças plausíveis.

## **2) Com relação aos tipos sintáticos V + de + Infinitivo**

Dos tipos (1) e (2), isto é, **V + de + SN não-oracional** e **V + de + infinitivo**, o mais freqüente é o segundo, sendo que tanto no Português Contemporâneo, quanto no Português Antigo este tipo pode ser analisado como objeto direto preposicionado. Se esta análise a eles atribuída é válida, então temos na língua portuguesa antiga e moderna complementos oracionais precedidos por **de** que são objeto direto.

A dicotomia verbo transitivo direto e indireto, de um lado, e, verbo auxiliar e intransitivo de outro, subjaz à discussão levada a efeito para os tipos sintáticos oracionais. Como se viu, foram objeto de análise complementos verbais oracionais e preposicionais que, pareceram, à primeira vista, estruturalmente semelhantes. A análise desenvolvida evidenciou, no entanto, diferenças entre os mesmos: alguns foram classificados como transitivos, outros não.

## **3) Com relação à análise diacrônica**

Diacronicamente foram identificados fenômenos de retenção e de mudança. Os de retenção se manifestaram tanto no nível estrutural, quanto no lexical. De outro lado, os de mudança envolveram apenas

itens lexicais, tanto nas perdas, quanto nas inovações. Como exemplo de perdas temos verbos como **ousar de**, **começar de**, **desejar de**, **costumar de**, dentre outros, que desapareceram integrando o tipo sintático **V + de + infinitivo**, mas aparecem na língua contemporânea em outros ambientes. Este tipo sintático, por sua vez, permanece com outros itens léxicos.

Quanto às inovações, estas também se revelaram no léxico: **agüentar de**, **cismar de**, **evitar de**, dentre outros, conservam o tipo sintático arcaico, mas inovam lexicalmente. Melhor dizendo, o tipo sintático **V + de+ infinitivo** existe nas duas modalidades de língua. A inovação ocorre na classe dos verbos. Devemos fazer notar que esse tipo sintático que, à primeira vista, parece “sub-standard” revelou-se, pelos nossos dados, uma estrutura corrente na fase arcaica.

#### 4) Comentários finais

Esperamos, com esta pesquisa, ter contribuído para os estudos da Sintaxe Histórica Portuguesa, através da análise dos complementos verbais preposicionados nos quais figuram **de**, especialmente por termos evidenciado a permanência – na língua moderna – de tipos sintáticos já existentes na língua arcaica, bem como perdas e inovações de itens lexicais ocorrentes nessas estruturas.

Apresentamos uma análise que pretendeu sistematizar os tipos de complementos preposicionados do Sintagma Verbal em dois estágios da Língua Portuguesa. Tal sistematização foi possível por termos trabalhado com dados históricos que formaram, na medida das limitações inerentes a toda pesquisa histórica, um “corpus” coerente, condição “sine qua non” para toda a discussão apresentada.

Finalizamos com Fernão de Oliveira:<sup>14</sup>

E mui poucas são as coisas que duram por todas ou muitas idades em um estado, quanto mais as falas, que sempre se conformam com os conceitos ou entenderes, juízos e tratos dos homens; e esses homens entendem, julgam e tratam por diversas vias e muitas, às vezes segundo quer a necessidade e às vezes segundo pedem as inclinações naturais.

---

<sup>14</sup> Fernão de Oliveira, *Gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura actualizada e notas por Ma Leonor Carvalho Buescu, Lisboa, INCM, 1975, p. 95.

## Referências Bibliográficas

BERG, Barreto Márcia. A natureza categorial da preposição. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.7, n.1, p. 107-124, jan./jun. 1998.

BOURCIEZ, Édouard. *Éléments de linguistique romane*. Paris: Librairie C. Klincksiecks, 1967.

BYNON, Theodora. Syntactic Reconstruction: A Case Study. In: Hattori Inque *Proceedings of the XIII International Congress of Linguists*. Tokyo, 1985.

BYNON, Theodora. *Historical Linguistics*. London: CUP, 1983.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Filologia e Gramática*. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor, 1964.

\_\_\_\_\_. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão Livraria, 1976.

CAMÕES, Lvis de. *Os Lusíadas*. Reprodução paralela das duas edições de 1572. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982.

COHEN, Maria Antonieta. *Syntactic change in Portuguese relative clauses and the position of the adjective in the noun phrase*. 1986/1990. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. (Inédita).

\_\_\_\_\_. Análise "a posteriori" de mudanças sintáticas. In: *Anais do IX Encontro Nacional da ANPOLL* (Caxambu - junho de 1994) - *Linguística* - Vol. 2, Tomo II, p. 1468-1485.

COUTINHO, Ismael. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

DIAS, Augusto Epiphânio da Silva. *Syntaxe histórica portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1970.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica*. São Paulo: Ática, 1991.

FÁVERO, Leonor. Complementos Verbais regidos de Preposição. *Cadernos PUC Arte e Linguagem*, São Paulo, Milesi Editora, v. 8.

FERNANDES, Francisco. *Dicionário de verbos e regimes*. Porto Alegre: Editora Globo, 1967.

- FERNÃO, de Oliveira. *Gramática da linguagem portuguesa*. introdução, leitura atualizada e notas por Maria Leonor Carvalho Buescu, Lisboa: INCM, 1975.
- GILI Y GAYA, Samuel. *Curso Superior de Sintaxis Española*. Barcelona: Publicaciones SPES, 1955.
- GRANDGENT, C. H. *Introducción al latim vulgar*. Tradução corrigida e aumentada por Francisco de B. Moll. Madri, 1922.
- GIVÓN, T. *Syntax A Functional– Typological Introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1984.
- Hüber, Joseph. *Gramática do português antigo*. Tradução do original alemão intitulado *Altportugiesisches Elementarbuch*. Carl Winters Universitätsbuchhandlung, Heidelberg. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1933.
- LAPESA, Rafael. Los casos latinos: restos sintacticos y sustitutos en español. In: *Boletín de la Real Academia Española*. Tomo 44, cuaderno 171. 1964.
- LEAL, Maria Auxiliadora da Fonseca. *Complementos preposicionados no sintagma verbal do português: uma abordagem sincrônica e diacrônica*. 1992. 175 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- LOIS, Ximena. *Sur l'accusatif prepositionnel*. Mémoire de Maîtrise Département de Linguistique Générale Université de Paris VIII, 1982.
- LOPES, Fernão. *Cronica d'El Rei Dom Jobam*. Entwiste, W, 1945.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas Trecentistas. Elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989.
- MATTOSO, José. *Narrativa dos livros de linbagens*. Imprensa Nacional - Casa da Moeda. 1983.
- MAURER, Th. H. *O problema do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962
- MEIER, Harri. Sobre as origens do acusativo preposicional nas línguas românicas. In: *Ensaio de Filologia Românica*. Lisboa: Editorial Império, 1948.

MOLLICA, Maria Cecília M. *Queísmo e dequeísmo no português do Brasil*. 1989. 306 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MONTEIRO, Clóvis. *Português da Europa e português da América*. 3 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

NASCENTES, Antenor. *O problema da regência*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1968.

NOGUEIRA, Júlio. *Dicionário e Gramática de "Os Lusíadas"*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1960.

NUNES, J. J. *Crestomatia arcaica excertos da literatura portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1953.

NURC/SP, Projeto. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo – vol. III Entrevistas*. São Paulo: FAPESP.

PERINI, Mário. *Gramática do infinitivo português*. Petrópolis: Vozes, 1976.

ROHLFS, Gérard. L'accusatif prépositionnel dans les langues romanes. In: *Revue de Linguistique Romane*, 35, 1971.

SABINO, Fernando. *De cabeça para baixo*. Rio de Janeiro: Record, 1989.

SILVEIRA, Olmar Guterres da. *A "Gramática" de Fernão D'Oliveira*. Reproduzida da 1. ed. de 1536. Rio de Janeiro: 1954.

TARALLO, Fernando. *Tempos lingüísticos*. Itinerário Histórico da Língua Portuguesa. São Paulo: Ática, 1990.

# Indicativo e/ou subjuntivo em orações completivas objetivas diretas do português: uma volta ao latim\*

Sandra Maria Gualberto Braga Bianchet  
FALE/UFMG

## 1. Introdução

No presente trabalho, analisou-se o problema da oscilação entre os MODOS INDICATIVO e SUBJUNTIVO em orações completivas objetivas diretas do português contemporâneo, procurando-se identificar o tipo de processo que subjaz a essa oscilação, se esta seria um processo de mudança em andamento, ou se se trataria de uma variável estável.

A justificativa para se analisar o problema da seleção do MODO verbal reside no fato de que se pode verificar uma discrepância entre a norma prescrita pela gramática normativa portuguesa, em relação à distribuição dos MODOS INDICATIVO e SUBJUNTIVO, e o uso que o falante efetivamente faz desses MODOS, como exemplificado de (1) a (5) abaixo:

- (1) “(...) a população, que se tornando exausta diante da situação, *permite* que o Estado **continua** agindo de tal maneira”.  
(redação vestibular UFMG/96)

---

\* Este artigo tem como base BIANCHET (1996), dissertação de mestrado defendida e aprovada na UFMG, sob orientação da Profa. Dra. Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen.

- (2) “O autoritarismo hoje em dia anda junto com a burocracia, *fazendo com* que **camuflam** os podres de quem está no poder”. (redação vestibular UFMG/96)
- (3) “A mãe dela não *quer* que ela **vai**, *quer* que ela **fique** comigo”. (E 55)
- (4) “Por isso que eu *estava querendo* que **ficava** pronto depressa”. (E 62)
- (5) “Eu *quero* que você **sabe** de uma coisa”. (novela TV)

Em geral, podem-se identificar dois posicionamentos em relação a essa questão: a) o da gramática normativa do português, que não se propõe a examiná-las (Cunha, 1971 e 1976; Bechara, 1968; Luft, 1989; Cegalla, 1985); b) o de estudos sobre a questão do MODO verbal, baseados em diversas correntes da lingüística contemporânea (Fávero, 1982; Leila Bárbara, 1975; Botelho Pereira, 1974; Huot, 1986 - dentre outros), que negam a gramaticalidade ou questionam a aceitabilidade de orações como as exemplificadas de (1) a (5) acima.

Nesse trabalho, ambos os posicionamentos são considerados inadequados, uma vez que se parte dos seguintes princípios, estabelecidos por Labov (1972a, p.203):

- I- a agramaticalidade da língua falada é um mito, que não possui base em fatos reais;
- II- a língua é um sistema heterogêneo, ao qual é inerente a variação.

Com base no exposto acima, o problema da seleção ora de INDICATIVO, ora de SUBJUNTIVO em orações completivas objetivas diretas foi analisado como uma regra variável, que pode ser condicionada por fatores estruturais (MODALIDADE do verbo da oração matriz, tempo do verbo da oração completiva, dentre outros) e/ou não-estruturais, (idade, nível de escolaridade, etc). A hipótese inicial era a de que essa regra variável se caracterizaria de fato como um processo de mudança em andamento, que estaria sendo implementado através da modalidade do verbo da oração-matriz, um processo em que o INDICATIVO estaria suplantando o SUBJUNTIVO.

Para se conseguir avaliar até que ponto os fatores selecionados para análise estariam atuando nesse processo específico, optou-se por formar um **corpus** representativo da estrutura de orações completivas objetivas diretas no português contemporâneo. O



levantamento de dados para a formação desse **corpus** foi realizado em transcrições de entrevistas.

Além do **corpus** do português contemporâneo, foi formado um **corpus** representativo do uso dessa mesma estrutura em latim, com o objetivo de se estabelecer uma comparação entre o processo de diferenciação modal ocorrido em latim e o processo de diferenciação modal que está ocorrendo no português contemporâneo.

## 2. O porquê de se voltar ao latim

A opção por estudar a oscilação entre os MODOS INDICATIVO e SUBJUNTIVO em orações completivas objetivas diretas também em latim e fazer um paralelo entre essa oscilação e a oscilação modal presente em estruturas correlatas no português contemporâneo se justifica em função do seguinte fato: na língua latina, o sistema de complementação das orações completivas objetivas diretas passou por uma reestruturação que envolveu a mudança de um sistema sem marca de MODO no Vcompl (verbo da oração completiva) para um outro sistema, que exigia o uso de INDICATIVO ou SUBJUNTIVO, como indicado abaixo:

sistema I → COMP Ø + Vcompl no INFINITIVO (sufixo de MODO e tempo Ø)

sistema II → COMP QV- + Vcompl ou no INDICATIVO, e/ou no SUBJUNTIVO (COMP = COMPLEMENTIZADOR)

Essa reformulação no sistema de complementação gerou, consequentemente, um aumento dos contextos em que a seleção de um morfema de MODO e de tempo seria necessária.<sup>1</sup> Dessa maneira, contextos que corresponderiam ao uso de uma única forma verbal, o INFINITIVO, passam a ser utilizados de quatro diferentes formas: a) com INDICATIVO; b) com SUBJUNTIVO; c) ora com INDICATIVO, ora com SUBJUNTIVO; d) com a estrutura clássica de acusativo com INFINITIVO.

---

<sup>1</sup> Segundo Maurer Jr. (1959, p.216), a estrutura de acusativo com INFINITIVO se perdeu no latim vulgar, tendo se preservado apenas em expressões de cunho erudito e literário, exceto com verbos do tipo de *uideo, facio, tubeo, sino*. Essa substituição, segundo o mesmo autor, teria se mantido em quase todas as línguas românicas.

(22) “Hominem                    catum                    eum  
                                       homem,                    astuto,                    ele,  
 subst.acus.sing.masc.    adj.acus.sing.masc.    pron.anaf.acus. sing.masc.

**ESSE**                    *declaramus*”. (Plaut.,Pseud.,682; apud Faria, 1994)  
 ser,                    declarar,  
 inf.pres.            1ª p.p.pres.ind

“*Declaramos* que ele **é** um homem astuto”  
 (= “*Declaramos* **ser** ele um homem astuto”)

(23) “(...) qui                    me                    hominem  
                                       que,                    me,                    homem  
 pron.rel.nom.sing.masc.    pron.pess.1ªp.s.acus.sing.    subst.acus. sing.masc.

inter                    homines                    *uoluit*  
 entre,                    homem,                    querer,  
 prep.                    subst.acus.pl.masc.            3ªp.s.pret.perf.ind.

**ESSE**”. (Petron.,Sat.,34)  
 ser,inf.pres.

(...) o qual *quis* que eu **fosse** um homem entre os homens”.  
 (=“o qual *quis* **ser** eu um homem entre os homens”)

(24) “Non                    lucrum                    omne  
                                       não,                    lucro,                    todo,  
 part.neg.                    subst.acus.sing.neut.            quant.acus.sing.neut.

**ESSE**                    utile                    *existumo*”. (Plaut.,Capt.,325; apud  
 ser,                    útil,                    achar,                    Faria, 1994)  
 inf.pres.                    adj.acus.sing.neut.            1ªp.s.pres.ind.

“Não *acho* que todo lucro **é/seja** útil”.  
 (=“Não *acho* **ser** todo lucro útil”)

(25) “Intro **IRE**                    neminem                    *uideo*”. (Ter.,Andr.,363; apud  
                                       entrar,                    ninguém,                    ver,                    Faria, 1994)  
 adv.+ir,inf.pres.            indef.acus.sing.            1ªp.s.pres.ind.

“Não *vejo* ninguém **entrar**”.

Com base no exposto acima, buscou-se aprofundar o estudo desse fenômeno de expansão do uso dos MODOS INDICATIVO e SUBJUNTIVO em latim, isto é, na origem da expansão da estrutura com COMPLEMENTIZADOR, procurando identificar os fatores responsáveis pela opção de um e não de outro MODO, ou pela possibilidade de opção de um e de outro MODO, ou ainda pela retenção da estrutura clássica de acusativo com INFINITIVO, para que se possa compreender melhor a oscilação modal presente em orações completivas objetivas diretas no português contemporâneo.

Para a escolha da sincronia passada, o critério utilizado foi o fato de o texto em latim ser reconhecido como uma fonte para o estudo do latim falado. Foi, então, realizada uma coleta de dados no texto **Cena Trimalchionis** da obra **Satyricon** (capítulos XXIX a LXXVII), de Petrônio, séc.I d.C.<sup>2</sup> No entanto, contrariamente às expectativas, o texto apresenta um índice muito alto da estrutura clássica de acusativo com INFINITIVO (72% do total de ocorrências), uma construção cujo Vcompl não possui sufixo de MODO e tempo. Esse índice tão alto, que diferencia muito pouco o texto **Cena Trimalchionis** da norma gramatical, inviabilizou seu uso como fonte para o estudo da oscilação modal em orações completivas objetivas diretas.

Fez-se, então, necessário identificar a época em que a estrutura de acusativo com INFINITIVO teve seu uso reduzido, dando espaço para que se generalizasse o uso das estruturas introduzidas pelas conjunções *quod*, *quia* e *quoniam* com orações completivas objetivas diretas. O resultado desse estudo mostrou que, em geral, data-se essa ampliação do uso da estrutura conjuncional como do século III d.C. (Maurer Jr., 1959). No entanto, o(s) fator(es) que leva(m) o escritor/falante de latim a selecionar um ou outro MODO não estão claramente definidos, como reconhecem Leumann et alii (1965), ao afirmarem que:

Der Modusgebrauch bei *quod*, *quia* und *quoniam* nach dem Verba sentiendi und dicendi unterliegt im Spätlatein starken Schwankungen und ist zusammenfassend noch nicht untersucht.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Foi utilizada a edição bilingue latim-francês, 9ª tiragem revista e corrigida por Alfred Ernout (1982), publicada pela Société d'Édition "Les Belles Lettres", Paris.

<sup>3</sup> "O modo utilizado com *quod*, *quia* e *quoniam* depois de verbos dicendi e sentiendi apresenta forte oscilação em latim tardio e ainda não foi pesquisado como um todo". [tradução minha]

De acordo com os mesmos autores, já foram feitas tentativas de definir os contextos que favorecem ora INDICATIVO, ora SUBJUNTIVO nas estruturas introduzidas pelas conjunções *quia*, *quod* e *quoniam* baseadas no tipo de verbo da oração matriz, ou ainda na seleção da conjunção, que, no entanto, não levaram a nenhum resultado claro (Leumann, et alii, 1965, p.577).

Com base nessas informações, optou-se por estudar a oscilação modal no contexto selecionado para estudo em textos do século IV, um período um pouco posterior à datação apresentada anteriormente, na tentativa de se evitar um alto índice de estruturas de acusativo com INFINITIVO. Foi, então, selecionado para análise o texto **Peregrinatio Aetheriae**, que apresentou 51% de ocorrência da estrutura clássica de acusativo com infinitivo.

### 3. As análises quantitativa e qualitativa

Os dados do português contemporâneo e do latim do século IV foram submetidos primeiramente a uma análise quantitativa, utilizando-se os programas do pacote VARBRUL para microcomputadores, e, em seguida, a uma análise qualitativa dos resultados obtidos, a exemplo de Tarallo (1983, 1991) e Cohen (1986, 1989), dentre outros. A análise quantitativa baseou-se em metodologia variacionista, segundo Labov (1972a) e seus seguidores, principalmente Scherre (1993). A análise qualitativa teve como ponto-de-partida a conceituação de MODALIDADE tal como proposta por Lyons (1977), que levou a que se considerasse o MODO SUBJUNTIVO em orações completivas objetivas diretas como uma marca redundante não só de subordinação, mas também de MODALIDADE.

Para testar a hipótese de que essa oscilação modal seria, na verdade, um processo de mudança em andamento, utilizou-se o grupo de fatores "faixa etária" na quantificação dos dados do português contemporâneo, que segundo Labov (1994) se constitui em condição **sine qua non** para que se diferencie uma regra variável que se constitui em mudança em andamento de uma que se caracteriza como variável estável.

Dentre os fatores estruturais analisados, verificou-se que a seleção ora de INDICATIVO, ora de SUBJUNTIVO em orações completivas objetivas diretas está associada à MODALIDADE expressa pelo verbo da oração matriz e também ao tempo do verbo da oração completiva, tanto em latim, quanto no português contemporâneo.

## 4. Conclusões e perspectivas

A análise estatística dos grupos de fatores extra-lingüísticos (faixa etária e nível de escolaridade) demonstrou que o uso de INDICATIVO/SUBJUNTIVO nessa estrutura com verbos factivos II (*querer, ordenar, exigir*, etc) não apresenta uma estratificação por idade, e sim por nível de escolaridade. Esse resultado pode ser interpretado como uma evidência de que a oscilação entre INDICATIVO e SUBJUNTIVO deve ser caracterizada como uma variável estável, e não como uma mudança em andamento.

A hipótese inicial de mudança mantém-se, no entanto; tendo em vista o fato de que foi possível identificar semelhanças no processo de oscilação entre o latim e o português contemporâneo, no sentido de definir os contextos em que essa oscilação ocorre. O grupo de fatores “MODALIDADE do verbo da oração matriz” mostrou ser significativo para esse processo de oscilação, uma vez que foi selecionado como estatisticamente significativo em latim e apresentou uma distribuição também significativa no português contemporâneo. Esse fato reforça a hipótese de que a MODALIDADE do verbo da oração matriz tenha atuado de forma decisiva nesse processo de mudança, uma atuação que se evidencia de diferentes maneiras, a saber:

- I- com verbos matriz classificados como factivos (*falar, saber, contar*, etc), esse grupo de fatores atua como um facilitador para a fixação do MODO INDICATIVO, uma vez que o MODO SUBJUNTIVO, nesse contexto, é marca redundante apenas de subordinação;
- II- com verbos matriz classificados como não-factivos II (*querer, exigir, ordenar*, etc), esse mesmo grupo de fatores estaria atuando como uma barreira para a fixação do INDICATIVO, pois nesse contexto o SUBJUNTIVO seria marca redundante tanto de subordinação, quanto de MODALIDADE;
- III- com verbos não-factivos I (*acreditar, imaginar, crer*, etc), considerou-se que a MODALIDADE por eles expressa seja média, já que é mais fraca do que a expressa pelos verbos não-factivos II, mas mais forte do que a expressa pelos verbos factivos. Esse fator parece ter atuado de forma a favorecer o uso de SUBJUNTIVO mais do que com verbos factivos e menos do que com verbos não-factivos II.

Com base nos resultados obtidos nas análises quantitativa e qualitativa, formulou-se a seguinte tipologia de uso de INDICATIVO e SUBJUNTIVO em orações completivas objetivas diretas:

tipo I - MODALIDADE: factividade

**estágio da mudança no latim do séc.IV:** ampla oscilação entre INDICATIVO e SUBJUNTIVO, quando o verbo da oração completiva se encontra no presente, oscilação média no pretérito perfeito e muito reduzida no pretérito imperfeito (predomínio de SUBJUNTIVO)

**estágio da mudança no português contemporâneo:** uso categórico de INDICATIVO

tipo II - MODALIDADE: não-factividade I (dúvida, hipótese, ...)

**estágio da mudança no latim do séc.IV:** amplo uso da estrutura clássica de acusativo com INFINITIVO, pequena oscilação entre INDICATIVO e SUBJUNTIVO

**estágio da mudança no português contemporâneo:** ampla oscilação entre INDICATIVO/SUBJUNTIVO, com predomínio de INDICATIVO

tipo III - MODALIDADE: não-factividade II (volição, comando, ...)

**estágio da mudança no latim do séc.IV:** nenhuma ocorrência de INDICATIVO, pequena oscilação entre a estrutura clássica de acusativo com INFINITIVO e MODO SUBJUNTIVO, com predomínio deste último.

**estágio da variação no português contemporâneo:** ampla oscilação entre INDICATIVO e SUBJUNTIVO, quando o verbo da oração completiva se encontra no pretérito perfeito e no presente, oscilação bastante restrita no pretérito imperfeito, com uso quase que categórico de SUBJUNTIVO

O fato de o grupo de fatores “tempo do Vcompl” ter sido selecionado como estatisticamente significativo em ambas as línguas, e, além disso, apresentar semelhança em relação aos tempos verbais que estão mais sujeitos à essa oscilação, mostrou que, ainda que seja no português contemporâneo uma variável estável, essa oscilação pode ser interpretada como uma etapa do mesmo processo de

mudança identificado em latim com os verbos factivos, um processo que se desenvolve através do eixo do tempo.

Entende-se que a caracterização da oscilação entre os MODOS INDICATIVO e SUBJUNTIVO como um processo de mudança para os verbos factivos e os fatos novos em relação aos verbos não-factivos apresentados nesse estudo somente se tornaram possíveis porque, apesar de a observação dessa oscilação ter partido do presente, voltou-se ao passado e, em seguida, ao presente novamente.

Considera-se que esse paralelismo encontrado no processo de complementação das orações completivas objetivas diretas nas línguas latina e portuguesa, em relação à seleção modal, seja uma importante contribuição para que se tenha uma visão mais abrangente e menos superficial desse fenômeno variável, além de abrir perspectiva para que o mesmo seja estudado em outros processos de complementação, como em orações adjetivas e adverbiais.

## Referências Bibliográficas

- BÁRBARA, L. *Sintaxe transformacional do modo verbal*. São Paulo: Ática, 1975.
- BASTARDAS PARERA, J. *Particularidades sintacticas de latin medieval*. Barcelona: Selecciones Graficas, 1953.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 13. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1968.
- BIANCHET, S.M.G.B. *Indicativo e/ou subjuntivo em orações completivas objetivas diretas do português: uma volta ao latim*. 1996. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- BOTELHO PEREIRA, M. A. Aspectos da oposição modal indicativo/ subjuntivo no português contemporâneo. 1974. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. (Inédita)
- BYNON, T. *Historical linguistics*. 4ª reimpressão. Cambridge University Press, 1993.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 28. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1985.

COHEN, M. A. A. M. *Syntactic change in portuguese: relative clauses and the position of the adjective in the Noun Phrase*. 1986/1989. Tese (Doutorado) UNICAMP, Campinas. (Inédita)

CUNHA, C. *Gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Bernardo Alves, 1971.

\_\_\_\_\_. *Gramática da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: MEC/FENAME, 1976.

FÁVERO, L. L. O modo verbal da oração completiva. *Revista Brasileira de Linguística*, v. 6, n. 1. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.

HUOT, H. Le Subjonctif dans les complétives: subjectivité et modalisation. In: *La grammaire modulaire*. Paris: Eds. Ronat, Mitsou e Couquaux, Daniel. Les Editions de Minuit, 1986.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

\_\_\_\_\_. *Principles of linguistic change - Internal Factors*. Cambridge: Blackwell, 1994.

LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. 9. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

LYONS, J. *Introduction to theoretical linguistics*. Cambridge University Press, 1968.

\_\_\_\_\_. *Semantics II*. Cambridge University Press, 1977.

MAURER Jr., T. H. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

SCHERRE, M. M. P. Introdução ao pacote varbrul para microcomputadores. Brasília: UFRJ/UnB, 1993. (Texto inédito)

TARALLO, F. Relativization strategies in Brazilian Portuguese. 1983. Tese (Doutorado). Universidade da Pennsylvania. (Inédita)

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre o conceito de mudança lingüística. *Organon*, Revista do Instituto de Letras da UFRS, v. 18, 1991.



# Sobre as origens do “aonde” na língua portuguesa\*

César Nardelli Cambraia  
FALE/UFMG

## Introdução

Comparem-se os seguintes dados do português contemporâneo (extraídos de textos escritos pelo mesmo autor):

- (01) “– Seja quem for que vivia aqui, *aonde* dorme? – perguntei, quebrando aquele silêncio que começava a me fazer mal.” (Grifo nosso) (Coelho (1990:115))
- (02) “– *Aonde* vamos? – perguntei.” (Grifo nosso) (Coelho (1994:159))

Através do contraste entre esses dados, é possível perceber que, no português contemporâneo, a forma *aonde* é um elemento com valor locativo que é utilizado significando tanto “lugar em que” (cf. (01)) quanto “lugar a que” (cf. (02)). Mas será que essa forma sempre possuiu esses dois valores ao longo da história do português?

A fim de apresentar uma pequena contribuição para o esclarecimento dessa questão, pretende-se analisar, neste trabalho, o comportamento lingüístico do *aonde* e de seus correlatos no primeiro texto

---

\* Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no *XI Congreso Internacional de la Alfal*, realizado na Universidade de Las Palmas de Gran Canaria (Espanha), no período de 22 a 27 de julho de 1996. Este trabalho constitui uma continuação da pesquisa realizada durante curso de mestrado em Estudos Lingüísticos na Faculdade de Letras da UFMG, cujos resultados foram apresentados na dissertação intitulada *Um estudo sobre a história do “aonde” na língua portuguesa*, defendida em abril de 1996 e orientada pela Profa. Dra. Maria Antonieta A. de M. Cohen.

em língua portuguesa em que se constatou a sua presença: trata-se da obra trecentista intitulada *Livro de Falcoaria*, da autoria de Pero Menino.

## 1. Breve histórico do *aonde* na língua portuguesa

Antes de se iniciar a investigação do *aonde* no *Livro de Falcoaria*, convém buscar, em gramáticas históricas e dicionários etimológicos do português, informações acerca de duas questões fundamentais para a presente discussão: (a) datação do surgimento do *aonde* e (b) história dos valores semânticos do *aonde*.

### 1.1. Datação do surgimento do *aonde*

A existência do *aonde* já no período arcaico da língua portuguesa é assinalada por Magne (1950), Ferreira (s.d.) e Cunha (1982, 1986). Magne (1950: 462) fala do uso do *aonde* “na língua antiga”, porém não apresenta nenhuma ocorrência. Ferreira (s.d.: 110), ao tratar do emprego do *aonde*, faz menção a Azurara (escritor do século XV), mas também não apresenta exemplo de ocorrência dessa forma em texto do escritor citado. Em seu dicionário etimológico, Cunha (1982: 61) registra a ocorrência da forma em questão no século XIII (sem indicar a fonte ou apresentar dado), mas, em obra mais recente (Cunha (1986: 64)), muda a data de primeiro registro do *aonde* para o século XIV. Nesta última apresenta registro de uma ocorrência do *aonde* no século XIV (*Livro de Falcoaria*) e de uma no XV (*Crônicas dos Setes Primeiros Reis de Portugal*), sem, entretanto, transcrevê-las.

Outros estudiosos assinalam a ocorrência do *aonde* apenas em fase posterior. Pereira (1929: 551) exemplifica a sua ocorrência no “velho português” com provérbios (sem, no entanto, datá-los ou citar a fonte) e com um dado extraído do *Palmerim da Inglaterra*,<sup>1</sup> de Francisco de Moraes (meados do séc. XVI). Brandão (1963: 296) oferece exemplos de sua ocorrência apenas em escritores do século XVI (*Lusíadas*/

---

<sup>1</sup> A fim de não sobrecarregar a bibliografia do presente trabalho, não serão indicadas as referências bibliográficas completas das obras – quase todas literárias – utilizadas nos manuais tradicionais consultados para abonar a ocorrência do *aonde* e de seus correlatos nas diversas fases da história do português. Na dúvida sobre a edição da obra utilizada, consultar as referências completas diretamente no manual em questão.

*Sonetos*, Camões) e do século XVII (*Vida de Frei Bartolomeu dos Mártires*, Frei Luís de Sousa e o autor anônimo do texto *Arte de furta*). Said Ali (1964: 186), ao ilustrar a ocorrência da forma *aonde*, apresenta trechos de escritores do século XVII (*Sermões*, Pe. Antônio Vieira; *Nova Floresta*, Pe. Manuel Bernardes; e *Apólogos Dialogais*, D. Francisco Manuel de Melo). Ribeiro (1919: 483-484) menciona o uso do *aonde* em autores do século XVII (*Sermões*, Pe. Antônio Vieira) e do século XIX (*Discursos Parlamentares*, Almeida Garrett; *Estudos Biográficos*, Rausso por Homizio, Rebelo da Silva; *Elogios Acadêmicos*, Latino Coelho; e *Monasticon*, Alexandre Herculano).

Com base nas informações que foi possível coletar a respeito da datação do surgimento do *aonde*, pode-se inferir que, tendo surgido no séc. XIV, essa forma deveria ser pouco freqüente<sup>2</sup> na fase arcaica (sécs. XIV/XV), passando a ocorrer mais do séc. XVI em diante.

## 1.2. História dos valores semânticos do *aonde*

Há, na literatura especializada, duas interpretações distintas para a história dos valores semânticos do *aonde*: alguns autores (Brandão (1963), Pontes (1992)) postulam que a forma em questão, composta da preposição *a* e do elemento *onde*, teria possuído, em um primeiro momento, apenas o valor de “lugar a que”, adquirindo o valor de “lugar em que” posteriormente; outros (Magne (1950), Ferreira (s.d.), Pereira (1929)), no entanto, acreditam que o *aonde* já possuiria ambos os valores desde sua origem. Como este tópico é o cerne da discussão no presente trabalho, convém detalhar as propostas dos autores acima mencionados.

### 1.2.1. Hipóteses da inovação semântica

Dentre os que acreditam na inovação semântica, encaixa-se Brandão (1963). Segundo ele, o *aonde* seria composto do *onde*, considerado um pronome relativo-conjuntivo-locativo, e da preposição *a*. Depreende-se, de sua exposição sobre o assunto, que, para ele, o uso do *aonde* com valor de “lugar em que” seria influência do espanhol.

---

<sup>2</sup> Sua baixa ocorrência explicaria porque essa forma não é mencionada em vários manuais de história do português, tais como Dias (1970), Huber (1986), Nunes (1989), Williams (1991).

Ao tratar do uso de *aonde*, Brandão, numa postura normativa, considera o seu emprego incorreto nas seguintes frases de Luís de Camões (séc. XVI) e da obra anônima *Arte de Furtar* (séc. XVII), respectivamente<sup>3</sup>:

(03) “Dali pera Mombaça logo parte / *aonde* as naus estavam temerosas” (Grifo de Brandão)

(04) “...muitas cousas começam *aonde* as outras acabam.” (Grifo de Brandão)

De acordo com ele, em exemplos como o de (03) e (04), “parece sensível a influência do castelhano *donde* e *adonde*, ou em muitos casos, a intervenção de uma licença poética” (Brandão (1963: 296)). Não indica, no entanto, qual é o caso (licença poética ou influência do castelhano) em cada um dos exemplos. Ao que parece, a frase em (03) parece estar relacionada à licença poética, mais especificamente, à métrica, porque se trata de texto em verso (*Os Lusíadas*); e a em (04), à influência do castelhano, já que não parece pertinente falar em licença poética para texto em prosa.

Essa proposta da inovação semântica foi detalhadamente investigada em Cambraia (1996) e os dados analisados, entretanto, indicaram não proceder. Constatou-se, contudo, que pode realmente ter havido influência do espanhol no sistema de locativos do português formado pelo *aonde* e seus correlatos: tal influência não teria atingido o valor semântico dessas formas, mas sim a sua distribuição, pois houve um significativo aumento na frequência do *aonde* entre a 2ª met. do séc. XVI e a 1ª met. do séc. XVII (período em que a forma *adonde* do espanhol era notoriamente mais freqüente que a sua correlatada *donde*, semanticamente equivalente).

Já Pontes (1992: 28) afirma que “o povo não distingue mais *aonde* de *onde* (como consequência da perda da preposição *a*)”. De tal afirmação infere-se que (a) atualmente ambas as formas são utilizadas com os mesmos valores, (b) em alguma época se faria a distinção e (c) a neutralização da diferença entre essas formas dever-se-ia ao desaparecimento da preposição *a* (com valor locativo).

Mesmo levando-se em conta que essa pesquisadora baseia sua análise apenas na descrição do português brasileiro falado (apresentada por Thomas (1960)), sua proposta parece carecer de fundamento.

---

<sup>3</sup> Esses dois dados foram transcritos *ipsis litteris* de Brandão (1963:296).

Primeiramente, não apresenta dados que comprovem o fato (pressuposto) de que em algum momento da história do português haveria distinção de uso entre *onde* e *aonde*. Em segundo lugar, não precisa em que época teria se dado o desaparecimento da preposição *a* (com valor locativo), informação essencial para estabelecer a relação de causa e conseqüência entre o mencionado desaparecimento e a perda da distinção entre *onde* e *aonde*. Por fim, ignora a existência de registros do uso de *aonde* com valor de "lugar em que" em fases bem pretéritas da história da língua portuguesa (quando a preposição *a* ainda seria utilizada com valor locativo, como informa Huber (1986: 261)).

Aliás, a ocorrência do *aonde* com ambos os valores já assinalados é certa, pelo menos, do século XVI em diante<sup>4</sup> – Pereira Filho (1974:76) analisa as nove ocorrências do *aonde* n' *Os Lusíadas* e classifica-as da seguinte maneira<sup>5</sup>:

- (a) Casos em que se mantém íntegro o valor denotativo do prefixo, como preposição *a*: I.81; II.19; V.7; VI.62; (b) Casos discutíveis, em que se poderia alegar reiteração de um complemento anterior: II.59; VIII.94; (c) Casos em que se nota um completo esvaziamento de valor denotativo no prefixo, aparecendo a forma *aonde* como exato equivalente semântico de *onde*: I, 105; II.12; IX.3.

Ocorrências de *aonde* em épocas posteriores são apresentadas ainda por outros estudiosos: Ribeiro (1919: 483-484) transcreve exemplos de *aonde* com valor de "lugar em que" em Almeida Garrett, Rebelo da Silva, Latino Coelho (séc. XIX) e com valor de "lugar a que" em Alexandre Herculano (séc. XIX); Brandão (1963) exemplifica o emprego de *aonde* significando "lugar em que" com dados de Camões (séc. XVI) e da obra anônima *Arte de Furtar* (séc. XVII) e significando "lugar a que" com trecho de Frei Luís de Souza (séc. XVII)).

<sup>4</sup> Cunha & Cintra (1985: 342) assinalam que a distinção entre *onde* e *aonde*, "praticamente anulada na linguagem coloquial, já não era rigorosa nos clássicos".

<sup>5</sup> Os números ao final de cada caso indicam a localização da ocorrência n' *Os Lusíadas*: o número em romano informa o canto e o em arábico a estrofe.

### 1.2.2. Hipóteses da origem polissêmica

Dentre os autores que postulam ser o *aonde* polissêmico desde sua origem, podem-se citar inicialmente Magne (1950) e Ferreira (s.d.). Segundo Magne (1950: 462), não havia, no português antigo, uma distinção rigorosa no uso de *onde*, *donde*, *adonde* e *aonde*: todas essas formas seriam utilizadas “com o valor do atual *onde*”. Magne, porém, não apresenta dados abonando sua afirmação. Ferreira (s.d.: 109-110), por sua vez, afirma que o uso indistinto de *onde* e *aonde* pode ser registrado desde autores da fase arcaica da língua (faz menção a Azurara) até os dias de hoje, mas apresenta exemplos do duplo uso de *aonde* apenas de autores de época posterior: “Nise? Nise? onde estás? aonde? aonde?” (Cláudio Manuel da Costa, séc. XVIII) e “Mas aonde te vais agora, / Onde vais esposo meu?” (Machado de Assis, séc. XIX). Ambos esses estudiosos não apresentam, porém, nenhuma explicação que elucidasse como o *aonde* veio a possuir os valores de “lugar a que” e “lugar em que”.

Para finalizar, convém mencionar ainda a proposta de Pereira (1929: 550-551), o qual considera o *aonde* como resultante de “uma prothese<sup>6</sup> expletiva de *a*” acrescentada ao *onde*, assim como teria acontecido com as palavras *assi* (< *si*), *ainda* (< *inda*), *afora* (< *fora*), etc. Segundo ele, seria exatamente porque o *aonde* é simplesmente uma variante protética do *onde* que ele teria os mesmos usos que este último. Acrescenta ainda que a idéia de criar uma correspondência entre *onde* e *ubi* (i. é., lugar em que), *donde* e *unde* (i. é., lugar de que) e *aonde* e *quo* (i. é., lugar a que) “embora não seja histórica, é lógica e, por isso, aceitável: *onde estou, aonde vou, donde venho*”. Diferentemente das propostas anteriores, há boas evidências em favor dessa última.

As evidências favoráveis a essa hipótese da variante protética foram obtidas com base na análise realizada por Cambraia (1996:104-117) a partir dos resultados obtidos por Gonçalves (1993) em seu trabalho de orientação variacionista e difusionista, no qual realizou uma análise sincrônica e diacrônica dos fenômenos de prótese e aférese do *a* no português, a partir de um *corpus* de textos do séculos XIII-XIV ao XX, procurando determinar os fatores intra- e extralingüísticos que regulam os dois processos em questão. Uma análise de dez dos

---

<sup>6</sup> Pereira (1929:61) define “prothese” como “adição euphonica de uma vogal no princípio de um vocábulo”.

fatores com que trabalhou o referido pesquisador – a saber, extensão do vocábulo, tonicidade, existência de par opositivo, papel da derivação, origem, idade, via de acesso, tempo, categoria morfológica e saliência mórfica – demonstrou que os oito primeiros se mostraram nitidamente favoráveis à hipótese da variante protética. A fim de mostrar a relação entre cada um destes dez fatores e a referida hipótese, segue-se uma breve síntese das evidências obtidas.

No que se refere à *extensão do vocábulo*, Gonçalves (1993: 85) constatou que “quanto menor é o item, mais sujeito à inserção ele está”. Levando em conta palavras de duas a cinco sílabas, notou que a probabilidade de ocorrência da prótese segue a seguinte ordem: dissílabas > trissílabas > quadrissílabas > pentassílabas. Este primeiro fator favorece fortemente a hipótese da variante protética aqui postulada, pois, sendo o *onde* uma palavra dissílaba, torna-se, assim, um candidato fortíssimo ao fenômeno da prótese. A inserção do [a] teria como resultado uma palavra trissílaba, que, como assinala Gonçalves (1993: 86), constitui “a dimensão vocabular preferida pela língua”.

Ao analisar a atuação do fator *tonicidade*, Gonçalves (1993: 87) estabelece três categorias: distância 0 (sílabas tônicas contíguas ao [a] protético), distância 1 (sílabas tônicas distantes uma sílaba do [a]) e distância 2 (sílabas tônicas distantes duas sílabas do [a]). Levando em conta essas categorias, Gonçalves (op. cit.) afirma que “na prótese, os [vocábulos] mais atingidos são os mais curtos com a distância 0 ou 1”, sendo que, dentre essas duas distâncias em palavras trissílabas, a primeira possui um peso relativo maior do que a segunda. Este segundo fator também constitui evidência a favor da hipótese da variante protética, já que, no caso do *aonde*, tem-se um item com distância 0, ou seja, a sílaba tônica está contígua ao [a] protético – justamente o contexto mais freqüente nos resultados de prótese.

No que tange à *existência de par opositivo*, Gonçalves (1993: 89) verificou que há uma “predominância de aplicação para os fenômenos de aférese e prótese na porção do léxico cujas formas inovadoras não constituem par mínimo com as formas básicas”. Assim sendo, o fenômeno de prótese em palavras como *pagar* seria menos provável, porque a forma resultante da prótese – *apagar* – coincidiria com uma outra palavra já existente (*apagar*), com a qual a forma básica (*pagar*) constituía um par opositivo. Também este terceiro fator reforça a hipótese da variante protética, uma vez que a forma inovadora resultante da prótese – o *aonde* – não coincidia com qualquer outro item que constituísse par mínimo com a forma básica – o *onde*.

Quanto ao *papel da derivação* no fenômeno da prótese do [a] na história do português, Gonçalves (1993: 97) verificou “que os vocábulos primitivos são os mais atingidos (...), sendo, portanto, vítimas mais indefesas da ação deste processo”. Tal fator também favorece a hipótese da variante protética, uma vez que o *onde* é uma forma primitiva, sendo assim uma das “vítimas mais indefesas” desse fenômeno.

Ao analisar o fator *saliência mórfica*, fator que estendeu para a morfologia tomando por base o *Princípio da Saliência Fônica* de Lemle & Naro (1977), Gonçalves (1993) estabelece uma escala crescente de saliência mórfica com quatro graus: saliência 1 - [a] inicial desprovido de conteúdo semântico ou morfológico, sendo apenas um componente fonético da raiz da palavra; saliência 2 - [a] inicial com estatuto de prefixo operacional (ou morfo-operacional) ocorrendo em casos de derivação parassintética; saliência 3 - [a] inicial, sozinho ou junto a outro segmento, como um prefixo denominado “semântico”, já que apresenta uma significação específica; e saliência 4 - [a] inicial como prefixo de negação e de privação, conferindo ao vocábulo derivado uma idéia diametralmente oposta à do primitivo. Em relação a essa questão, Gonçalves (1993: 102) constatou que “todo [a] protético é saliente do ponto de vista morfossemântico, já que tende a surgir ora com saliência 2 (casos de prefixo operacional), ora com saliência 3 (casos de atenuadores de significação)”. Para que este fator pudesse ser considerado como favorecedor da hipótese da variante protética, o *aonde* teria que apresentar saliência 3, já que, por não se tratar de uma palavra oriunda de derivação parassintética, não apresenta saliência 2 – o outro grau de saliência, além do grau 3, com que surgem as palavras que sofreram prótese. Segundo Gonçalves (1993: 100), nos casos de saliência 3, “o [a] protético tende a reforçar o conceito expresso na base, reiterando ou enfatizando seu sentido. Desta forma, este segmento parece ser um atenuador de significação, já que tende a reforçar o conteúdo significativo do radical”. A princípio, podem-se identificar dois problemas<sup>7</sup> nesse trecho: (a) em primeiro lugar, Gonçalves não esclarece o que entende por “reforçar o conceito expresso”: seria acrescentar algum outro valor semântico

---

<sup>7</sup> A rigor haveria ainda um terceiro problema: partindo-se do pressuposto de que os processos de prótese são fenômenos fonológicos, seria de se esperar apenas saliência 1, pois os outros graus de saliência mórfica pressupõem um fenômeno de natureza morfológica (derivação parassintética no caso da saliência 2, e derivação prefixal no caso das saliências 3 e 4).



afim ao da base ou seria expressar exatamente o mesmo valor semântico da base? (b) além disso, como o [a] protético pode estar atenuando a significação se está reforçando-a: “atenuar” e “reforçar” não são conceitos opostos? A existência dessas imprecisões não é, porém, desconhecida por Gonçalves, pois ele próprio admite que “esta idéia merece ser revista em trabalhos posteriores, analisando-se caso a caso” (Gonçalves (1993: 100)). Assim sendo, dados esses dois problemas, não se pode avaliar com segurança se o *aonde* se encaixa ou não na saliência 3, o que impede que se determine se este quarto fator favorece ou não a hipótese da variante protética. O que se pode dizer é que se “reforçar o conceito expresso” significa possuir o mesmo significado da base, então este fator favoreceria a hipótese da variante protética, uma vez que o *aonde* apresentaria valores que sua própria base – o *onde* – já possuía (segundo Magne (1950), Ferreira (s.d.) e Pereira (1929)).

No que se refere à atuação do fator *categoria morfológica*, Gonçalves (1993: 120) afirma que os “itens lexicais marcados pelos traços [- comum], [+ palavra gramatical] e [- contexto fonético natural] são mais resistentes aos processos [de aférese e de prótese]”. Assim sendo, seriam mais resistentes ao processo de prótese as categorias nome próprio (que apresenta o traço [- comum]); e preposições, conjunções, interjeições e advérbios (que possuem o traço [+ palavra gramatical]). Além disso, também seriam resistentes as palavras que não se iniciam por vogais, ou seja, que apresentam o traço [-contexto fonético natural]. Este sexto fator se apresenta como parcialmente incompatível com a hipótese em análise, porque, se, por um lado, o *onde* apresenta os traços [+ comum] (não é nome próprio) e [+ contexto fonético natural] (inicia-se por vogal), o que o tornaria um candidato ao fenômeno da prótese; por outro lado, trata-se de uma palavra que possui o traço [+ palavra gramatical] (trata-se de um advérbio), o que o caracteriza como item resistente à prótese. A princípio, o que seria incompatível com a hipótese da variante protética é o fato de o *onde* ser um advérbio, mas esse fato merece ser repensado, pois Gonçalves (1993) cometeu um equívoco em sua análise da influência da variável categoria morfológica, porque, ao contrário do que ele disse, há registros, na história do português, de casos de palavras gramaticais, mais especificamente os advérbios *i* e *inda*, que sofreram prótese.<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Said Ali (1964:184) considera o *aí* uma variante protética e Pereira (1929:550) diz o mesmo a respeito do *ainda*.

Sendo assim, embora os itens que possuem o traço [+ palavra gramatical] sejam realmente mais resistentes à ação dos processos de aférese e prótese, isto não quer dizer que não tenham ocorrido casos de palavras gramaticais (de advérbios, pelo menos) que tenham recebido um [a] protético na história do português. Enfim, se já citados advérbios sofreram prótese do [a], por que o advérbio *onde* não poderia também ter recebido um [a] protético?

Gonçalves (1993) analisa também a influência de três fatores, que foram reunidos sob o rótulo de *fatores léxico-etimológicos*: origem, idade e via de acesso. O primeiro – origem do vocábulo – foi subcategorizado em (a) latinos, (b) gregos, (c) de outras línguas e (d) de origem obscura. Já o segundo – idade do vocábulo – foi considerado segundo as seguintes categorias: (a) antigos (existentes na história da língua desde a sua formação (séc. XII e XIII)), (b) de meia idade (entrada na língua entre os séculos XIV e XV) e (c) contemporâneos (entrada posterior ao século XVI). O terceiro – via de acesso do vocábulo na língua – foi subdividido em (a) origem erudita (palavras que não viveram em tradição ininterrupta na língua, sendo utilizadas, inicialmente, em círculos eruditos, mais precisamente na língua literária) e (b) origem popular (palavras que percorreram todas as fases do desenvolvimento da língua, tendo assim, tradição ininterrupta na história da língua). A partir da análise da atuação desses fatores, Gonçalves (1993: 132) concluiu que “os vocábulos latinos, os de origem popular e os mais antigos na língua são aqueles mais propulsores quer da variação em aférese, quer da variação em prótese”. Tais resultados são altamente favoráveis à hipótese da variante protética, pois o *onde* – base da formação do *aonde* – é um vocábulo de origem latina (vem do advérbio latino *unde*), é de origem popular (possui uma tradição ininterrupta na história do português) e encaixa-se na categoria do itens mais antigos da língua (seu primeiro registro na língua data da fase arcaica, mais especificamente do século XII, segundo Machado (1987: 252), ou do século XIII, segundo Cunha (1982: 561)).

Para finalizar esta análise, cumpre falar do fator *tempo*. Gonçalves (1993) analisa a relação entre o fator tempo e o processo de prótese na história do português de duas formas: uma primeira, levando em conta apenas os itens lexicais variáveis; e uma segunda, considerando os variáveis e os invariáveis. A diferença entre essas duas análises consiste em terem sido considerados, na primeira, apenas aqueles itens que apresentaram variação no curso do tempo, enquanto, na segunda,

considerou, além dos anteriores, também aqueles itens que não apresentaram variação, mas que poderiam ter sido afetados. É interessante notar que o maior número de casos de prótese ocorre, em ambas as análises, nos tempos 1 (sécs. XIII-XIV) e 2 (sécs. XIV-XV), ou seja, o fenômeno de prótese na história do português se mostrou mais atuante na fase arcaica. Tal informação corrobora ainda mais a hipótese da variante protética, uma vez que o primeiro registro do *aonde* se situa, como assinala Cunha (1986), no século XIV.

Embora haja todas essas evidências favoráveis, a hipótese da variante protética choca-se diretamente com a quase unânime interpretação da forma *aonde* como sendo composta da preposição *a* e do advérbio *onde* (cf., por ex., Barbosa (1871: 237), Brandão (1963: 296), Bueno (1963: 273), Said Ali (1964: 185), Câmara Jr. (1985: 120), Ferreira (s.d.: 109)). O problema a que se chega então é: seria o segmento inicial da forma *aonde* a preposição *a* ou apenas um elemento de natureza fônica sem qualquer estatuto morfológico?

Com o objetivo de tentar obter dados que permitissem levar adiante a discussão desse problema, optou-se pela análise do comportamento lingüístico do *aonde* e de seus correlatos no primeiro texto em língua portuguesa em que se constatou a sua presença (cf. Cunha (1986:64)): trata-se da obra trecentista intitulada *Livro de Falcoaria*, da autoria de Pero Menino. Esta análise poderá contribuir para resolução desse problema porque permite investigar mais aprofundadamente o seu comportamento lingüístico em seus contextos de ocorrência.

## **2. Comportamento lingüístico do *aonde* e correlatos no *Livro de Falcoaria***

### **2.1. *Livro de Falcoaria*: autor, testemunhos e edição**

Consta no fólio 30r do códice 518 da seção Pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa, que D. Fernando, rei de Portugal e do Algarve, teria mandado a Pero Menino ("Minino" no original), seu falcoeiro, que fizesse um livro de falcoaria. Embora não constem no códice outras informações sobre seu autor, Lapa (1931: vi) conseguiu obter alguns poucos dados nas chancelarias de D. Fernando (rei entre 1367 e 1383) e D. João I (rei entre 1385 e 1433): entre 1382 e 1385 morava o seu autor em Santarém, onde possuía bens; seus bons serviços e muito provavelmente sua obra teriam lhe valido a benevolência de D. João I. Para

Lapa (1931:xii), a data de composição do *Livro de Falcoaria* teria sido o último quartel do século XIV, antes de 22 de outubro de 1383, data em que faleceu D. Fernando, o qual tinha encarregado Pero Menino de sua elaboração.

Segundo apurou Lapa (1931: xx), o *Livro de Falcoaria* de Pero Menino chegou até os dias de hoje em três cópias: (i) a cópia designada pelo filólogo português de *A* se compõe de 24 capítulos e está nos fólhos 30r-68r do já mencionado cód. 518 da seção Pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa, tendo sido copiada provavelmente no início do séc. XVII (mais precisamente, em 5 de julho de 1617 – data que consta no fól. final do cód.); (ii) a cópia *B* está composta de 18 capítulos e encontra-se nos fól. 45v-60v do cód. 2294 do Fundo Geral da Biblioteca Nacional de Lisboa e parece ter sido copiada em meados do século XV; (iii) a cópia *C*, composta de 23 capítulos, acha-se, juntamente com mais outros dois tratados, nos fól. 2r-29r do cód. 821 do Núcleo Sloane do Museu Britânico e sua letra parece ser do século XVI. Como base em um confronto entre os códs. *A*, *B* e *C*, Lapa (1931: xxix) defende que “*A* é portanto o verdadeiro tratado de Pero Menino, chegado até nós na íntegra, embora com deturpações e actualizações de linguagem, de fácil correcção aliás”. Em razão dos resultados obtidos no confronto, Lapa (1931) dá preferência à edição do códice *A* (realizando as devidas correções e emendas, sempre assinaladas), embora também edite, na margem inferior, o códice *B*.

A análise do comportamento lingüístico do *aonde* e seus correlatos que se segue tomou como base o códice *A*, já que segundo Lapa era o melhor deles, mas em alguns momentos fez-se um confronto entre *A* e *B*, uma vez que o uso do *aonde* e correlatos não é idêntico nos dois manuscritos.

## 2.2. Descrição dos dados

Foram coletadas, no *corpus* selecionado, todas as ocorrências da forma *aonde* e de seus correlatos, das quais se fez, em seguida, uma descrição do comportamento lingüístico levando-se em conta os seguintes aspectos: (a) a sua distribuição; (b) o contexto sintático em que ocorrem; e (c) o seu valor semântico. Cumpre ainda esclarecer aqui que a descrição dos contextos sintáticos se baseou em alguns conceitos gerativistas descritos por Raposo (1992) e Brito (1988). Adotou-se, mais especificamente, a descrição dos tipos de estrutura sintática em que poderiam ocorrer o *aonde* e seus correlatos, a saber:

(a) orações interrogativas diretas (OID); (b) orações interrogativas indiretas (OII); (c) orações relativas restritivas (ORR); (d) orações relativas apositivas (ORA); e (e) orações relativas livres (ORL).

A análise dos dados coletados permitiu que se constatassem os seguintes fatos em relação ao comportamento lingüístico do *aonde* e de seus correlatos no *Livro de Falcoaria*:

- a) No que se refere à distribuição dos locativos em questão, verificou-se que das 23 ocorrências no códice *A*, 14 eram do *onde*, 3 do *aonde*, 2 do *donde* e 4 do *por onde*.
- b) Quanto ao contexto sintático<sup>9</sup> em que o *aonde* e seus correlatos ocorrem em *A*, os referidos locativos se distribuem da seguinte forma: duas das ocorrências do *aonde* aparecem em ORRs e uma em ORL; oito das ocorrências do *onde* são em ORRs, 5 em ORAs e 1 em ORL; o *donde* aparece uma vez em ORR e uma em ORA; e, por fim, o *por onde* aparece uma vez em ORR, uma em ORA e duas em ORLs.
- c) Em relação a seu valor semântico, o *aonde* apresenta em suas três ocorrências em *A* o valor de "lugar em que"; o *onde* apresenta os valores de "lugar em que" (12 das 14 ocorrências), de "lugar a que" (1 ocorrência) e de "lugar de que" (1 ocorrência); o *donde*, em suas duas ocorrências, apresenta apenas o valor de "lugar de que"; e o *por onde* aparece apenas com o valor de "lugar por que" em suas quatro ocorrências.

Digno de nota em relação ao códice *B* é o fato de terem-se identificado apenas 13 ocorrências dos referidos locativos (o que é compreensível pelo fato de o códice estar incompleto), dentre as quais não ocorre nenhum *aonde*. Das três ocorrências de *aonde* em *A*, duas não têm correspondência em *B* por causa da incompletude deste códice; mas uma tem correspondência sim (embora o locativo utilizado não seja o mesmo) – confira-se o contraste entre os dados abaixo:

---

<sup>9</sup> Não há ocorrências em orações interrogativas diretas e indiretas pela própria inexistência das mesmas no texto, algo nada surpreendente, dada a natureza do texto analisado: um manual de como tratar de falcões, ou seja, uma obra essencialmente descritiva, sem diálogos.

- (05) “(...) poen os ditos ferros bem quentes no lugar *aonde* he a fistola gerada (...)” (Grifo meu) (Lapa (1931: 30)) – Códice A
- (06) “(...) põoe os dictos fferros bem queetes naquelles lugares honde a fistolla he geerada (...)” (Grifo meu) (Lapa (1931: 30)) – Códice B

**Quadro 1: Distribuição do aonde e correlatos no Livro de Falcoaria (cód. A)**

	Nº de ocorrências	Porcentagem
ONDE	14	60,9 %
AONDE	3	13,0 %
DONDE	2	8,7 %
POR ONDE	4	17,4 %
Total	23	100,0 %

**Quadro 2: Contexto sintático do aonde e correlatos no Livro de Falcoaria (cód. A)**

		ORR	ORA	ORL	Total
ONDE	Nº	8	5	1	14
	%	57,1	35,7	7,1	99,9
AONDE	Nº	2	-	1	3
	%	66,6	-	33,3	99,9
DONDE	Nº	1	1	-	2
	%	50,0	50,0	-	100,0
POR ONDE	Nº	1	1	2	4
	%	25,0	25,0	50,0	100,0

**Quadro 3: Valor semântico do aonde e correlatos no Livro de Falcoaria (cód. A)**

		Lugar em que	Lugar a que	Lugar de que	Lugar por que	Total
ONDE	Nº	12	1	1	-	14
	%	85,7	7,1	7,1	-	99,9
AONDE	Nº	3	-	-	-	3
	%	100,0	-	-	-	100,0
DONDE	Nº	-	-	2	-	2
	%	-	-	100,0	-	100,0
POR ONDE	Nº	-	-	-	4	4
	%	-	-	-	100,0	100,0

**Quadro 4: Contexto sintático e valor semântico do aonde e correlatos no Livro de Falcoaria (cód. A)**

		ORR				ORA				ORL				Total
		em	a	de	por	em	a	de	por	em	a	de	por	
ONDE	Nº	5	1	1	-	6	-	-	-	1	-	-	-	14
	%	35,7	7,1	7,1	-	42,9	-	-	-	7,1	-	-	-	99,9
AONDE	Nº	2	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	3
	%	66,6	-	-	-	-	-	-	-	33,3	-	-	-	99,9
DONDE	Nº	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2
	%	-	-	50	-	-	-	-	-	-	-	50	-	100,0
POR ONDE	Nº	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	2	4
	%	-	-	-	25	-	-	-	25	-	-	-	50	100,0

**Quadro 5: Distribuição do honde e correlatos no Livro de Falcoaria (cód. B)**

	Nº de ocorrências	Porcentagem
HONDE	13	81,25 %
HU	1	6,25 %
DONDE	1	6,25 %
PER HONDE	1	6,25 %
Total	16	100, 0 %

**Quadro 6: Contexto sintático e valor semântico do honde e correlatos no Livro de Falcoaria (cód. B)**

		ORR				ORA				ORL				Total
		em	a	de	por	em	a	de	por	em	a	de	por	
HONDE	Nº	6	1	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	13
	%	46,1	7,7	-	-	46,1	-	-	-	-	-	-	-	99,9
HU	Nº	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	%	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100
DONDE	Nº	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	%	-	-	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100
PER HONDE	Nº	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	
	%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	100	



### 2.3. Interpretação dos dados

Descritos os dados, pode-se então passar à questão que havia sido colocada ao final da seção 1.2.2, ou seja, o que os fatos acima arrolados permitem dizer a respeito da natureza do segmento inicial do *aonde*: seria um mero segmento fônico sem estatuto morfológico ou seria a preposição *a*? Antes apresentar a resposta a essa pergunta com base nos dados do *Livro de Falcoaria*, será necessário apresentar alguns poucos dados sobre a história da forma *onde* no português arcaico.

Segundo propõe Bonfim (1993: 117-118), o sistema de localizadores formado pelo *onde* e correlatos teria passado por um processo de mudança no português arcaico. Numa primeira fase (sécs. XIII-XIV), ter-se-ia o emprego da forma *u* indicando localização estática (“lugar em que”) e direção (“lugar a que”), e o da forma *onde* indicando proveniência (“lugar de que”). Por causa de (i) um esvaziamento semântico das acepções de proveniência e direção<sup>10</sup> e (ii) da progressiva adoção de preposições<sup>11</sup> para marcar essas duas idéias, teria ocorrido uma confusão no uso dessas duas formas (séc. XIV-XV). Nessa confusão, o *onde* teria se tornado um localizador universal, caindo progressivamente em desuso a forma *u* (sécs. XV-XVI). Dessa breve descrição apresentada aqui, é fundamental salientar dois aspectos: (a) o esvaziamento semântico das acepções de proveniência e direção e (b) progressiva adoção de preposições para marcar oposições semânticas.

Haveria alguma relação entre esse processo de mudança porque passou o *onde* e o surgimento do *aonde*? Admitindo-se que sim, então o segmento inicial do *aonde* certamente seria a preposição *a*, que teria sido anexada ao *onde* justamente para marcar oposições semânticas. O recurso a preposições para marcar oposições semânticas é bastante evidente no próprio *Livro de Falcoaria*, como se pode notar pelos casos abaixo, em que o *onde* teria recebido as preposições *de* e *por* para indicar respectivamente a idéia de “lugar de que” e “lugar por que”:

---

<sup>10</sup> Como lembra Bonfim (1993: 98), já no latim havia uma oscilação semântica entre os localizadores *ubi* (que indicava repouso e cuja evolução deu a forma *u* do português arcaico) e *unde* (que expressava a idéia de origem e cuja evolução gerou o *onde* no português). Haveria também casos de emprego de *ubi* no lugar de *quo* (que significava direção e não passou às línguas românicas) e de *unde* por *ubi*.

<sup>11</sup> Fenômeno este que se encaixa num processo mais amplo relativo ao papel assumido pelas preposições nas línguas românicas, como salienta Bonfim (1993: 114).

(07) “O lugar *donde* vem esta door he nos pés, que he lugar en que se sostem todo o corpo (...)” (Grifo meu) (Lapa (1931: 36))

(08) “(...) e metelhe as tripas en seu lugar e coze aquelle lugar *por onde* as tripas sairão (...)” (Grifo meu) (Lapa (1931: 30))

Como a análise da forma *aonde* exige uma discussão mais extensa, convém transcrever aqui suas três ocorrências no *Livro de Falcoaria* (a primeira, citada acima, está sendo relistada):

(05) “(...) poen os ditos ferros bem quentes no lugar *aonde* he a fistola gerada (...)” (Grifo meu) (Lapa (1931: 30))

(09) “(...) debes de fazer assy: vay *aonde* matão cabras ou cabrões (...)” (Grifo meu) (Lapa (1931: 68))

(10) “(...) queimarás o falcão, que ouver fistola, nos lugares *aonde* a tiver con as pontas que tem pera *syma* (...)” (Grifo meu) (Lapa (1931: 71-72))

Se o *a* é realmente uma preposição anexada ao *onde* para marcar oposições semânticas, quais seriam essas oposições nos dados acima?

Em uma primeira análise do valor semântico com que o *aonde* ocorre nesses dados, percebe-se claramente haver, nos três, o valor de “lugar em que”. Para tal constatação, basta conferir a relação entre o *aonde* e o verbo/locução verbal das orações subordinadas (às quais o *aonde* pertence): *he gerada* em (05), *matão* em (09) e *tiver* em (10). Entretanto, se se também levar em conta a relação do *aonde* com o verbo da oração principal, nota-se que um outro valor semântico está em jogo. Em (09) a existência de um segundo valor semântico é bastante clara: o *aonde* exprimiria o valor de “lugar em que” (em sua relação com o verbo da oração subordinada *matão*) mas também o valor de “lugar a que” (em sua relação com o verbo da oração principal *vay*). Também em (05) o *aonde* pode ser interpretado como apresentando tanto o valor de “lugar em que” (por sua relação com a locução verbal da oração subordinada *he gerada*) quanto o valor de “lugar a que” (por reiteração da idéia de direção que o seu antecedente *no lugar* expressaria por sua relação com o verbo da principal *poen*). Casos de reiteração como o em (05) encontram-se, por exemplo, n’ *Os Lusíadas*: como já se assinalou anteriormente, Pereira Filho (1974: 76) classificou duas das ocorrências do *aonde* na obra citada quanto ao valor semântico como “casos discutíveis, em que se poderia alegar

reiteração de um complemento anterior” justamente porque o verbo da principal estabeleceria uma relação de “lugar a que” com o antecedente do *aonde*, enquanto o verbo da oração subordinada estabeleceria uma relação de “lugar em que” – são esses dois casos<sup>12</sup>:

- (11) “Dali pera Mombaça logo parte, / *Aonde* as naos estauão temerosas” (Grifo meu) (Camões (1982: 140)) – Canto II, estrofe 59, versos 1-2
- (12) “Vem a fazenda a terra, *aonde* logo / A agasalhou o infame Catual:” (Grifo meu) (Camões (1982: 600)) – Canto VIII, estrofe 94, versos 1-2

Para o dado em (10), porém, é forçoso admitir exprimir o *aonde* apenas o valor de “lugar em que”, pois tanto o verbo da oração subordinada (*tiver*) quanto o verbo da sua oração principal (*queimarás*) não implicam na idéia de direção.

Com base no que se argumentou acima, conclui-se que o *aonde* apresentaria no *Livro de Falcoaria*, na verdade, tanto o valor de “lugar em que” quanto de “lugar a que”. Tais valores, aliás, também eram expressos pelo *onde* (sem qualquer preposição), como se pode constatar nos dados abaixo respectivamente:

- (13) “(...) filha o acevar cecotrim e moio e amaço con o mel e poenho en aquelle lugar *onde* lhe as penas come (...)” (Grifo meu) (Lapa (1931: 33))
- (14) “(...) ali onde ha de vir a materia negra antre alva, ve huas cagateas que semelhão de ratos e o falcão tolhe de tarde e tarde (...)” (Grifo meu) (Lapa (1931: 21))

Ora, se tais valores já poderiam ser expressos pelo *onde* (sem qualquer preposição), qual seria a oposição semântica que a preposição *a* marcaria?

---

<sup>12</sup> Esses dados foram transcritos diplomaticamente da edição fac-similar do exemplar Ee (ou seja, com o pelicano voltado para a esquerda). Como ainda não há consenso sobre qual exemplar seria o mais fiel, convém assinalar que a única diferença em relação ao exemplar E (com o pelicano voltado para a direita) nos dois dados transcritos está no fato de em (13) haver um ponto separando os dois versos, ao invés de uma vírgula. A barra inclinada foi acrescentada aqui para assinalar mudança de verso.

Talvez a resposta para essa pergunta possa ser obtida se se identificar quais eram os valores semânticos (locativos) que a preposição *a* poderia apresentar no português arcaico (período em que se registrou a primeira ocorrência do *aonde*). Segundo Mattos e Silva (1989: 627-628), a preposição *a* podia expressar no português arcaico as idéias de “direcção” ou “permanência”. A ocorrência da preposição *a* com esses valores pode ser confirmada com seguintes dados do próprio *Livro de Falcoaria*, respectivamente:

(15) “(...) ao outro dia metelhe o mel agranado pola boca e vá ao ventre (...)” (Grifo meu) (Lapa (1931: 28))

(16) “(...) até que vejas que tolhe sua materia propia e seja sempre ao sol (...)” (Grifo meu) (Lapa (1931: 21))

Se a preposição *a* podia expressar a idéia de “direcção” (= “lugar a que”) e “permanência” (= “lugar em que”), então a forma resultante da união entre essa preposição e o *onde* deveria também poder apresentar esses dois valores, fato este que efetivamente se constatou (confirmam-se os dados em (05) e (09)). Mas, como o *onde* já apresentava esses dois valores mesmo sem a preposição *a* (consultem-se os dados em (13) e (14)), percebe-se então que o *aonde* estaria funcionando exatamente como o *onde*, ou seja, a presença da preposição *a* não estaria tendo nenhuma função, não estaria marcando nenhuma oposição semântica. Se a justificativa para defender que o segmento inicial do *aonde* era uma preposição fundamenta-se na idéia de que preposições estavam sendo empregadas com o *onde* para marcar oposições semânticas, qual seria então a função opositiva da preposição *a* no *aonde*?

Sua função opositiva não estaria, na verdade, em estabelecer uma distinção entre “lugar em que” e “lugar a que”, mas sim entre “lugar em que”/“lugar a que” e “lugar de que”. Como não há nenhuma ocorrência do *aonde* com o valor de “lugar de que”<sup>13</sup> no *Livro de Falcoaria* (e

<sup>13</sup> Há ainda, porém, no cód. *A* do *Livro de Falcoaria*, uma ocorrência de *onde* com valor etimológico (“lugar de que”), a qual é substituída, no cód. *B*, por *donde*: “(...) filha a pedra hume e moea e deitalhe della en aquelles lugares, onde tirares aquelles grãos (...)” (Grifo meu) (Lapa (1931:14)) cód. *A* x “(...) filha a pedra hume e moya e deytalhe della em aquelles lugares donde tirares aquelles grãos (...)” (Grifo meu) (Lapa (1931: 14)) cód. *B*

nenhum dos manuais consultados registram tal uso), é bem possível que fosse essa a função da preposição *a*. Sabe-se, com base no que apurou Bonfim (1993), que o *onde* estava, no curso dos séculos XIII a XV, passando por uma mudança segundo a qual estava perdendo seu valor etimológico (“lugar de que”), o qual passou a ser expresso pela forma *donde*, e ganhando dois novos valores (“lugar a que” e “lugar em que”). Pois bem, a função da anexação do *a* ao *onde* seria exatamente a de reforçar esses dois valores recém-adquiridos, valores estes que a preposição *a* já expressava.

A presente proposta de que o *a* do *aonde* tinha como função reforçar os valores de “lugar em que” e “lugar a que” (por oposição ao valor de “lugar de que”, expresso pelo *de* de *donde*) tem como vantagem não apresentar as incoerências existentes na interpretação da história do *aonde* dada por outros estudiosos.

Em primeiro lugar, segundo a presente proposta, o *aonde* já possuiria os valores de “lugar em que” e “lugar a que” desde sua origem, assim sendo não seria necessário defender a existência de uma inovação semântica em sua história: seriam, portanto, desnecessárias as não comprovadas hipóteses de que a pretensa inovação seria por influência do *adonde* do espanhol (Brandão (1963)) ou por perda da preposição *a* com valor locativo (Pontes (1992)). No fundo, a existência dessas hipóteses de inovação semântica pressupõe que a preposição *a* teria apenas o valor de “lugar a que”, daí a necessidade de dizer que o *aonde* teria apenas o valor de “lugar a que” em sua origem – mas, como já se demonstrou acima, tal pressuposição é falsa, porque, mesmo na fase arcaica, a preposição *a* já indicava “lugar a que” e “lugar em que”.

Em segundo lugar, de acordo com a proposta aqui defendida, o *aonde* não seria apenas uma variante do *onde*: seria uma forma com reforço preposicional que tinha como função demarcar os valores de “lugar em que” e “lugar a que” recém-adquiridos pelo *onde*. Tal fato afasta a hipótese de que o *aonde* fosse uma variante protética do *onde* (Pereira (1929)), pois, se o fosse, era de se esperar que ocorresse com os mesmos valores que o *onde* (sem preposição) possuía, ou seja, “lugar em que”, “lugar a que” e “lugar de que” (cf. respectivamente os dados em (13), (14) e na nota de pé de página n. 15). Tal identidade absoluta entre *onde* e *aonde*, porém, não se constata, pois *aonde* ocorre, no *Livro de Falcoaria*, apenas com os valores de “lugar em que” e “lugar a que”, mas nunca com o valor de “lugar de que”.

Antes de encerrar a presente discussão, convém ainda formular uma outra pergunta: teria o *aonde* surgido em algum contexto específico e difundido-se para outros (se se admitir que, no processo de mudança, uma inovação parte de um dado contexto e difunde-se para outros, como defendem Naro & Lemle (1977))?

Embora tal forma ocorra no *Livro de Falcoaria* já em dois contextos sintáticos diferentes (ORLs e ORRs), uma análise mais detalhada desses dados permitem aventar uma hipótese para esse contexto de surgimento.

Como há mais ocorrências do *aonde* em ORRs do que em ORLs (há uma neste contexto contra duas naquele), poder-se-ia pensar que o contexto de surgimento fossem as ORRs. No entanto, a ocorrência do *aonde* é categórica em ORLs subcategorizadas pelo verbo da principal (o *onde* não ocorre neste contexto, ocorre apenas em ORL não subcategorizada<sup>14</sup>), mas, em ORRs, não é categórica: neste último contexto há duas ocorrências de *aonde* mas oito de *onde*, existindo inclusive casos em que *aonde* e *onde* ocorrem em contextos praticamente idênticos, como mostram os dados abaixo (ambos, já citados, estão sendo relistados):

(05) “(...) poen os ditos ferros bem quentes no lugar aonde he a pistola gerada (...)” (Grifo meu) (Lapa (1931: 30))

(13) “(...) filha o acevar cecotrim e moio e amaço con o mel e poenlho en aquelle lugar onde lhe as penas come (...)” (Grifo meu) (Lapa (1931: 33))

Assim sendo, é bem possível que o primeiro contexto de ocorrência fossem os períodos em que houvesse uma ORL subcategorizada pelo verbo da oração principal<sup>15</sup>; posteriormente, tal forma teria se espreado para outro contexto – as ORRs. Mas por que o *aonde* teria surgido naquele contexto?

---

<sup>14</sup> “(...) e degola hua gualinha e (...) deitalhe o sangue della por syrna daquella custura; e o por que lhe convem he porque onde ha daver a solda de fora conven que aja o sangue (...)” (Grifo meu) (Lapa (1931: 53))

<sup>15</sup> Tal contexto parece favorecer a ocorrência do *aonde* ainda no português contemporâneo: Machado (1995) ocupou uma coluna inteira sua, de caráter normativista, apenas para falar sobre o uso de *aonde* nesse contexto pelo fato de tê-lo visto em uma peça publicitária de um grande banco – mais especificamente na frase “Ele vai *aonde* você estiver” (Grifo meu).

Para se esclarecer isso, convém reproduzir aqui a ocorrência do *aonde* naquele contexto no *Livro de Falcoaria* (o dado abaixo, também já citado antes, está sendo relistado):

- (09) “(...) debes de fazer assy: vay *aonde* matão cabras ou cabrões (...)” (Grifo meu) (Lapa (1931: 68))

Analisando-se tal dado, percebe-se que o segmento inicial do *aonde* está ocorrendo após uma forma flexionada do verbo *ir*, assim como no seguinte dado extraído da mesma obra (o dado abaixo, anteriormente mencionado, está sendo relistado):

- (15) “(...) ao outro dia metelhe o mel agranado pola boca e vá *ao* ventre (...)” (Grifo meu) (Lapa (1931: 28))

Isto sugere que o *a* teria sido anexado ao *onde* em ORLs porque, neste contexto, sua presença seria interpretada como um elemento subcategorizado pelo verbo da oração principal.

Convém, entretanto, salientar que, uma vez que os dados analisados neste trabalho são em pequeno número, as conclusões a que se chegou aqui devem ser interpretadas como provisórias, pois devem ser testadas futuramente com um *corpus* mais robusto e diversificado.

## Conclusão

Para encerrar este trabalho, parece conveniente retomar a pergunta formulada logo no início: será que o *aonde* sempre possuiu os valores de “lugar em que” e “lugar a que” ao longo da história do português?

Com base no comportamento lingüístico do *aonde* e de seus correlatos no primeiro texto em língua portuguesa em que se constatou a sua presença, poder-se-ia dizer que sim, ou, pelos menos, que tal forma possuía esses dois valores na sua origem. A razão de possuir ambos os valores desde sua origem se deveria ao fato de que o *aonde* teria surgido exatamente para reforçar os valores de “lugar em que” e “lugar a que” que o *onde* teria adquirido no processo de mudança por que passou na fase arcaica do português, processo em que teria perdido seu valor etimológico de “lugar de que”.

Embora se esteja encerrando aqui este trabalho, certamente não se está encerrando a necessidade do estudo da complexa história do *aonde* e de seus correlatos na língua portuguesa. Há ainda várias

questões relativas à sua história a serem estudadas, tais como: (a) Qual foi a relação existente entre o *onde* e o *aonde* ao longo da história do português: seria um caso de variação ou haveria em alguma época contextos em que um ocorria e o outro não? (b) Quando teriam os gramáticos iniciado a relacionar, em seus compêndios, *aonde* apenas ao valor de “lugar a que”, *onde* apenas ao valor de “lugar em que” e *donde* apenas ao valor de “lugar de que”? (c) Teria essa normatização interferido no uso do *aonde* e seus correlatos na língua escrita e/ou na língua falada? Caso sim, de que forma e a partir de quando? Tais questões constituem motivações que justificam a realização de um estudo mais amplo sobre a história do *aonde* e de seus correlatos, investigando-se seu comportamento tanto de forma seriada ao longo das fases históricas do português quanto na sua variedade contemporânea levando-se em conta fatores de natureza estrutural e social ou, segundo a terminologia laboviana, tanto no tempo real como no tempo aparente.

## Referências Bibliográficas

BARBOSA, Jeronymo Soares. *Grammatica philosophica da lingua portugueza*. 5. ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871.

BONFIM, Eneida do Rêgo Monteiro. Variação e mudança no português arcaico: o caso de *u* e de *onde*. *Palavra*, Rio de Janeiro, n.1, p. 96-119, 1993.

BRANDÃO, Cláudio. *Sintaxe clássica portuguesa*. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 1963.

BRITO, Ana Maria Barros. *A sintaxe das orações relativas em português*. Porto: Universidade do Porto, 1988.

BUENO, Francisco da Silveira. *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1963. Vol. 1.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Um estudo sobre a história do “aonde” na língua portuguesa*. 1996. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. (Inédita).



CAMÕES, Luis de. *Os Lusíadas*; reprodução paralela das duas edições de 1572. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

COELHO, Paulo. *O diário de um mago*. 26. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.

\_\_\_\_\_. *Na margem do rio Piedra eu sentei e chorei*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. 1. ed. 2. impr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

\_\_\_\_\_. *Índice do vocabulário do português medieval*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. Vol 1: A.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. 5. reimpr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DIAS, Augusto Epiphany da Silva. *Sintaxe histórica portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1970.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 1. ed. 10. reimpr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [s.d.].

GONÇALVES, Carlos Alexandre Victório. *Aférese e prótese: verso e reverso morfológico*. Dissertação (Mestrado). 1993. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. (Inédita).

HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1986.

LAPA, Rodrigues (Ed.). *Livro de falcoaria de Pero Menino*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

LEMLE, Miriam; NARO, Anthony. *Competências básicas do português*. Rio de Janeiro: Fundação Ford/Mobral, 1977. (Relatório final de pesquisa) apud Gonçalves (1993).

MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

MACHADO, Josué. Aonde vai o real? *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 mar. 1995. Caderno 3, Dito e Escrito, p. 2.

MAGNE, Augusto. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: INL, 1950. Vol I: A-AI.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas*; elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

NARO, Anthony; LEMLE, Miriam. Syntactic diffusion. *Ciência e cultura*, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 259-268, 1977.

NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. 9. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1989.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Grammatica historica*. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1929.

PEREIRA FILHO, Emmanuel. *Uma forma provençalesca na lírica de Camões*. Rio de Janeiro: Gernasa, 1974. (Coleção Estudos Universitários).

PONTES, Eunice. *Espaço e tempo na língua portuguesa*. Campinas: Pontes, 1992.

RAPOSO, Eduardo Paiva. *Teoria da gramática*; a faculdade da linguagem. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Serões grammaticaes*; ou nova grammatica portugueza. 3 ed. [s.l.]: Livraria Catilina, 1919.

SAID ALI, Manuel. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

THOMAS, E. W. *The syntax of spoken brazilian portuguese*. Nashville: Vanderbilt University Press, 1960.

WILLIAMS, Edwin Bucher. *Do latim ao português*. 5. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

# O emprego do *ele*-acusativo: do português brasileiro ao latim\*

Heloísa Maria Moraes Moreira Penna  
FALE/UFMG

## 1. Introdução

O objetivo deste estudo é o de ampliar o conhecimento já existente sobre o fenômeno lingüístico do emprego do terceiro pronome tônico como objeto direto, ou seja, o *ele acusativo*, no português contemporâneo do Brasil.

A prática do emprego do pronome de terceira pessoa como objeto direto, no dia a dia, no português do Brasil, mostra-se contrária às prescrições das gramáticas normativas: o que se observa é o uso do pronome lexical *ele* e suas flexões em função acusativa, na língua oral e escrita formal e informal. Em contrapartida, o emprego das formas oblíquas “está associado a aprendizado escolar, revela grau de instrução elevado e é identificado com língua escrita e estilo formal.” (Nunes, 1993: 207)

O tema foi abordado, sob uma perspectiva diacrônica, na minha dissertação de mestrado (Penna: 1988). Partindo do princípio de que o fenômeno é tão antigo quanto a própria língua e que representa um caso de retenção sintática, fez-se necessário um recuo até o período

---

\* Este artigo dá continuidade à dissertação de mestrado *O emprego do pronome tônico de terceira pessoa em função acusativa no português do Brasil: mudança ou retenção?* apresentada e aprovada em julho de 1998, na Faculdade de Letras da UFMG, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen.

arcaico. A explicação para a presença do *ele acusativo* nesse período e no contemporâneo foi buscada na sua origem latina. O capítulo a respeito da origem do pronome de terceira pessoa (capítulo 4 da dissertação) será focalizado, no presente artigo, por ser de fundamental importância na explicação dos empregos arcaico e contemporâneo do *ele acusativo*. Nele analisamos o conceito de pessoa, o sistema pronominal latino, a evolução dos pronomes demonstrativos do latim ao português, o pronome *ille* latino e o comportamento do pronome *ele* em relação aos outros pronomes pessoais do português. Porém antes de entrarmos nesse pequeno estudo morfológico, sintático e semântico do pronome *ele* e flexões serão apresentados os fatos que nos levaram à referida análise.

Trabalhamos desde o início da pesquisa com a hipótese de retenção lingüística para esse emprego visto haver registro de ocorrências do *ele acusativo* em, pelo menos, dois períodos da língua portuguesa: o período arcaico (XIII ao XVI) e o contemporâneo (XX). A explicação para a presença do *ele acusativo* nesses dois períodos da língua foi buscada na latim.

## **2. A polêmica a respeito da origem do fenômeno: arcaísmo ou brasileirismo?**

O registro do emprego do pronome *ele* como objeto direto em dois períodos do português dividiu os estudiosos em torno dos assunto. Seria o emprego do *ele acusativo* um arcaísmo ou um brasileirismo?

Para os partidários do arcaísmo, o fenômeno, presente no português brasileiro contemporâneo, tem evidente ligação histórica com aquele do período arcaico. Baseiam-se em dados literários arcaicos e dados orais contemporâneos a eles.

Opondo-se a estes encontra-se um grupo de estudiosos para quem o fato de existirem exemplos deste emprego em época atual e arcaica, não significa obrigatoriamente haver ligação histórica entre eles. O fenômeno é considerado por eles uma criação brasileira. Referem-se às ocorrências arcaicas como acusativos enfáticos devido à fonte dos dados à sua disposição: as obras literárias.

Pode-se perceber que há entre os partidários do fenômeno como brasileirismo um certo “preconceito” contra os dados, até então, registrados. Estes eram extraídos de obras literárias da época arcaica e considerados por uns como enfáticos e esporádicos, por outros não enfáticos e frequentes. Vejamos alguns:

“El rei mandou-o logo prender, e levarem *ele* a Mateus Fernandes à Sevilha.” (Fernão Lopes - *D. Fernando* – XV apud Silveira Bueno)

“El rei de Castela não vinha senão por passar seu caminho, e não por cercar elles nem outros.” (Fernão Lopes – *D. João I* – XV apud Silveira Bueno)

“Mas, assi de longe os ordena eles a ventura ....” (Bernadim Ribeiro – *Menina e Moça* – XVI apud Silveira Bueno)

“... encomendo *elas* a vos, as quaes vos rogo que sempre ajaes em vossa comenda.” (Zurara – XVI)

Dentre os que consideram o fenômeno uma criação brasileira está Mattoso Câmara (1972). O autor considera o pronome *ele*, no português brasileiro contemporâneo, uma forma sintaticamente invariável exatamente como os nomes e os demonstrativos. Segundo ele, o sistema de pronomes pessoais do português brasileiro contemporâneo passou por mudanças que permitiram a esse pronome ser usado em todas as funções sintáticas, principalmente a de objeto direto, em substituição ao pronome oblíquo *o*.

Maia (1986: 667), que defende o arcaísmo do fenômeno, diz que a explicação estrutural proposta por Mattoso Câmara (op. cit.) é válida também para o antigo galego português:

já nesse período da língua, ao lado da conservação do sistema casual dos pronomes pessoais (cf., por exemplo *eu, me, mim, ele, lhe, o*, etc.), podiam as formas tônicas apresentar-se como invariáveis do ponto de vista sintático, desempenhando funções de diversos complementos, quando regidas de preposição, e funções de complemento direto, neste caso sem subordinação a qualquer preposição.

Martins (1994) em sua tese de doutorado “Clíticos na História do Português” apresentou as estruturas em que os pronomes tônicos poderiam aparecer no período arcaico. Ao explorar a documentação arcaica, e especialmente os documentos notariais, a autora chegou à conclusão que existia, no português medieval e clássico, além da construção reforçativa do tipo “derruba-o *a ele*” – também chamada de redobro do clítico –, duas outras alternativas:

- uma construção alternativa à citada acima, onde o pronome oblíquo átono e a preposição 'a' caem restando somente um pronome tônico como complemento: “derribarom *ele* e o cavalo < derribarom-no *a ele* e ao cavalo; conhece *ty* mesmo < conhece-te *a ty* mesmo; subjugam *sy* mesmos < subjugam-se *a sy* mesmos; segure *mim* e meus portos < segure-me *a mim* e meus portos.”;
- uma construção alternativa àquela em que a posição de objeto direto era ocupada por um clítico acusativo. Essa construção era exclusiva dos pronomes tônicos de terceira pessoa *ele*, *ela*, *eles*, *elas*: “... e as justiças nã agrauen *eles* cõtra sas forças.” (NO 1, XIV)

“As duas construções davam origem a frases superficialmente idênticas quando o pronome complemento era uma forma de terceira pessoa (dada a indistinção, neste caso, entre formas retas e oblíquas)” (Martins, op. cit.)

As observações da especialista em textos arcaicos parece nos indicar que os partidários do fenômeno como brasileiroismo estão considerando apenas um tipo de construção com pronome tônico acusativo: a considerada enfática ( encontrada nos textos literários da época), como existente no português arcaico.

Para se evitar a polêmica a respeito da validade dos dados literários arcaicos em comparação com os dados contemporâneos empreendemos uma busca por registros do fenômeno em outras fontes da época, ou seja, empregos do *ele acusativo* em documentos não-literários.

## 2.1. A hipótese da substituição

Os últimos trabalhos que se referiram ao assunto em questão foram produzidos por pesquisadores de orientação variacionista e gerativista. Eles focalizaram, em sua maioria, a queda do clítico acusativo de terceira pessoa e como consequência o preenchimento do espaço vazio por pronome tônico, SN's plenos ou categoria vazia. Os 'corpora' coletados variam do século XVIII ao XX. Apenas Omena (1989: 101 e ss) coletou dados do período arcaico e atual com o objetivo de fazer um estudo comparativo dos condicionamentos lingüísticos que afetavam a regra de apagamento do pronome oblíquo e favoreciam o uso do pronome sujeito em função de objeto direto.

Os fatores apontados para o progressivo desaparecimento do clítico *o* e flexões, no português do Brasil, segundo os autores mais recentes são:

- mudança na direção da cliticização fonológica de ênclise para próclise, ocorrida, segundo Nunes (op. cit.) e Cyrino (1993), no século passado;
- enfraquecimento na morfologia de caso (Decat, 1989 e Castilho, 1989);
- classificação do português brasileiro como uma língua de tópico - comentário. (Galves, 1987).

Existem construções, apresentadas por diversos autores, onde o emprego do *ele acusativo* é considerado correto pelos falantes de todas as classes sociais. Nessas construções tornou-se evidente a invariabilidade do pronome *ele* na função objetiva direta. São elas:

- Em construções de tópico onde este “só pode ser retomado como um do itens do objeto direto composto por duas formas: o pronome lexical ou o sintagma nominal pleno. Ex.: (1) Meu pai, eu dificilmente vejo *ele* e minha mãe sem que eles estejam olhando um para o outro.” (Pontes, 1987: 70)
- “Construções com objeto sentencial preposicionado. Ex.: (13) Uma parou agora porque o marido dela está bem demais. Então o marido proibiu *ela* de trabalhar.
- Estruturas reduzidas de infinitivo e gerúndio. Ex.: (14) Ontem ele foi ao cardiologista. Eu já deixei *ele* ir ao cardiologista sozinho há muito tempo.

(15) Quando nós estávamos saindo da loja nós vimos *eles* quase parando o carro.” (Duarte, 1989: 24)

- “Estrutura de objeto direto anafórico de terceira pessoa + numeral só aceita a variante pronome lexical. Ex.: (7) ... o papai e o tio, provavelmente, o Nilson vai buscar *eles* dois na rodoviária.” ( Malvar, 1992: 137)

Omena (1978:116) observou, no texto do português arcaico examinado por ela, coincidência de contextos favorecedores do pronome *ele acusativo* que atuavam também no português brasileiro contemporâneo:

construções sintáticas bastante semelhantes e repetidas em que invariavelmente ocorria o pronome de caso reto, em função objeto direto. Uma delas era a de objeto direto composto, cujos núcleos apresentavam SNs referentes a um ser humano (primeiro núcleo) e a um ser animado, humano ou não humano (segundo núcleo). Em todos os casos o primeiro SN era um pronome pessoal do caso reto. Ex.: “Entom foi ferir Amatim, o boô justador, atam bravamente que lhe meteu o ferro da lança pelo braço e pelo corpo e meteu *ele* e o cavalo em terra” Construções que envolviam repetição com reciprocidade e/ou omissão. Ex.: “E Galvom salvou *ela* e *ela a ele*.” (...) Em todas essas estruturas a constante foi ser o antecedente um ser animado, ou mais precisamente, um ser humano.”

### 3. Nova fonte para os estudos lingüísticos: os documentos notariais

O ‘corpus’ arcaico constituiu-se, principalmente, de documentos notariais portugueses: *Notícia de Torto* (XIII), *Foros e Costumes da Cidade de Évora* (XIII), *Foros de Castelo Rodrigues* (XIII), *Notariais do noroeste de Portugal e região de Lisboa* (XIII ao XVI) e *Notariais da Galiza e noroeste de Portugal* (XIII ao XVI). A escolha desse ‘corpus’ representou uma novidade: os documentos notariais eram pouco pesquisados no estudo de sintaxe histórica. A análise desses documentos arcaicos forneceram ao trabalho não só ocorrências do *ele acusativo* não enfático mas revelaram, ainda, a forte presença do *ele* em todas as funções sintáticas, empregos semelhantes aos verificamos no português brasileiro contemporâneo:

*Ele - sujeito*

- (1) “E nunca *ille* fez neu mal por todo aqueste.” (Notícia de Torto, XIII)

*Ele - objeto direto*

- (2) “Damos *ella* a uos que lauredes *ella*.” (Notarial, XIII)



*Ele - objeto indireto com ou sem preposição*

- (3) "... e filo li quanto que li agou e deu a *illes*." (Notícia de Torto, XIII)
- (4) "Se a lexaren intregaren *ille* de octra que li plaza." (Notícia de Torto, XII)

*Ele - adjunto adnominal*

- (5) "... enessas eigreias e os prelados *delas* des aquel tempo en que foj feito o degredo ..." (Notarial, XIV)

*Ele - complemento circunstancial com ou sem preposição*

- (6) "... que o metesse *per ella* en posse do dicto mosteiro segundo se en ella cõntjnhã." (Notarial, XV)
- (7) "... este prazo per ma moo fiz e meu sinal *el* pusi en testemoyo que tal e." (Notarial, XV)

Com essa "descoberta", ou seja, com um conjunto consistente de dados não literários do período arcaico conseguiram-se duas importantes conquistas para a compreensão do período a que os dados se referem:

- mostrar, contrariamente ao que se acreditava, a existência do *ele acusativo* sem matiz enfático, nesse período;
- demonstrar a relevância dos documentos notariais para os estudos de sintaxe histórica.

Tornou-se claro que a mesma explicação para a existência dos dados do *ele acusativo* no período arcaico poderia ser aplicada ao português brasileiro contemporâneo.

Os dados do português brasileiro contemporâneo foram coletados em duas fontes e divididos por duas modalidades, oral e escrita: gravações de programas de televisão (entrevistas, aula de culinária, debates) e textos da escritora mineira Adélia Prado. Ambos tidos como linguagem informal. Algumas ocorrências extraídas de jornal foram coletadas após o término do trabalho de dissertação e se juntam aos dados anteriormente registrados para indicar a "invasão" do fenômeno na linguagem escrita formal. Vejamos alguns dados do *ele acusativo* no português brasileiro contemporâneo:

(8) Eu procurava *ele* de madrugada para conversar. (Programa “Márcia” - 1997)

(9) Diz palavrão, você não reconhece *ele*. (Adélia Prado, 1980)

(10) Forre *ela* todo com um plástico e cubra um lado ... ( Estado de Minas - 1999)

Constatou-se, através da análise dos ‘corpora’ arcaico e contemporâneo, a liberdade sintática do *ele*, que ocorre nas mais variadas funções sintáticas, em ambos os períodos sob análise. Ao lado dessa liberdade sintática, ou por causa dela, notou-se uma preferência pelo emprego da forma tônica *ele*, regida, em sua maioria, de preposição em detrimento do oblíquo *lhe*, do possessivo *seu* e em lugar, ainda, de algumas construções adverbiais.

O quadro abaixo traça um paralelo entre os empregos do *ele* nos períodos arcaico e contemporâneo da língua portuguesa confirmando a antigüidade do prestígio deste pronome.

**Quadro I - Ocorrência do pronome *ele* no português arcaico em comparação ao português brasileiro contemporâneo**

<b>Função Sintática</b>	<i>Português arcaico</i>	<i>Português contemporâneo</i>
1. <i>Sujeito</i>	X	X
2. <i>Objeto direto</i> <i>ele</i> acusativo com preposição	X X	X
3. <i>Objeto indireto</i> preposição+ pronome sem preposição	X X	X X
4. <i>Adjunto adnominal</i>	X	X
5. <i>Complemento circunstancial</i> <i>ele</i> instrumental <i>ele</i> locativo (preposição + <i>ele</i> ) <i>ele</i> locativo (sem preposição) <i>ele</i> com valor reflexivo	X X X	X X X

O *ele acusativo* apareceu, sem matiz enfático, nesses dois períodos da língua portuguesa. Quanto à sua capacidade referencial, os dados mostraram que ele pode referir-se endoforicamente a um elemento do próprio texto ou exoforicamente a um elemento que deve ser recuperado no ambiente extra-textual.

Dois dialetos portugueses documentaram a existência do *ele acusativo* no português lusitano contemporâneo: um da região de Algarve e outro da ilha da Madeira.

Diante do resultado exposto acima, a questão básica a ser respondida era: comprovada a existência do fenômeno no período arcaico, o que leva esse pronome a se comportar diferentemente dos outros pronomes pessoais? A resposta parecia estar no conteúdo semântico, morfológico e sintático do pronome *ele*.

O próximo passo foi voltar ao latim para discutir a origem latina do pronome de terceira pessoa português e buscar, nessa língua, elementos que “justificassem” sua forte presença em todas as funções sintáticas, inclusive, a de objeto direto, no período arcaico e no atual.

Foi importante saber, dentre outras coisas, que o chamado pronome de terceira pessoa do português é reconhecidamente uma criação românica a partir de um demonstrativo latino. Essa origem explicou, por exemplo, a maior identidade do *ele* como os Nomes e Demonstrativos e o seu conseqüente distanciamento dos outros pronomes pessoais.

A próxima seção analisará o pronome *ele* em seus vários aspectos.

## **4. A respeito da origem do pronome de terceira pessoa**

### **4.1. Das três pessoas gramaticais**

Ao estabelecermos a origem do que nós classificamos como pronome de terceira pessoa no português e nas outras línguas românicas é necessário que se volte ao latim. O que encontramos nas gramáticas latinas é a expressão formal (pronominal) de apenas duas pessoas: *ego*, *tu* (sg.), *nos*, *vos* (pl.) no sistema pronominal dessa língua.

A expressão pronominal da chamada terceira pessoa, nas línguas românicas, foi uma criação posterior, considerada pelos romanistas uma inovação românica.

O sistema pessoal românico composto de três pessoas guarda, também, uma distribuição de noções semânticas e de papéis sintáticos

que nos remete ao latim clássico: de um lado a 1ª e 2ª pessoas, de outro a 3ª (sem pronome específico no latim).

Segundo Halliday e Hasan (1976: 45) somente as primeira e segunda pessoas desempenham os papéis necessários no processo de comunicação. A terceira pessoa não representando nenhum dos dois papéis – o de falante ou o de ouvinte – não pode ser considerada como pessoa.

Daí a ausência de um elemento pronominal para caracterizar a terceira pessoa, como nós a entendemos hoje, no latim e em muitas línguas do passado.

#### 4.2. Do sistema pronominal latino

Dos quatro pronomes *ille*, *hic*, *ipse* e *is*, que em latim se alternavam como sujeitos indicados pela desinência -t, ou como complementos, os dois primeiros eram demonstrativos, ou seja, itens de referência exofórica e endofórica; os outros dois *ipse* e *is* eram apenas endofóricos.

Estou seguindo aqui a definição de Halliday e Hasan (1976: 33) segundo a qual existem na língua índices de referência exofórica (textual), cujo elemento referido se identifica no próprio texto, e itens de referência exofórica (situacional), que nos permitem localizar o elemento referido no contexto de situação. Os demonstrativos são itens de referência exofórica e, por extensão, no ambiente textual, podem assumir igualmente valores endofóricos.

Dentre os pronomes latinos citados acima, o *ille* saiu vitorioso servindo como base, no português, não só para o pronome *ele*, como também para o artigo *o* e os demonstrativos *aquela* e *o*.

#### 4.3. Da evolução dos pronomes demonstrativos

Os pronomes demonstrativos encerram dupla capacidade referencial – exofórica e endofórica – por serem, primitivamente, itens de referência situacional. Segundo Halliday e Hassan (op. cit.: 32) da referência situacional deriva-se a textual. Esse aspecto semântico mostrou-se o mais relevante para explicar a produtividade do demonstrativo *ille*, na passagem para as línguas românicas, especialmente sob a forma do pronome pessoal *ele*.

O processo de evolução dos demonstrativos do latim ao português passou por uma reorganização do sistema pronominal latino devido ao desaparecimento de alguns dos seus elementos. Manteve, entretanto, a distinção dos três pronomes demonstrativos segundo o grau de proximidade com o falante, o ouvinte e com um terceiro elemento referido no discurso.

#### 4.4. Do pronome *ille*

O pronome *ille*, terceiro no grau de proximidade dos demonstrativos foi o único a não se deslocar de sua posição “que indica um objeto (ou pessoa) longínqua, que não se encontra na proximidade nem da pessoa que fala, nem da pessoa a quem se fala” (Lausberg, 1974: 346) na reorganização do sistema pronominal latino. Ele preserva os traços de demonstrativo um pouco modificado, em sua forma, pela anexação de uma partícula de reforço: *eccum + ille* > *aquêle*.

Desta forma preservou-se o padrão inicial do sistema demonstrativo. A evolução do *ille*, para o português, resultou em muitas formas e suas funções fóricas originais permaneceram em cada uma delas. Ao mesmo tempo, alcançou-se a simetria formal no quadro dos pronomes pessoais com o seu alinhamento ao lado das outras duas formas pessoais.

As conseqüências formais e funcionais da classificação do *ele* (<*ille*) como pronome pessoal, no português, ao lado de *eu* (>*ego*) e *tu* (<*tu*) podem ser percebidas quando se procede à comparação interna dos pronomes pessoais. De fato, o *ille*, como pronome pessoal, nunca chegaria a se igualar semântica e estruturalmente a *ego* e *tu* no processo comunicativo. Ele guarda características semânticas da sua origem demonstrativa e características estruturais próprias de um pronome adjetivo, qual seja, flexão de gênero e número.

##### 4.4.1. Do *ille* adjetivo latino ao *ele* substantivo português

Por sua natureza adjetiva o demonstrativo *ille* exercia a sua capacidade tipicamente exofórica e secundariamente, dentro do texto, a sua capacidade endofórica. Do emprego adjetivo do *ille* tem-se, em português, o artigo definido o. Quando substantivado a sua referência típica era endofórica e secundariamente exofórica. As referências exofóricas e endofóricas do pronome *ille*, então, podem ser associadas

ao seu emprego adjetivo ou substantivo. O pronome *ele* resultou do emprego substantivo do étimo latino e sua referência típica é a endofórica. Pode, ainda, menos comumente, referir-se ao contexto situacional. As flexões pronominais *o* e *lhe* apresentam, também no português, característica endofórica, própria do emprego substantivo do *ille*. Porém seus empregos como exóforas (referência secundária) são muito mais difíceis de serem registrados.

#### 4.5. Aspectos morfológicos do pronome *ele*

Os aspectos morfológicos do pronome *ele* tornaram mais evidente a diferença entre este e os pronomes *eu* e *tu*: o primeiro flexiona-se em gênero e é derivado etimologicamente de uma única raiz: *ille* e flexões. No que diz respeito à primeira pessoa tem-se três raízes que deram origem ao *eu*, *me* e ao plural *nós*.

A Segunda pessoa formou-se a partir de duas: *tu* e *vós*. Diferentemente, de um único demonstrativo formaram-se todas as flexões de 3ª pessoa. Com um “agravante” em favor da forma nominativa: *ele* tanto serve de nominativo quanto de forma oblíqua preposicionada enquanto que *mim* e *ti* (diferentes de *eu* e *tu*) são as formas preposicionadas das outras duas pessoas.

Esta aproximação morfológica com os nomes e os demonstrativos (flexionam em gênero e número: *ele*, *ela*, *eles*, *elas*) e a aproximação semântica (refere-se a um substantivo) parece ter colaborado para uma aproximação sintática com os mesmos na língua falada: a não distinção de casos. (“Diz-se, portanto, *ele* anda, falo *a ele*, vejo *ele*, exatamente como Pedro anda, falo a Pedro e vejo Pedro.” (Mattoso Câmara, 1972: 49)).

### 5. Palavras finais

Este trabalho mostrou, contrariamente ao que foi sugerido por Mattoso Câmara (1972), que o português arcaico e o brasileiro contemporâneo possuem um subsistema próprio, composto dos pronomes de 3ª posição, em que todas as funções sintáticas estão representadas pela mesma forma: *ele* (*ela*, *eles*, *elas*). A justificativa para a independência do pronome *ele* explica-se pela origem demonstrativa do mesmo. A volta ao latim, através da análise do seu sistema pronominal, e o acompanhamento da evolução do pronome latino *ille* ao *ele*

português tornaram evidentes a verdadeira identidade do *ele* e seu emprego no português do Brasil.

Esperamos com este artigo, que dá continuidade ao trabalho de dissertação, preencher diversas lacunas deixadas por trabalhos que trataram do assunto mas não aprofundaram devidamente a questão. Também, com este estudo diacrônico, lançar novas luzes à questão polêmica do aspecto histórico do fenômeno: arcaísmo ou brasileirismo.

Para os partidários do 'brasileirismo' esclarecer que hipóteses do tipo "falsa analogia a partir do emprego sujeito diante de um infinitivo complemento de um outro verbo" (Marroquim, 1934) e "conseqüência do desaparecimento da preposição a do dativo enfático" (Paiva Boléo, 1943) não explicam, na verdade, a origem do fenômeno. São apenas explicações superficiais a partir de observações de algumas estruturas esparsas da língua.

Para os partidários do 'arcaísmo', esperamos ter contribuído, a partir dos dados arcaicos novos e mais próximos dos da língua brasileira contemporânea, para fortalecer as suas posições.

Com a escolha dos dados arcaicos a partir da documentação notarial esperamos não só alertar os estudiosos de lingüística histórica para o valor desse tipo de texto, para a pesquisa, mas também contrapô-los aos dados apresentados até então para esse período.

E por fim esperamos ter deixado claro que a nossa pesquisa tem como objeto de estudo o pronome *ele* e flexões encaixado no sistema pronominal pessoal. E, como tal, realçou as divergências internas – resistência em se flexionar em caso – e externas – não integração morfológica e semântica – que esse pronome apresenta no sistema, provenientes de sua origem demonstrativa. Constatou-se ainda que, em ambos os períodos estudados, o *ele* ocorre não só como objeto direto mas tem grande facilidade em aparecer em todas as outras funções sintáticas. O fenômeno configurou-se, então, como uma retenção sintática através do tempo.

## Referências Bibliográficas

CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *Português culto falado no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1989.

CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objetos nulos e clíticos. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Homenagem a Fernando Tarallo. Campinas: UNICAMP, 1993. Cap. V, p. 163-184.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Construções de tópico em português: Uma Abordagem Diacrônica à luz do encaixamento no sistema pronominal. In: TARALLO, Fernando (Org.). *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989. Cap. 7, p. 113-139.

GALVES, Charlotte. A sintaxe do português brasileiro. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de; NASCIMENTO, M. (Orgs.). *Ensaio de Lingüística*. Cadernos de Lingüística e Teoria da Literatura da FALE. Belo Horizonte: UFMG, n. 13, 1987.

HALLIDAY, M. A K., HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. New York: Longman, 1976.

LAUSBERG, Heinrich. *Lingüística Românica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.

MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do galego-português*. Estado Lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XV (com referência ao Galego moderno). Coimbra: INIC, 1986.

MARROQUIM, Mário. *A língua do Nordeste*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1934. p. 176.

MATTOSO CÂMARA Jr., J. *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

NUNES, Jairo M. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Homenagem a Fernando Tarallo. Campinas: UNICAMP, 1993. Cap. VII, p. 207-222.

OMENA, Nelize Pires de. *Pronome pessoal de terceira pessoa*. Suas formas variantes em função acusativa. 1978. Dissertação (Mestrado) - PUC, Rio de Janeiro.

PAIVA BOLÉO, Manuel. *Brasileirismos*. Coimbra: Coimbra Editora, 1943. p. 33-34.



**Os dados apresentados foram extraídos dos seguintes textos**

AZEVEDO, Pedro de. Nova leitura da notícia de Torto (texto do séc. XIII). *Revista Lusitana*, Lisboa, v. XVII, p. 203-206, 1914.

ASSIS CINTRA. *Os clássicos e o antigo vernáculo*. Rio de Janeiro: A Grande Livraria Leite Ribeiro, 1921.

MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do galego-português*; Estado Linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno). Coimbra: INIC, 1986.

MARTINS, Ana Maria. *Clíticos na história do português*. 1994. Dissertação (Doutoramento em Linguística Portuguesa) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa. "Apêndice Documental".

PENNA, H. M. M. M. *O emprego do pronome tônico de terceira pessoa em função acusativa no português do Brasil: mudança ou retenção?* 1998. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PRADO, Adélia. *Cacos para um vitral*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PRADO, Adélia. et al. *Contos Mineiros*. São Paulo: Ática, 1984.

PRADO, Adélia. História de uma dona doida de pedra. *O Tempo*. Belo Horizonte, 21 nov. 1997. Especial 1 ano, p. 11.

SILVEIRA BUENO, Francisco da. *Estudos de Filologia Portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1954. 1 v. p. 285.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Prosas históricas*. Seleção, prefácio e notas de Rodrigues Lapa. Coleção "Textos Literários". Belo Horizonte: Itatiaia, 1960. p. 37.

# Reanálise do -s final e o ‘drift’ românico: o caso do ladino\*

Maria Antonieta A. M. Cohen  
FALE/UFMG

## 1. Introdução

Muito se tem discutido na literatura especializada sobre a questão da variação do -s final, morfema de plural nos sintagmas nominais portugueses, e a variação da concordância explicitamente marcada em todos os seus constituintes, com base em dados reais do português brasileiro, tanto na modalidade falada quanto escrita (cf. Scherre, 1996 e outros).

Apresentarei aqui aspectos de uma outra língua românica em que o -s marcador de plural está também envolvido em processos de variação e/ou mudança lingüística: o judeu-espanhol. Tais processos sinalizam para o entendimento dessas variações ou mesmo mudanças existentes no português e em outras línguas românicas como um ‘drift’ dessa família de línguas e não apenas como um fenômeno típico do português.

Ocupar-me-ei em detalhar dados relevantes do judeu-espanhol, onde o -s sofre um processo de reanálise nos moldes de Harris & Campbell (1995). Questões pertinentes envolvendo o -s serão mais tarde também apontadas no francoprovençal antigo, o que nos permitirá associar processos de mudança lingüística tais como reanálise, esvaziamento (‘bleaching’), resegmentação e eliminação.

---

\* Projeto apoiado pelo CNPq. Uma versão preliminar deste texto foi apresentada ao II Congresso Internacional da ABRALIN, Fortaleza, em março de 2001.

## 2. Brasileirismo X lusitanismo

A questão da concordância de número nos sintagmas nominais (SN's) do português brasileiro contemporâneo toca em parte a clássica discussão da história da língua sobre a 'língua brasileira', no seguinte sentido: até que ponto a língua portuguesa desenvolvida no Brasil preserva a lusitana que lhe dá origem, ou a modifica como decorrência de um processo de criouliização produzido pelo contato do português lusitano com línguas africanas e indígenas? A variação da concordância nominal nos SN's portugueses, cuja marca explícita, o -s, muitas vezes recua na ala esquerda do SN, devido à interação de diversos fatores, como os discutidos por Scherre & Naro (1993), tem sido citada como um argumento em defesa da existência das "origens crioulas do português brasileiro" como querem alguns, mais especificamente, da existência de um estágio crioulo na história do português brasileiro. Essa é a tese de Guy (1983) e de outros, desejosos de atribuírem ao português brasileiro uma origem crioula.

Quão brasileira ou não-lusitana e conseqüentemente não-românica é o português brasileiro, seria a questão geral. A atribuição de uma origem crioula ao português brasileiro é uma versão atualizada da antiga preocupação de se definir uma língua brasileira até certo grau distanciada da lusitana, de se registrarem traços identificadores dessa língua, etc. que se manifestou com a preocupação da identificação de 'brasileirismos' na literatura brasileira, presente em trabalhos como *Os brasileirismos em Frei Luís de Sousa*, do prof. Gladstone Chaves de Mello e outros, que demonstraram a mesma preocupação. Os 'brasileirismos' dessa época (anos 50 e ss.) seriam grosso modo classificados ou como 'africanismos' ou como 'influência indígena'. Dentre os 'africanismos' citados por muitos está o fenômeno que aqui nos interessa: a concordância nominal não marcada explicitamente em todos os constituintes do sintagma nominal, coloquemos assim. Chaves de Mello (1946, 3. ed. 1975) considera que a influência mais profunda das línguas africanas no português brasileiro se dá na morfologia:

Como atrás já assinalai, tenho que a influência mais profunda das línguas africanas no português brasileiro se fez sentir na morfologia. É a simplificação e redução das flexões. Realmente, em nossas linguagens populares rareiam as desinências de plural, que tendem a se restringir ao primeiro determinante da frase. E

isso tão mais amplamente quanto mais baixa a camada popular. Assim se ouvem frases como esta: “Os home taí “; “as prima já chegaro” (ou já chegô)... (...). (Chaves de Mello, 1975, 3. ed: 78)

Sabe-se que afirmativas como essa pecam pela super-generalização, pois não se especifica que língua(s) africana(s) teria(m) influenciado a morfologia brasileira: o iorubá? Línguas banto? Língua de que grupos étnicos? Houaiss (1985: 83) nomeia pelo menos negros de cinco procedências e culturas diferentes, obviamente falando línguas diferentes entre si. Onde? Quando? A questão do contato, condição necessária para a pretensa crioulização, embora envolta em uma história por vezes eivada de interpretações e generalizações apressadas, não seria tão problemática de ser comprovada. A própria questão lingüística decorrente do contato, configura-se ao nosso ver, como a mais difícil: há descrições confiáveis dessas línguas africanas na época de seu contato com o português no Brasil? Que características possuíam essas ditas línguas africanas que possam ter propiciado a erosão da morfologia flexional do português? Como era o domínio que os brasileiros tinham dessas línguas? Como era o português que esses habitantes do Brasil falavam? Todos esses são pontos a serem trabalhados, do lado do ‘brasileirismo’ do fenômeno ‘variação da concordância no sintagma nominal do português brasileiro’.

Abordaremos aqui o outro lado da questão: mostraremos o seu encaixamento numa deriva românica, através da comprovação da existência de fenômenos correlatos a esse em outra língua dessa família, a saber, o judeu-espanhol/ladino.

### 3. Breve Incursão na história românica

Na área românica é bem conhecida a importância do -s marcador de plural como um divisor de águas entre Ocidente e Oriente, ou seja, as línguas românicas ocidentais marcam o plural dos nomes com o morfema -s (< acus. acus. pl. lat. ) e as orientais servem-se de outras marcas, como o -i e o -e (< nom. pl. lat.) do italiano e do romeno. A variação do -s final nos nomes próprios, embora não como marca de plural, é documentada desde a época arcaica da língua latina (ca. séc. VI aC), e encontrada em inscrições como **Manios** com -s final, e **Cornelio**, sem o -s onde se esperaria a presença do mesmo. O fenômeno da variação do -s final latino é registrado bem cedo na

história dessa língua e o da história contemporânea da língua portuguesa brasileira remonta a essa outra, de séculos atrás. Ou seja, a variação na marcação de plural não é fenômeno recente na história das línguas românicas e remonta à proto-língua, o latim.

Von Wartburg (1950, 1971: 30 e ss.) nos esclarece que o -s final latino até certa época, na prosódia oficial, era omitido diante de consoante: assim o sintagma **plenus fidei** deveria ser lido **plenu- fidei**, sem se pronunciar o -s, uma vez que o som seguinte é consonantal. Já o sintagma **optimus omnium** deveria ser lido **com o -s**, já que é seguido por vogal. Ainda segundo o mesmo autor, seria esse um fenômeno semelhante ao que se verifica no francês: a **liaison**, que acontece em ambiente vocálico. A língua latina culta acatava, pois, a variação -s ~ Ø, condicionada a determinados ambientes fônicos. Mais tarde, os círculos cultivados propuseram uma unificação da pronúncia do -s, que passou a ser conservadoramente recomendada em todos os ambientes fônicos, na pronúncia culta. Segundo o mesmo autor, tal nivelamento não se deu na língua falada vernácula, distante da norma culta de então e a variação do -s continuou a existir principalmente em determinados ambientes fônicos e sociais. Von Wartburg (op. cit.) acaba por tentar explicar a manutenção do -s como marca de plural no Ocidente com base em argumentos sócio-históricos e sócio-lingüísticos: como a România Ocidental foi colonizada por elementos de uma classe mais culta, se efetuando, como o coloca Auerbach (1943) “de cima para baixo”, ou seja, das classes mais cultas para as menos cultas, o -s aí ter-se-ia conservado pela reação culta, conservadora, de sua restauração. O Oriente, por sua vez, em que tal movimento não ocorreu, uma vez ter sido romanizado, em especial a Dácia (atual Romênia), por classes menos privilegiadas socialmente e conseqüentemente desconhecedoras da norma culta e da prosódia recomendada, teria preservado ainda por certo tempo a antiga variação presença/ausência do -s, chegando a eliminá-lo por completo. Tem-se, portanto, no Oriente, um quadro bem definido da evolução desse -s de plural: -s [pl] > Ø, o que levou as línguas orientais a se servirem de um outro morfema como marcador de plural: as desinências de nominativo plural *ae* (nom. fem. pl.) > *e* (fem. pl) e *i* (nom. masc. pl.) > *i* (masc. pl.).

Há resquício da existência do -s, mesmo que não consistente no sistema nominal e em formas verbais em alguns dialetos alto-italianos, o que comprova sua eliminação tardia (baixa latinidade) nas regiões em questão (alta Itália). Nos nomes em que é conservado o -s não é,

a rigor, marca de plural, como em [lünezdí], na Ligúria. Esses seriam os casos que nos comprovam ser a eliminação ou manutenção do -s final de nomes uma questão que não pertence exclusivamente à morfologia. Demonstram também o percurso *pari passu* entre a evolução fônica e a gramatical: se por um lado o -s se elimina/se mantém e/ou se altera devido a condicionamentos fônicos, por outro, quando é parte do morfema latino cumulativo de gênero, número e caso, suas funções gramaticais também se reduzem, se esvaziam e se especializam na noção de número apenas. Se **lupos** foi um dia acus. pl. masc., seu descendente **lobos**, do português, guarda apenas resquícios do masculino no morfema -o – que é paradigmaticamente no português contemporâneo, marca de masculino –, e preserva o de plural no -s, não guardando nada da flexão casual de acusativo.

Embora os grandes estudiosos do fenômeno, como Von Wartburg (1950), se detenham mais na questão fônica, um pouco na morfológica e nada na sintática, chamo a atenção aqui para o entrelaçamento dos três níveis fônico, morfológico e sintático que podem vir a ter uma conseqüência para o léxico. Como nos testemunham muitas análises de mudanças lingüísticas, mudança fônica e gramatical caminham de mãos dadas (Cf. Bynon, 1983).

#### 4. O judeu-espanhol e o ladino

Explorarei nesta secção dados do judeu-espanhol que evidenciam estar o -s final sofrendo mudanças também nessa língua. No judeu-espanhol ocidental ou haketía, a língua judeu-espanhola do Marrocos (cf. Sabbá Guimarães, 1998), caracterizada como uma língua de fusão (Cohen, Guimarães & Menache, 1998), transplantada para o Norte do Brasil no final do século XIX (1838 no Pará), há vários elementos do hebraico – língua semítica – dentre esses, plurais considerados por Bentes (1981) como anômalos como o do empréstimo hebreu *rebbí* 'rabino', que é, *rebbisim*. *Rebbí* seria já uma adaptação do hebraico *rav* ou *rab~reb* ao qual se acresceu o -s de plural românico, do espanhol, formando um hipotético \**rebbís*, ao qual foi ademais acrescido a marca do plural masculino hebreu -im.

Nesse caso as hipóteses do percurso seriam:

a) *reb~rav~rab* > b) *rebbí~rabbí* > c) *rebbis* > d) *rebbi+s+ im*

A hipótese acima abre-se a três interpretações: 1) ou o -s se desgramaticalizou, se esvaziou do significado gramatical de número

plural, daí a necessidade de se lhe acrescentar uma nova marca de plural, dessa vez, do hebraico; 2) ou o plural é redundante 3) ou o -s que aí aparece não é e nunca foi marca de plural, mas uma simples consoante de ligação.

À palavra *purim* (festa judaica em que se comemora a salvamento dos judeus na antiga Pérsia, pela rainha Ester), que já é plural em hebraico, acrescenta-se também o -es de plural românico, formando *purimes*. Nesse caso há, segundo Bentes, a ordenação hebraico/românico, *pur* ('sorteio')-*IM* (masc. pl.)-*ES*, e entende-se que o -im do masculino plural hebreu não era analisado como plural pelos falantes do haketía, teria se esvaziado ou se desgramaticalizado, daí o acréscimo do -es românico. A palavra *purim* teria, na verdade, entrado para a língua como um todo inanalísável, daí se lhe acrescentarem a marca do plural românico.

Outro fato envolvendo o -s de plural observado também no haketía é a expressão *Dió* sem o -s final, presente, no entanto, no espanhol *Diós*. A explicação externa, ou seja, a religiosa, aventada pelos falantes, de que esse -s por indicar pluralidade teria sido suprimido por respeito ao Deus hebreu uno, que não se pluraliza, pode ser culturalmente adequada. No entanto, deixa muitas questões lingüísticas em aberto. Implica necessariamente que esse -s final de *Diós* era entendido como plural. E aí está a questão: parece-me que esse -s não é, etimologicamente falando, um plural (< acus. pl.), como em toda a România Ocidental. Isso é interessante, se for correto que esse -s procede, como penso, de um nominativo singular. Dada a irregularidade desse nome (*Deus-i*) no latim, tudo leva a crer que a protoforma do *Diós* espanhol é o nom. sg. *Deus*. Se esse -s procede do nominativo sg. latino, não teria normalmente esse significado plural, ou seja, não seria um morfema de plural, como seus análogos procedentes do -s do acus. pl. latino, mas um resquício do nominativo, como nos nomes próprios terminados em -s do português. Teria, então, sido **reanalisado** como morfema de plural, apesar de não ter historicamente este "status" e, a partir daí, suprimido na fórmula religiosa *El Diós*>*El Dió*Ø, exatamente por ser normalmente interpretado como plural.

Como colocado anteriormente, a tendência à eliminação do -s final é fenômeno registrado bem cedo na história da língua latina, tendência que permanece até hoje como um "drift", nas línguas suas descendentes. A eliminação do -s de *Diós*, poderia, então, ter acontecido por razões internas à estrutura da língua espanhola, existindo a possibi-

lidade de não ter passado por nenhum estágio em que tenha sido morfema de plural. As três possibilidades terão de ser estudadas em detalhes, em ocorrências de plurais no haketíá. Em qualquer um dos casos, isto é, sendo esse -s um plural/ou não sendo esse -s um plural, sua eliminação, condicionada por fatores internos, estruturais, teria a si somadas as causas externas, culturais e religiosas. Seria um caso de fatores externos e internos contribuindo para uma mudança lingüística.

Finalizando: há algo acontecendo (ou melhor, algo aconteceu) com esse fonema -s, ou melhor, o -s esteve envolvido em mudanças: ou a suposta **reanálise** acima proposta; ou o contrário, ou seja, o esvaziamento semântico da noção de plural contida no -s de *\*rebbis*. A análise de plural redundante para *rebbisim*, com o -s românico vindo primeiro, depois o -im hebreu, parece-nos a menos plausível, sendo a que considera que o -im foi acrescido justamente porque o -s de plural se esvaziou mais provável. Para uma gramática, mesmo diacrônica, parecem-me mecanismos complicados – pois o mesmo (?) -s, ora se gramaticaliza, ora de desgramaticaliza, generaliza.

Nessa língua o -s sofre processos de reanálise, desgramaticalização, 'bleaching'. Depois de identificados os caminhos do 'drift' do -s nas em outras línguas românicas em questão, a saber o português brasileiro contemporâneo, e o francoprovençal antigo, proporei uma ordenação dos diversos possíveis caminhos que o -s final pode percorrer, às vezes interagindo com sua contrapartida não-morfológica.

## Referências Bibliográficas

- AUERBACH, E. *Introdução aos estudos literários*, 2. ed. Rio de Janeiro: Cultrix, 1972.
- BENTES, A. R. *Os sefardim e a Haketíá*, 2. ed. Rio de Janeiro: Mitograph, 1981.
- BYNON, T. *Historical Linguistics*. London: CUP, 1983a.
- BUNIS, D. Le judéisme: autres cadres, autres rôles. In: *La Société à travers l'histoire*. Paris, 1993.
- CHAVES DE MELLO, G. *A língua do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1975.
- COHEN, M. A., MENACHE, L.; GUIMARÃES, A. T. Remanescentes do judeu-espanhol na comunidade belorizontina. In: *Revista de Estudos Judaicos*, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, (1998).



DÍAS-MAZ, Paloma. *Los sefardíes. Historia, lengua y cultura*. Barcelona: Riopiedras ediciones, 1993.

HARRIS T. *Death of a language: the history of judeo spanish*. University of Delaware Press, 1994.

HARRIS, A.; CAMPBELL. *Historical syntax in a cross-linguistic perspective*. London: CUP, 1995.

HOUAISS, A. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: Unibrade, 1985.

LAZAR, M. *The ladino Bible of Ferrara-1553- a critical edition*. USA: Labyrinthos, 1992.

\_\_\_\_\_. *Sefarad in my heart - a ladino reader*. USA: Labyrinthos, 1999.

MAESO D. G.; RECUERO P. P. *Me'am Lo'ez - El gran comentario biblico sefardí - Tomo preliminar*. Madrid: Gredos, 1964.

NARO, N. J.; SCHERRE, M.M.P. Sobre as origens do português popular do Brasil. *D.E.L.T.A*, v. 9, n. especial, p. 427-454, 1993.

SABBÁ GUIMARÃES, N. *O judeu-espanhol: uma língua neolatina em extinção*. 1998. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SCHERRE, M. M. P. Relação entre a ordem dos adjetivos e a concordância de número no português do Brasil. *Simpósio - Teoria da Gramática e Análise de adjetivos*. Brasília: UnB, 1996.

VILEFORT, Mariza, T. C. *Aspectos Sintáticos do dialeto caipira da região de Morrinhos*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1985.

VON WARTBURG, W. *La Fragmentación Lingüística de la Romaniaia*. 2. ed. Madrid: Gredos, 1971. Trad. esp., 1. ed. 1950.

WAGNER, M. L. *Caracteres generales del judeo-español de Oriente*. Madrid, 1930.

# Reanálise de estruturas locativas no judeu-espanhol oriental\*

Aléxia Teles Duchowny  
UNICENTRO NEWTON PAIVA

De um modo geral, os relativizadores – pronomes e advérbios relativos – do judeu-espanhol, não causam a nós, falantes de português, um *alto* grau de estranhamento: suas formas são relativamente semelhantes àquelas do espanhol e do português modernos. No entanto, as estruturas similares aos exemplos (1) e (2) abaixo, encontradas em um texto em prosa em judeu-espanhol do início do século XX, apresentam especificidades que não tinham sido explicadas de modo aprofundado até o presente:

- (1) Elya se prezentó después ONDE *todos los amigos influyentes de Rabbî Geršôn*, ma ninguno sabía nada de esta arestasyón. (M107/13) (1913)<sup>1</sup>
- (2) Abía longo tiempo ke Mijael abía tomado el año i lo abía lyebedo ONDE *su tío*, ke lo resibyó kon alegría. (M081/28) (1913)

Nos exemplos (1) e (2), pode-se atribuir a análise da estrutura como sendo uma oração principal e uma oração relativa, sem antecedente. O

---

\* O presente artigo apresenta, de forma resumida, as idéias que compõem GUIMARÃES (2000), *Reanálise de estruturas locativas no judeu-espanhol oriental*, dissertação de mestrado defendida e aprovada na UFMG, orientada pela Profa. Dra. Maria Antonieta A. M. Cohen.

<sup>1</sup> As siglas correspondem a (título da obra, número da página/número da linha) e (ano) nesta ordem. As abreviaturas foram as seguintes: M: *Un marido entre dos mužeres*; N: Novelas de BARQUÍN (1997); S: *Séfer lel šimurim*; H: *Séfer menorat hamaor*; C: *Crónica de los reyes otomanos*; P: *Pentateuco de Constantinopla*.

ONDE vem seguido apenas de um sintagma nominal (SN) *desacompanhado de verbo*, o que não parece, à primeira vista, estar 'bem estruturado'. O que nos motivou a desenvolver o presente tópico foi este 'estranhamento' (TARALLO, 1990 e COHEN, 1996) causado pelas estruturas semelhantes aos exemplos acima. Assim, nossa atenção se dirigiu a essas estruturas locativas em que figuram ONDE, ANDE, ADONDE, AONDE, ADO, DONDE, DO, e O, que no seu conjunto chamaremos de LOC, seguidas de um SN.

Ao lançarmos um olhar diacrônico superficial sobre as estruturas recorrentes no *corpus* a ser analisado do tipo *onde su tí, onde todos los amigos influentes de Rabbî Geršôn*, poderíamos ser levados a crer que o judeu-espanhol teria tido essa estrutura integrada ao seu sistema lingüístico através de um empréstimo de origem francesa, já que, a partir do final do século XIX, a influência do francês sobre os falantes de judeu-espanhol foi intensa (SEPHIHA, 1991). No entanto, ao lermos textos de épocas anteriores à segunda metade do século XIX, quando a influência do francês sobre essa língua era bastante restrita, somos colocados diante das seguintes estruturas:

(3) Y esto propio fue ONDE *Ya'acob con Rabel*, que era también mañera (S048/62) (1818)

(4) Y así hizo y vino ONDE *su mujer* (S102/60) (1818)

As estruturas acima, presentes em um texto datado de 1818, não são resultado do contato lingüístico entre o francês e o judeu-espanhol, não podendo ser um empréstimo de origem francesa. Assim, propomos a seguinte hipótese inicial: as estruturas do tipo *onde mi tío* e *onde todos los amigos influentes de Rabbî Geršôn*, orações relativas sem antecedente encabeçadas pelo relativizador LOC com a elisão de verbo *ser*, passam a ser analisadas pelos usuários do judeu-espanhol como um SN preposicionado, tendo o LOC a função equivalente ao *chez* do francês. A função inicial de LOC, de relativizador, passa a ser reavaliada como preposição significando *na casa de*.

A reanálise, processo descrito acima, é então um mecanismo que afeta a estrutura subjacente de um modelo sintático, não interferindo na sua manifestação superficial. HAARIS & CAMPBELL (1995: 51) enfatizam que, para que a reanálise ocorra, é necessária a presença de uma 'surface ambiguity or the possibility of more than one analysis.'<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Trad.: 'ambigüidade superficial ou a possibilidade de mais de uma análise.'

## 1. O *corpus* selecionado

O *corpus* do século XX é composto por um conjunto de novelas da segunda década do século XX. A primeira, *Un marido entre dos mužeres*, é anônima e foi editada em Esmirna em 1913. As demais, estão reunidas em BARQUÍN (1997), tendo sido editadas em Jerusalém entre 1901 e 1912. O *corpus* do século XIX provem da edição de Elena Romero de textos sefarditas relacionados à circuncisão. *Séfer lel šimurim* (1818) e *Séfer menorat hamaor* (1877) foram os textos por nós selecionados, todos eles originalmente redigidos em hebraico. O segundo texto apresenta menos ocorrências do LOC, já que a editora transcreveu apenas as passagens relacionadas à circuncisão, tendo sido selecionado por apresentar LOC sob a forma de ANDE, que não havia aparecido nos outros textos. O número de obras de criação livre que chegou até nós do século XVI é bastante restrito, sendo uma delas a *Crónica de los reyes otomanos*, da autoria de Mosé Almosnino (1518-1580), escrita em Salônica. Em 1547 publica-se em Constantinopla os primeiros cinco livros do Antigo Testamento – chamados de Torá pelos judeus – obra conhecida como *Pentateuco de Constantinopla*. Esta Torá poliglota foi escrita em hebraico, aramaico, judeu-grego e judeu-espanhol, sempre em caracteres hebraicos. A edição utilizada por nós foi a de LAZAR (1988). Os cortes sincrônicos foram feitos de modo a haver um espaço de tempo aproximado de quatrocentos anos entre o texto mais recente e o mais antigo, permitindo que as mudanças estejam completadas sem se perder a continuidade necessária para que seja considerada na mesma língua (BYNON, 1986: 6).

## 2. Estruturas do tipo LOC + SN em outras línguas

### 2.1. Espanhol

Também o espanhol moderno apresenta construções semelhantes aos exemplos (1) e (2) vistos anteriormente. O dicionário da Real Academia Española (1992: 775) dá como um dos significados de DONDE o de preposição com o sentido de ‘em casa de’, ‘no lugar de’. Os exemplos dados, que conferem com a estruturas acima são:

- i) Estuve DONDE Antonio.
- ii) El banco está DONDE la fuente.

ALARCOS (1996: 102) também confirma a presença de estruturas deste tipo no espanhol: “La supresión del verbo en las construcciones con adverbios relativos puede dar origen a un uso de estos análogo al de las preposiciones... Pero no siempre es fácil suplir un verbo supuestamente elidido”.<sup>3</sup> Os exemplos dados com DONDE, ambos de autores latino-americanos, são os seguintes:

- i) Lo mandaron *donde mí*. (Mario Vargas Llosa, *La guerra del fin del mundo*.)
- ii) Se sintió definitivamente más cómodo *donde Petra Cotes*. (Gabriel García Márquez, *Cien años de soledad*.)<sup>4</sup>

## 2.2. Francês

CHEZ é uma preposição da língua francesa que significa estritamente ‘na casa de’, mas que tomou por extensão os sentidos de ‘no país de’ (1680), ‘entre um grupo de pessoas’ (1694) e ‘no tempo de’ com valor temporal (1694) (REY, 1992: 408). Desde o francês arcaico, CHEZ é empregada na locução preposicional DE CHEZ (1195) com o significado de ‘da casa de’.

Exemplos:

- i) Je suis allée chez ma tante.
- ii) Il fait trop chaud chez moi.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Trad.: “A supressão do verbo nas construções com advérbios relativos pode dar origem a um uso destes análogo ao das preposições... Porém nem sempre é fácil suplir um verbo supostamente elidido.”

<sup>4</sup> Já COROMINAS (1954: 190) afirma que entre las innovaciones más modernas me limitaré a citar el empleo de DONDE como preposición en el sentido ‘en casa de’, ‘junto a’, casi general en América y muy extendido en las hablas leonesas y del Norte castellano. ... La misma evolución se produjo en Sicilia y en Córcega (annau unni so matri, unde noi). Além do comentário acima, chama a atenção para o fato do DO existir até hoje nas Canárias, na Astúrias e no judeu-espanhol marroquino em combinações interrogativas elípticas, se juntando com um pronome átono de terceira pessoa. No Marrocos se diz ‘¿adóme, adóte, adó el hombre, adó el dedal?’.

<sup>5</sup> Trad.: ‘Eu fui na casa da minha tia’ – ‘Faz muito calor na minha casa’

### 3. Classificação das estruturas do judeu-espanhol com LOC em 'tipos' sintáticos

#### 3.1. Complemento circunstancial de lugar e complemento argumentativo de lugar: diferenças

Vejamos as seguintes estruturas:

(ia) Juan duerme **en un hotel**.

(iia) Juan reside **en un hotel**.

Gramáticos espanhóis recentes como MARÍN, SATTORE, VIEJO (1999: 342) e ALARCOS (1996: 287), em relação a estruturas semelhantes em espanhol, observam que há uma significativa distinção entre os exemplos (i) e (ii). Enquanto em (i) 'en un hotel' é prescindível para a compreensão da oração, no caso (ii), a ausência do que é chamado de 'adjunto adverbial de lugar' acarretará uma frase incoerente:

(ib) Juan duerme.

(iib) \*Juan reside.

As locuções adverbiais do tipo (ii) não são complementos marginais como em (i), já que a sua eliminação tornaria a estrutura mal formada. Estes complementos de sentido afim ao verbo, susceptíveis de serem representados por um advérbio de lugar e sem os quais a frase não existiria são chamados pelos gramáticos espanhóis de **complemento argumentativo de lugar**.

A diferenciação entre complemento argumentativo de lugar e complemento circunstancial de lugar será levada em conta ao longo de todo este trabalho. Quando não for necessário diferenciá-los, utilizaremos o termo 'complemento locativo'.

Todas as construções encontradas nos textos foram classificadas em nove tipos sintáticos básicos. Os critérios utilizados para a divisão em grupos levam em conta elementos morfo-sintáticos das estruturas encabeçadas por LOC. Os principais elementos da estrutura levados em conta foram:

- 1) presença [+ant] ou ausência [-ant] de um elemento ao qual LOC se refere e que o precede na estrutura;
- 2) presença [+ prep] ou ausência [-prep] de uma preposição antecedendo LOC;

- 3) presença [+V] ou ausência [-V] de um verbo depois de LOC;
- 4) traço [+/- humano] do SN que segue imediatamente LOC nos casos em que o fenômeno ocorre;
- 5) caráter interrogativo, assertivo ou exclamativo da oração.

Nos restringiremos, pela exigüidade de espaço, somente às estruturas semelhantes aos exemplos (1) e (2), que chamamos de Tipo 4 e que se configura da seguinte maneira:

Tipo 4 [-ant]<sub>s</sub> [[-prep] LOC [-V] SN[+humano]]

O Tipo 4 é uma estrutura em que LOC não tem referente e tampouco vem antecedido por uma preposição. No entanto, *nunca* vem seguido por um verbo e *sempre* vem seguido imediatamente por um SN [+humano]. LOC aparece sob as formas de ONDE, ANDE e O. As estruturas encabeçadas por LOC do Tipo 4 podem ser analisadas de duas maneiras distintas no século XX:

#### a) Complemento argumentativo de lugar

[-ant] nunca vem preenchido e LOC é uma preposição com o significado equivalente ao da preposição francesa 'chez' ('na casa de'), encabeçando um complemento argumentativo de lugar de uma oração simples. Exemplo:

(5a) debista lyo me rendiré ONDE *el emperador* (M104/8) (1913)

LOC apresenta-se sob a forma de ONDE e *el emperador* é o núcleo do complemento argumentativo de lugar. ONDE *el emperador* é imprescindível para manter a frase bem formada:

(5b) \*debista lyo me rendiré

#### a) Complemento circunstancial de lugar

As características são as mesmas do complemento argumentativo de lugar, a diferença entre eles é que a ausência do complemento circunstancial de lugar não implica em uma frase mal formada:

(6a) Vos rogo, dámed Teresa y tomadme por esclavo ONDE vos. (N262/21) (1901-1912)

(6b) Vos rogo, dámed Teresa y tomadme por esclavo.

## 4. O Tipo 4 nos textos do *corpus*

### 4.1. *Un marido entre dos mužeres* (MARTÍNEZ GONZÁLEZ, 1978)

LOC em *Un marido entre dos mužeres* (1913) não apresenta variantes formais como nas obras dos séculos anteriores ao XX, que veremos dentro em breve, aparecendo sempre sob as formas ONDE ou ÓNDE. O Tipo 4 é *sempre* uma oração simples com o verbo elidido seguido de um complemento argumentativo de lugar encabeçado por ONDE, que por sua vez tem a função de preposição. Todos os casos apresentam um verbo de movimento antes de LOC, que encabeça um complemento argumentativo de lugar. Exemplo:

- (7) Lyo **entraré** por fuersa *ONDE el emperador* (M118/9) (1913)

### 4.2. *Novelas aljamiadas sefarditas do princípio do século XX* (1901-1912)

Nos textos coletados por BARQUÍN (1997), LOC, tal como em *Un marido entre dos mužeres* (1913), não apresenta variações na sua forma, aparecendo sempre sob a forma de ONDE ou ÓNDE. O Tipo 4 é ou um complemento argumentativo de lugar ou um complemento circunstancial de lugar em que ONDE tem a função de preposição semelhante a 'chez'. Dos seis casos, quatro (66.67%) são complemento circunstancial de lugar, que exemplificamos:

- (8) Las noches, el padre y el hijo venían tomar el chay *ONDE señor Stanby*. (N361/15) (1910-1912)

Exemplo de complemento circunstancial argumentativo:

- (9) A la noche el comandante y Armando abajaron a tierra y se rendieron *ONDE se. Stanby* (N360/17) (1901-1912)

### 4.3. *Século XIX: El libro del buen retajar*, ROMERO (1998)

#### 4.3.1. *Séfer LeI Šimurim* (1818)

LOC aparece no texto selecionado sob três formas: ONDE, ANDE e O. A distribuição do LOC em relação ao Tipo sintático 4 é a seguinte:



**Quadro 1: As formas de LOC em relação ao Tipo 4 em Séfer Lel Šimurim (1818)**

Forma	Tipo 4	%
ONDE	21	91.30
ANDE	1	4.35
O	1	4.35
Total	23	100

Como visto no quadro acima, ONDE é a forma mais comum (91.30% dos casos), enquanto, ANDE e O ocorrem somente uma vez cada. O Tipo 4 é o mais freqüente do texto, sendo o único tipo que apresenta uma estrutura encabeçada por ANDE. Das 23 ocorrências, em sete o verbo anterior ao LOC não é de movimento, englobando 30.43% dos casos. Exemplo:

- (10) Y lo próprio lo **veemos** cada día tanto ONDE *los rees* como onde los pachás o otras gentes grandes que hacen com sus servidores los buenos. (S047/36)

Exemplo com verbo de movimento antecedendo LOC:

- (11) recibió sobre sí... de tomar a los probes que venían en aquella ciudad para Purim y de **ir** con ellos ANDE *sus amigos*. (S109/6) (1818)

#### 4.3.2. *Séfer Menorat Hamaor* (1877)

O *Séfer Menorat hamaor* (1877) apresenta LOC sob uma única forma: ANDE/ÁNDE. Os tipos de construções encontrados foram mais limitados, conseqüência talvez do tamanho restrito do texto.

Em todos os exemplos do Tipo 4 encontrados, o termo SN [+humano] que segue LOC é 'el rey'. Nos três exemplos o verbo que antecede LOC é de movimento. Exemplos:

- (12) y agora cercucí a mi hijo y por esto llevan a nosotros ANDE *el rey* como una. (H200/34) (1877)

- (13) el güego hizo así y fue ANDE *el rey*. (H200/39) (1877)  
 (14) Entró aquel mayoral ANDE *el rey*; (H200/39) (1877)

#### 4.4. Século XVI

Não foi encontrado o Tipo 4 nos textos do século XVI, isto é, nem a *Crónica de los reyes otomanos* (1567) nem o *Pentateuco de Constantinopla* (1547) apresentam a ocorrência do Tipo 4.

Concluída a análise sincrônica, procederemos a seguir com a discussão das informações aqui fornecidas e à sua análise diacrônica.

### 5. Discussão dos dados: o processo de reanálise do Tipo 4

Para que a reanálise ocorra, é necessário que algum subconjunto de um tipo estrutural específico esteja aberto a análises estruturais múltiplas, sendo a nova análise uma dessas análises em potencial. Além do mais, fatores de vários tipos – lingüísticos e extra-lingüísticos ou uma inter-relação entre eles – podem ser determinantes para o desencadeamento da mudança: sintático, semântico, pragmático e social (TARALLO, 1983: 72).

#### 5.1. A reanálise do Tipo 4

As estruturas do tipo [-ant] <sub>s</sub>[[-prep] LOC [-V] SN[+humano]] no século XX, a que chamamos de Tipo 4, podem ser analisadas ou como complemento circunstancial de lugar ou como complemento argumentativo de lugar. Exemplo de complemento circunstancial argumentativo:

- (15) y ni yo supe como se pasaron las vente y cuatro horas hasta poder otra vez ir ONDE *mi amigo* (N352/24) (1901-1913)

A preposição ONDE, que funciona como o CHEZ francês, vem seguida de um SN [+humano], núcleo do complemento locativo, como no francês:

- (16a) Il est allée *chez le professeur*.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Trad.: “Ele foi na casa do professor.” e “Nós comemos bem na casa da minha tia”.

(16b) \*Il est allée.

(17a) Nous mangeons bien *chez ma tante*.

(17b) Nous mangeons bien.

As orações simples, cujos núcleos são o verbo de movimento ‘est allée’, no primeiro exemplo, e ‘mangeons’ no segundo, têm como complemento circunstancial argumentativo de lugar *chez le professeur* e complemento circunstancial de lugar *chez ma tante*, respectivamente.

Tudo parece indicar que as estruturas semelhantes a (15) seriam uma conseqüência da forte influência do francês e do contato com estruturas tais como (16a) e (17a) a partir das quatro últimas décadas do século XIX. A estrutura sintática semelhante a ‘chez le professeur’ teria sido tomada pelo judeu-espanhol sem a imitação das entidades fonéticas do modelo francês, configurando-se como um calco sintático de origem francesa. CHEZ é substituído por LOC, pois, nesse processo, um complexo léxico da língua modelo é reproduzido – o francês – pelos meios formais da língua receptora – o judeu-espanhol.

No entanto, a influência do francês sobre o judeu-espanhol não seria suficiente para explicar estruturas do Tipo 4 encontradas em textos *anteriores* à europeização do Império Otomano e à influência francesa sobre os sefarditas. A porcentagem de estruturas do Tipo 4 é inclusive maior nos textos do século XIX: 61,55% em *Séfer lel Šimurim* (1818) e 33,33% em *Séfer menorat bamaor* (1877) contra 31,58% em *Un marido...* (1913) e 4,79% em *Novelas...* (1901-1912). Eis um dos exemplos que **não** poderiam ser explicados pelo calco sintático de origem francesa, já que datam de 1818, época anterior à presença significativa do francês no Império Otomano:

(18a) – *Yo te quero mandar ONDE el rey y lo que el rey quiera hazerte que haga.* (S057/34) (1818)

Uma possível análise desse tipo de estrutura no século XIX é que *ONDE el rey* e *ONDE su mujer* em *Séfer lel Šimurim* (1818) seriam orações relativas que têm LOC como relativizador e o verbo copulativo elidido. Uma das influências para este resultado viria do hebraico, já que os verbos ‘ser/estar’ não são representados nesta língua. A partícula relativizadora LOC vem ligada diretamente ao SN [+humano] sujeito da oração relativa:

	[[[-prep] LOC	[-V]	SN[+humano]]
(18b)	ONDE	[está]	el rey
	Relativizador	verbo copulativo elidido	sujeito da oração relativa

A análise de oração relativa livre com verbo elidido dada às estruturas anteriores ao século XX é reforçada pelos dados encontrados no *Pentateuco de Constantinopla* (1547), do qual conhecemos a fonte hebraica e conseqüentemente os valores de LOC. Apesar do Tipo 4 não existir no *Pentateuco...* (1547), encontramos estruturas muito semelhantes a ele, as de Tipo 9, com apenas duas pequenas diferenças: as do Tipo 9 são sempre interrogativas e LOC pode vir antecedido por uma preposição ou não, enquanto o Tipo 4 é sempre uma oração assertiva e LOC nunca vem antecedido por uma preposição. Veja-se:

Tipo 4: [-ant]<sub>s</sub> [[[-prep] LOC [-V] SN[+humano]] (séc. XX)

Tipo 9: [-ant]<sub>s</sub> [[+/- prep] LOC [-V] SN[+humano]]? (séc. XVI)

As orações interrogativas do Tipo 9 do século XVI, semelhantes à oração relativa sem antecedente, não podem ser consideradas um complemento locativo, e sim semelhantes a uma oração relativa porque o *Pentateuco...* (1547) é uma tradução literal, palavra por palavra do original em hebraico. No original hebraico, as estruturas com LOC são orações relativas com o verbo 'ser/estar' elidido. Se a tradução é ao pé da letra, as estruturas do Tipo 9 do *Pentateuco...* são *obrigatoriamente* orações relativas com o verbo elidido. Exemplo:

(19) Y dixo a él: *ADO tí?* (Pgen 3:9)

onde **está** você?

As estruturas do Tipo 4 do século XX são sempre complementos *locativos* devido à influência das estruturas com CHEZ em francês. No entanto, essas estruturas, tal como aparecem na estrutura superficial, já existiam antes do contato com o francês sob a forma de oração relativa sem antecedente com verbo elidido.

No momento do contato com o francês, língua em que [-ant]<sub>s</sub> [[[-prep] LOC [-V] SN[+humano]] é um complemento locativo, os sefarditas acabaram deixando de lado uma das análises da estrutura,

isto é, a análise de que esta seria uma oração relativa com verbo elidido. As estruturas do Tipo 4, tais como os exemplos (18a), inicialmente orações relativas livres com o verbo copulativo elidido, passam a ser analisadas exclusivamente como um complemento locativo no século XX, não sofrendo nenhuma alteração na sua estrutura superficial. A reanálise do Tipo 4 foi possível pelo fato das duas estruturas apresentarem semelhança superficial, sendo passíveis de mais de uma análise por parte dos falantes. Os resultados das mudanças ocorridas, não necessariamente nesta ordem, são as seguintes:

- a) LOC, anteriormente entendido como advérbio relativo de lugar passa a ter o papel de preposição locativa significando 'junto a' ou 'na casa de';
- b) O verbo, antes subentendido, passa a não existir. Conseqüentemente, a estrutura, antes uma oração relativa, é reanalisada como um complemento circunstancial argumentativo;
- c) O SN [+humano] sujeito torna-se um dos constituintes do complemento locativo;
- d) O período composto torna-se uma oração simples.

Não podemos ignorar dois fatos que podem ter incentivado a ambigüidade dessas estruturas, mesmo antes da chegada do francês, possibilitando que LOC tivesse a função de preposição e o SN[+humano] fosse um dos constituintes do complemento locativo da oração simples:

- a) em hebraico o Tipo 4 [-ant]<sub>s</sub> [[-prep] LOC [-V] SN[+humano]] pode representar tanto um complemento locativo quanto uma oração relativa com verbo copulativo elidido, já que LOC tem um papel pouco definido podendo ser uma preposição, um pronome ou um advérbio;
- b) na Península Ibérica, o Tipo 4 [-ant]<sub>s</sub> [[-prep] LOC [-V] SN [+humano]] existe sob a forma de um complemento locativo, com LOC funcionando como preposição. É difícil saber se houve uma influência por parte de uma estrutura marginal como esta sobre o judeu-espanhol, mas sua existência nos leva a crer que o estranhamento em relação às estruturas semíticas seria menor.

## 5.2. As causas da mudança

Além dos fatores sócio-psicológicos desencadeadores destas mudanças – perda do prestígio do judeu-espanhol e aumento da sua vulnerabilidade em relação às línguas mais ‘modernas’ –, deve haver contextos otimais internos à língua que facilitam este desencadeamento e posterior estabilidade. Vejamos cada um deles.

### 5.2.1. Fatores internos

Os fatores estruturais que propiciaram a reanálise foram vários:

#### 5.2.1.1. Fatores sintáticos

##### a) ausência de antecedente

Com a ausência de um antecedente, LOC é menos dependente da estrutura na qual está inserido, facilitando assim sua reanálise como preposição;

##### b) a presença de LOC

LOC indica localização espacial, por isso a elisão do verbo não faz tanta falta para a decodificação do significado locativo da construção.

##### c) a presença de um verbo copulativo

No judeu-espanhol, a elisão verbal só ocorre com o verbo ‘estar’. Como ele é um verbo copulativo, carrega em si poucas informações. O seu apagamento não dificulta a compreensão do enunciado porque as informações necessárias para o bom entendimento estão nos seus elementos vizinhos, LOC e SN[+humano].

##### c) a presença de um complemento após o LOC

BRUCART (1987: 297) afirma que a existência de algum complemento do predicado é condição decisiva para a elisão do núcleo verbal. LOC *sempre* vem seguido de um SN que permitiria a recuperação da elisão verbal. Veja-se:

(20a) e<sub>1</sub>ya boltó onde su marido (M126/27) (1913)

(20b) \*e<sub>1</sub>ya boltó onde

d) a elisão do verbo

Com a ausência do verbo na estrutura superficial, a frase se torna mais próxima de um complemento circunstancial argumentativo, podendo ser passível de ambigüidade. Como afirma POPLACK (1979: 3) apud TARALLO (1983: 213) “deletion processes tend to reduce sentence redundancy and as a result, may increase the possibility of ambiguity.”<sup>7</sup> A ausência de uma forma verbal supõe uma diminuição do caráter oracional do enunciado.

f) distância entre LOC e o SN[+humano]

A distância entre LOC e o SN[+humano] que o sucede é sempre mínima: nenhum tipo de elemento gramatical se interpõe entre os dois, nem mesmo uma pausa. BRUCART (1987: 303) afirma que são critérios de proximidade que servem para determinar a interpretação léxica da categoria elíptica: elege-se a unidade mais próxima que ocupa uma posição sintática paralela ao do vazio. O Tipo 4 apresenta o verbo copulativo como categoria elíptica, que se situa entre LOC e o SN[+humano]. LOC será selecionado para determinar a interpretação léxica do verbo, já que possui em si a noção de localização, como visto em c).

### 5.2.2.2. Fatores semânticos

a) o SN[+humano]

LOC vem sempre imediatamente seguido por um SN[+humano]. Em francês, depois da preposição CHEZ, o seu complemento é geralmente [+humano]. No *Pentateuco...* (1547), quando o verbo elidido é a cópula ‘ser/estar’, após a sua posição há sempre um SN[+animado] com função de sujeito.

b) verbo [+movimento]

O verbo anterior à estrutura encabeçada por LOC seguido de [-V] é na maioria das vezes um verbo de movimento que demanda um complemento argumentativo de lugar.

---

<sup>7</sup> Trad.: “Os processos de apagamento tendem a reduzir a redundância sentencial e, como resultado, podem aumentar a possibilidade de ambigüidade.”

## 6. Considerações finais

Comprovamos a hipótese, proposta inicialmente, de que as estruturas **[-ant] , [[-prep] LOC [-V] SN[+humano]]** que chamamos de Tipo 4, analisadas no século XX ou como um complemento argumentativo de lugar ou como complemento circunstancial de lugar, teriam sido inicialmente orações relativas com o verbo copulativo elidido:

1º momento

espanhol /hebraico → judeu-espanhol:

<b>[-ant]</b>	S'	<b>[-prep]</b>	LOC	<b>[-V]</b>	SN[+humano]]
	∅		advérbio relativo	verbo copulativo elidido	sujeito da OR

2º momento/século XX

francês → judeu-espanhol:

<b>[-ant]</b>	S'	<b>[-prep]</b>	LOC	<b>[-V]</b>	SN[+humano]]
			preposição		constituente complemento locativo

O verbo copulativo em hebraico, inclusive nas orações relativas, encontra-se subentendido, podendo aquelas ser encabeçadas por elementos diversos, tais como advérbios, pronomes e preposições. Além da possibilidade de preposições encabeçarem uma oração relativa em hebraico, fazendo o papel de relativizador, devemos levar em conta o fato da estrutura **[-ant] , [[-prep] LOC [-V] SN[+humano]]** ter LOC classificado como preposição de forma marginal, sob a forma de vulgarismo, no espanhol e outros falares da Península Ibérica, e que poderia ter influenciado o judeu-espanhol de alguma forma. Não seria assim uma estrutura considerada tão 'estranha' para os usuários do judeu-espanhol.

A possibilidade de mais de uma análise para a estrutura **[-ant] , [[-prep] LOC [-V] SN[+humano]]** fez com que, no momento do contato com o francês, ela passasse a ser confundida com o complemento locativo do francês encabeçado por CHEZ, já que possuem a mesma seqüência de elementos nas suas estruturas superficiais.



A reanálise da estrutura em complemento locativo, tal como descrita acima, foi favorecida pelo contato lingüístico que houve entre os usuários do judeu-espanhol e a língua francesa, a partir do final do século XIX, o que permitiu vários empréstimos gramaticais, inclusive este, do francês para o judeu-espanhol. A língua dos sefarditas tinha pouco prestígio social, tornando-se mais vulnerável às influências estrangeiras, e principalmente às do francês, língua que conferia *status* social superior àqueles que a utilizavam. Anteriormente a esta fase de restrição de uso da língua, o hebraico, através do estudo e leitura das obras litúrgicas em ladino, forneceu variados empréstimos ao judeu-espanhol, na sua maioria lexicais.

## Referências Bibliográficas

ALARCOS LLORACH, E. *Gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa, 1994.

ALMOSNINO, M. *Crónica de los reyes otomanos*. Barcelona: Tirocinio, 1998.

BARQUÍN LÓPEZ, A. *Edición y estudio de doce novelas aljamiadas sefardíes de principios del siglo XX*. Universidad del País Vasco, 1997.

BRUCART, J. M. La elipsis parcial. In: DEMONT, E.; FERNÁNDEZ LAGUNILLA, M. (Ed.) *Sintaxis de las lenguas románicas*. Madrid: El Arquero, 1987. p.291-328.

BYNON, T. *Historical linguistics*. Oxford: CUP, 1986.

COHEN, M. A. Análise 'a posteriori' de mudanças sintáticas. In: IX Encontro Nacional da ANPOLL, 1994, Caxambu. *Anais do IX Encontro Nacional da ANPOLL*. v.2, 1996. p. 1468-1485.

COROMINAS, J. *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*. Madrid: Gredos, 1954. v. 2.

DELATOUR, Y. et al. *Grammaire de français*. Paris: Hachette, 1991.

GUIMARÃES, A. *Reanálise de estruturas locativas no judeu-espanhol oriental*. 2000. 169 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

- HARRIS A., CAMPBELL, L. *Hystorical syntax in cross-linguistic perspective*. Cambridge: CUP, 1995.
- LAZAR, M. *Ladino Pentateuch*; (Constantinople, 1547). Labyrinthos, 1988.
- MARTÍNEZ GONZÁLEZ, M. (Ed.). *Un marido entre dos mużeres*; novela anónima en ladino. Barcelona: Ameller, 1978.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua española*. Madrid: 1992.
- REY, A. (Dir.) *Dictionnaire historique de la langue française*. Paris: Robert, 1992.
- ROMERO, E. *El libro del buen retajar*. Madrid: CSIC, 1998.
- SEPHIHA, H. V. *L'agonie des judéo-espagnols*. Paris: Entente, 1991.
- TARALLO, F. *Tempos lingüísticos*. São Paulo: Ática, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. 1983, 273p. Tese (Doutorado, Lingüística) - Pennsylvania, University of Pennsylvania,
- VAROL, M.-C. *Manuel de judéo-espagnol*. Paris: L'Asiathèque, 1998.
- WAGNER, M. L. *Caracteres generales del judeo-español de Oriente*. Madrid: Hernando, 1930.

# Variação nas construções pronominais dos verbos psicológicos: uma decorrência de diferentes percursos históricos

Evelyne Dogliani Madureira  
FALE/UFMG

## 1. Introdução

Este estudo avalia a adequação do modelo da Difusão Lexical à análise das construções ergativo-causativas dos verbos psicológicos do português. As construções ergativo-causativas desses verbos exibem, no português, um tipo de variação que pode ser explicada, de acordo com Madureira (2000), pelo distinto perfil histórico dos verbos envolvidos. Propõe-se que a emergência da construção ergativa, em um subgrupo de verbos psicológicos, representa um processo de ajuste (no sistema sintático do português) motivado por outro processo que o antecede – o de causativização. Sustenta-se que parte das construções ergativas assinaladas entre os verbos psicológicos do português contemporâneo resultam de um processo de causativização de verbos de distintos perfis sintáticos. Busca-se demonstrar, além disso, que diferentes construções ergativas pronominais não são necessariamente reflexo de um processo de mudança (da forma pronominal para a forma não pronominal). Essas estruturas revelam-se manutenção de estruturas inergativas de outros períodos da língua, enquanto que as pronominais são estruturas marcadas (com objetivo de desambiguação) ou estruturas originalmente reflexivas sincronicamente reinterpretadas como pseudo-reflexivas por força de mudanças do sistema sintático.

Do ponto de vista teórico, esta análise pretende contribuir para o aprofundamento da reflexão acerca da atuação do léxico na mudança lingüística. A pesquisa orienta-se pelas hipóteses do modelo da Difusão Lexical, cujos princípios explicativos da mudança lingüística vão de encontro ao modelo neogramático. Isto é, de acordo com o modelo da Difusão Lexical, toda mudança lingüística implementa-se gradativamente pelo léxico (Wang, 1969; Chen & Wang, 1975; Krishnamurti, 1978; Phillips, 1984; Wang & Lien, 1993). Opondo-se à visão neogramática, segundo a qual qualquer mudança atinge abruptamente o léxico, o modelo da Difusão Lexical localiza o surgimento das mudanças em itens lexicais individuais, o que instancia diferentes processos de variação/mudança lingüística, de acordo com o grau de 'contaminação' (Shen, 1990) de alguns itens lexicais por outros. Apontado como quadro teórico conciliável com a hipótese neogramática (Labov, 1981), ou descartado enquanto hipótese explicativa de 'verdadeiras' mudanças lingüísticas (Mazaudon, 1993), ou, ainda, restrito a determinados tipos de mudança (Labov, 1994), o modelo da Difusão Lexical permanece ilustrado nas três últimas décadas, em trabalhos de diversas línguas que tratam de variação/ mudança sintática ou fonológica (Fidelholtz, 1975; Janson, 1977; Yue-Hashimoto, 1993; Mollica, 1992, Oliveira, 1991; 1992; 1995; 1997, entre outros).

## 2. A variação nos verbos psicológicos – descrição

Os verbos psicológicos são aqueles que expressam sentimentos, emoções e têm, pelo menos, um papel temático experienciador, figurando como argumento interno ou externo. Isto é, em termos da Gramática Tradicional, o experienciador se realiza ora na posição de sujeito sintático da oração, ora na posição de objeto direto, como se ilustra em (1) e (2), respectivamente:

(1) João teme Pedro por seu gênio violento.

(2) Pedro assusta João com seu gênio violento.

A distribuição sintática do experienciador determina, pois, que se distingam, na literatura, duas classes de verbos psicológicos: a primeira classe consiste dos verbos cujo argumento experienciador só se realiza na posição de sujeito sintático da oração, conforme ilustrado em (1) e integra verbos como *amar*, *desejar*, etc. (classe de *temer*, na literatura)

A segunda classe constitui-se dos verbos psicológicos do tipo de *preocupar, encantar, humilhar apavorar*, que realizam seu experienciador na posição de objeto sintático da oração, conforme ilustrado em (2). Mas, como se pode observar, a partir do exemplo citado em (2), os verbos que admitem o experienciador na posição de objeto sintático, também o admitem na posição de sujeito. Isto é, realizam a propriedade de ergativização podendo-se estruturar com ou sem o pronome, conforme (3):

(3) João (se) assusta com o gênio violento de Pedro.

Apesar de terem atribuída a propriedade de ergatividade em análises que lidam com dados intuitivos (cf. Caçado (1995 a, 1996)) e Whitaker Franchi (1989)), nem todos os verbos psicológicos do segundo grupo (isto é, aqueles que admitem o experienciador na posição de objeto) a realizam. Citem-se, por exemplo, verbos como *conquistar, honrar, humilhar, provocar*, etc<sup>1</sup>, cuja realização ergativa, é questionável, como se vê em (4):

(4) a) João conquistou Maria com sua simpatia

(\* b) Maria conquistou-se

Além disso, mesmo entre aqueles verbos que admitem ergatividade, a propriedade se realiza de formas variadas: alguns admitem tanto a forma pronominalizada quanto a não pronominalizada, outros, apenas uma delas. Comparem-se (5), (6) e (7), abaixo:

(5) a) Pedro assusta João com seu gênio violento.

b) João se assusta com o gênio violento de Pedro

c) João assusta com o gênio violento de Pedro

(6) a) João aborrece o amigo com suas lamúrias

b) O amigo se aborrece com as lamúrias de João

(?) c) O amigo aborrece com as lamúrias de João

---

<sup>1</sup> Deve-se observar que esses verbos admitem a forma pronominal como em *Ele se humilhou*. Nesses casos, entretanto, a leitura admitida é apenas a reflexiva, na qual o pronome tem função sintática de objeto. Esse não é o caso de verbos que, de fato, realizam ergativização, como se pode ver na sentença *João se preocupa com os exames*. Nessa estrutura de leitura ergativa (e não reflexiva) o pronome não tem função sintática.

- (7) a) João pasma os amigos com seus relatos  
 (\*) b) Os amigos se pasmam com os relatos de João  
 c) Os amigos pasmam com os relatos de João

No português brasileiro, o uso/não uso da forma pronominal parece submeter-se a fatores dialetais e de registro. No primeiro caso, caracteriza-se como caso de variação lingüística geográfica. Por exemplo, em Minas Gerais, a realização não pronominal (*João assusta*) é aceitável, apesar de ambígua, já na região sul do Brasil, apenas a forma pronominal (*João assusta-se*) parece ser aceitável.<sup>2</sup>

A variação não parece submeter-se apenas a fatores geográficos. Mesmo em Minas Gerais, onde a forma não pronominal é aceita, observa-se que o pronome tem largo uso na modalidade escrita e em estilo de fala formal. Tal situação sugere que a realização pronominal desses verbos é mais antiga do que sua correspondente não pronominal. Uma observação do comportamento dos verbos, entretanto, mostra que a situação não é a mesma para todos os verbos causativos, isto é os do tipo de *assustar*. Enquanto esse último admite realizações com ou sem o pronome, como se viu em (5), exibindo variação condicionada por fatores não estruturais, outros como *aborrecer* (que se ilustra em (6)), *confortar*, *intimidar*, por exemplo, não parecem aceitáveis quando estruturados sem o pronome, seja qual for a modalidade lingüística ou o estilo de fala usados. Esse quadro sugere que se a forma ergativa estiver em variação (caminhando da forma pronominalizada para a forma não pronominalizada) o fenômeno está atingindo gradativamente os verbos, num processo que pode ser explicado no quadro teórico da Difusão Lexical.

Um outro dado vem tornar mais complexa essa análise: como se viu em (7), um terceiro grupo de verbos exibe um comportamento oposto. Isto é, verbos como *desesperar*, *pasmam* parecem mais aceitáveis quando realizados na forma não pronominalizada. O comportamento desses verbos é, no mínimo, intrigante. Se, quando estruturados na forma pronominal, esses verbos não são aceitáveis, podem-se propor duas hipóteses: a) o processo de mudança desses verbos é muito

---

<sup>2</sup> Por ocasião da VII Semana de Letras (Agosto/2000) realizada no Instituto de Letras da UFRGS (durante a qual uma primeira versão deste estudo foi apresentada) pude avaliar que a rejeição à forma não pronominal é categórica. Estavam presentes falantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

antigo, de forma que a realização com pronome já não é aceitável; b) esses verbos nunca tiveram realização pronominal.

A identificação desses três grupos de verbos orientou uma análise diacrônica de modo a verificar se:

- a) os diferentes subgrupos de verbos psicológicos são resultado de um processo de mudança sintática;
- b) a mudança (se houver) se dá por regras (modelo neogramático) ou por difusão lexical.

## 2. Análise

A análise considerou um total de 2306 frases extraídas de textos ilustrativos dos séculos XIV ao XX<sup>3</sup>. Além disso, cada verbo teve sua origem pesquisada em dicionários etimológicos e de regência, dicionários latinos e glossários do período arcaico tendo sua(s) regência(s) registrada(s) para fins de comparação com todas as suas realizações, em cada período histórico<sup>4</sup>.

Uma das conclusões da análise diacrônica sustenta que o comportamento diferenciado de subgrupos de verbos psicológicos do português no que concerne às realizações ergativas relaciona-se às distintas origens dos verbos. Isto é, dentre aqueles verbos que admitem construções causativas, como os verbos *assustar*, *aborrecer* e *pasmar* em (5), (6) e (7), por exemplo, distinguem-se subgrupos de verbos que não são causativos desde sua origem, podendo ser originalmente:

- a) inacusativos (*desesperar*, *pasmar*, etc.);
- b) acusativos não causativos (*aborrecer*, *admirar*, etc.).

Considere-se a história de alguns verbos: o verbo *aborrecer*, de perfil original acusativo não causativo, agrupava-se, no período arcaico (até o século XVIII), com outros como *amar*, *desejar*, etc., período em que o verbo tem sentido de *odiar* e limita suas realizações àquelas em que o experienciador se realiza na posição de sujeito (doravante estruturas ExpS):

<sup>3</sup> Os dados do século XX ilustram as modalidades oral (década de 70) e escrita (décadas de 60 e 70). Os dados de Lima Barreto que ilustram o presente estudo não integram a análise quantitativa.

<sup>4</sup> Cf. Madureira (2000: 350-377).

- (8) séc. 14 Eu, todos estes pecados e maldades (...) agora avorreço... p.125 SP
- (9) séc. 15 E o terceiro a caridade por o qual se ama a Deus (...) e se aborrece toda cousa contrária da virtude p.48 DD
- (10) séc.17 (...) Neste lugar há dois mancebos, um a quem amo, o outro a quem aborreço. p.130 (17) PR
- (11) séc. 18 (...) ao mesmo tempo condenamos e aprovamos; amamos e aborrecemos p.77 MT

Suas ocorrências no séc. XIX são fonte de ambigüidade:

- (12) séc. 19 Mas eu não quero aborrecê-la p.273 MA
- (13) séc. 19 Sei quanto devia aborrecê-lo a queda do Sinimbu p.37 JN
- (14) séc. 19 vós me aborreceis e com razão p.734 GD

Em (12) e (13), o contexto lhe atribui leitura causativa. Já em (14), o seu sentido é o mesmo que se registra até o século XVIII, isto é, o de *ter horror*.<sup>5</sup>

O fato é que o verbo *aborrecer* ilustra um processo de causativização entre os séculos XVIII e XIX, quando muda seu sentido de “sentir ódio” para “causar ódio, horror”. A partir de então o seu uso no significado de “*ter horror*” aparece em estruturas ExpS nas quais passa a se ligar ao argumento interno via preposição, conforme em (15)

- (15) por não ter nada com que se aborrecer p.167 JA

Dessa maneira, o verbo deixa de ser fonte de ambigüidade: mantém o perfil ergativo-causativo que passa a caracterizá-lo desde o século XIX. As estruturas ExpS que o verbo *aborrecer* integra, desde o período arcaico, veiculam aproximadamente o mesmo sentido (*ter horror a*). A mudança que se evidencia nessas estruturas ExpS está na preposição de que se faz acompanhar ainda no século XIX, cuja função

---

<sup>5</sup> O uso da estrutura não causativa do verbo pode ser interpretado de duas maneiras: tal uso pode estar ilustrando o período de ambigüidade a que o verbo se submete entre os séculos XVIII e XIX, ou, mais provavelmente, a busca de verossimilhança (já que se trata de Gonçalves Dias) dos personagens seiscentistas.



parece ser a de assegurar a relação biunívoca entre forma e sentido. Causativizando-se, o verbo especializa a forma sintética para as estruturas ExpO e a forma preposicionada (analítica ou pronominal) para as estruturas ExpS. É difícil atribuir qualquer estatuto à forma pronominal que o verbo passa a apresentar, então. Viu-se que, contemporaneamente, tal pronome tem estatuto pseudo-reflexivo, interpretado como sinal de ergativização. Como, entretanto, alguns verbos da classe de *temer*, de onde provém o verbo *aborrecer*, também exibem, no período arcaico, a forma pronominal, como em (16) e (17), não se pode afirmar, por ora, o que motiva o uso do pronome, no caso do verbo *aborrecer*.

- (16) séc. 14 Temendo-se de cavalgar, com a fraqueza (...) p. 220  
LI
- (17) séc. 14 (...) os homeens boos (...) temendo-se de ir sobrelles  
(...) p. 16 (19) DJ

O verbo *enojar* apresenta, no século XIV, um comportamento equivalente ao que o verbo *aborrecer* apresenta no século XIX. A comparação entre os verbos *enojar* e *aborrecer* sugere que o primeiro se submeteu, em época anterior ao século XIV, ao mesmo processo a que se submete o verbo *aborrecer* entre os séculos XVIII e XIX. O verbo *enojar* é ambíguo nos séculos XIV e XV (cf. (18) a (21), abaixo), e chega ao século XX com acepção causativa, preferencialmente. Qualquer realização de ExpS atual do verbo *enojar* apresenta-se com argumento preposicionado. Os dois evidenciam uma diátese primitiva que os inscreve na classe de *temer*, exibindo, posteriormente, causativização (*enojar* antes do séc.XIV, e *aborrecer* entre o XVIII e o XIX). A ressalva a se fazer é a de que os dados permitem observar tal processo, no verbo *aborrecer*, apenas. A partir do comportamento desse último e das evidências de ambigüidade do verbo *enojar*, no período arcaico, inferiu-se que o mesmo submeteu-se ao mesmo processo.

- (18) Séc.14 El-rei (...) ficou mui triste pero por nom anojar seu  
filho... p. 118 (BA)
- (19) Séc.14 Non houvesse mingua nem nojo pola nom haver...  
p. 127 AS
- (20) Séc.14 os que o leessem (...) se anojariam... p. 141 LI

(21) Séc.15 non enojam atanto as aversidades do mundo. p. 26 BO

Tanto *aborrecer* quanto *enojar* são verbos acusativos, no período arcaico. Mas o processo de causativização não parece limitado a verbos acusativos. Os *corpora* ilustram verbos inacusativos com indícios de causativização recente, como, por exemplo, os verbos *apavorar*, *enlouquecer*, *entristecer*.

O verbo *entristecer* é o que permite uma análise mais consistente, já que ocorre em maior número de períodos do que os dois primeiros. Realiza-se nos séculos XIV, XV e XVI, em estruturas de ExpS, exclusivamente. A primeira realização causativa aparece no século XIX, quando o verbo registra a forma sintética, pela primeira vez. Tal quadro sugere que a aceção do verbo é, hoje, causativa, com uso preferencial, entretanto, em ExpS.

(22) séc. 14 A el rei Ramiro contarom este feito, e foi em tamanha tristeza que foi louco uus doze dias. p. 205 LI

(23) séc. 15 (...) convém por força que nos traga tristeza p. 124 DD

(24) séc. 19 O que você me diz da albumina me entristeceria. p. 282 JN

(25) séc 20 (...) dona Genu ficava mais triste ainda vendo (...) p. 17 AD

As evidências dos *corpora* sustentam essa hipótese: as dezesseis ocorrências do período arcaico ilustram apenas construções perifrásticas do verbo *entristecer*, seja em estruturas ExpS ou com o experienciador na posição de objeto (doravante estruturas ExpO), conforme se ilustra em (22) e (23), respectivamente. Apenas no séc. XIX ilustra-se a forma sintética do verbo (*entristecer*), uso que se restringe, também no séc. XX, à aceção causativa (estruturas ExpO, conforme (24)). A forma analítica (*ficar triste*) tem uso preferencial (em relação à sintética) nas estruturas ExpS.

Já o verbo *enlouquecer* ocorre nos séculos XIV, XIX, e XX, sempre como ExpS, conforme ilustrado em (22). Também registra, no século XIX, a forma sintética. O verbo parece se configurar como tal no séc. XIX, apenas (Cunha (1986) aponta sua origem no século XVIII), assim como o verbo *apavorar*, cujas realizações do séc. XIV restringem-se à forma analítica com ExpS (*haver pavor*); a primeira ocorrência sintética

registra-se no séc. XX, com aceção causativa, conforme se vê em (26) e (27):

(26) séc.20 esta calma, este silêncio do papai me apavoram. p. 107 JA

(27) séc. 20 e isto apavorou-o um tanto. p. 77 LB

Tal como *entristecer*, o verbo *apavorar* parece privilegiar a forma análítica (*ficar apavorado*) em estruturas ExpS. Mas, diferentemente de *entristecer*, parece exibir com mais freqüência do que esse também a forma sintética em estruturas ExpS, conforme em (28):

(28) séc. 20 (...) ela num devia ter vendido nada...ela apavorou, ela apavorou demais. I40

São diversos os verbos que evidenciam um quadro desse tipo. Realizam ExpS analítica em período(s) anterior(es) ao século XIX, e só a partir daí registram a forma sintética de ExpS ou de ExpO, (mais freqüentemente, a última). Observando o período de surgimento desses verbos na língua, a hipótese de que os mesmos não existiam, como tais, antes do século XIX faz sentido. Aos verbos *enlouquecer* e *apavorar* é atribuída origem nos séculos XVIII e XVII, respectivamente (Cunha). Já para o verbo *entristecer* essa hipótese é menos viável, já que Cunha o registra no século XIII. Seu uso observado, entretanto, só o ilustra, como tal, no séc. XIX.

Considerando novamente os verbos *apavorar*, *enlouquecer* e *entristecer*, pode-se dizer que o conteúdo semântico relativo aos mesmos (existência virtual, no caso de *apavorar* e *enlouquecer*) é o de focalizar o experienciador na posição de sujeito, o que permite que se lhes atribua uma diátese pré-verbal inergativa ou inacusativa. Não se pode imputar tal diátese ao fato de os mesmos não serem propriamente verbos nesse período: afinal, nada impede que os mesmos realizassem estruturas de ExpO analíticas (como o fez, por exemplo, o verbo *envergonhar*, com realizações analíticas tanto de ExpS quanto de ExpO, desde o século XV, comportamento que, aliás, ainda exhibe no século XX, apesar da existência atual da forma sintética). Vejam-se os exemplos (29) a (34):

(29) séc. 14 (...) e el houve desto gram vergonha, de muitas gentes que i estavam. p. 395 LI

- (30) séc. 14 (...) e que nom quisesse meter as madre em vergonha  
p. 393 LI
- (31) séc. 20 (...) era uma porcaria de envergonhar um cristão p.  
20 AD
- (32) séc. 20 de que tinha vergonha? p. 26 CL
- (33) séc. 20 ele tinha vergonha de ir lá. I33
- (34) séc. 20 não me envergonho em determinadas circuns-tâncias  
de ter que me humilhar I.16

A relação entre verbalização e causativização remete a uma discussão já desenvolvida em outros contextos. De acordo com Figueira (1985, *apud* Bittencourt, 1995), a simples aposição (prefixal, sufixal ou parassintética) de determinados morfemas a radicais verbais ou nominais não implica uma instauração automática da idéia de causativização. Exemplificando com o adjetivo *podre*, temos que com a adjunção parassintética do prefixo A- e do sufixo -EC(ER) tem-se o verbo *apodrecer* que seleciona, num primeiro momento, argumento interno afetado (ex.: “*A laranja apodreceu*”). Esse verbo pode ter a posição do sujeito preenchida por um Causador (agentivo, ou não) permanecendo o seu argumento interno (*laranja*) na posição de objeto direto (“*A umidade apodreceu a laranja*”). Opostamente, Burzio (1981, 1986, *apud* Whitaker-Franchi, 1989), sustenta que toda operação derivacional cria um verbo de ação causativa, que pode sofrer decausativização (ou detematização) por perda do elemento causador. Como se vê, a presente análise ilustra a posição de Burzio, já que para diversos verbos (como, por exemplo *enlouquecer*, *entristecer*) apontou-se que desde o período arcaico a maioria exhibe as construções ExpS em construções perifrásticas, que especializam, posteriormente, a forma verbal para a diátese causativa.

A realização de formas analíticas para ExpS se configura, em certos momentos, como escolha dos falantes. Observe-se o verbo *espantar*: ocorrendo no mesmo período do verbo *enojar* especializa a forma analítica para ExpS e a forma sintética para ExpO. Não se dispõe de dados que permitam atribuir-lhe uma origem como ExpS ou ExpO, no português, onde o verbo é registrado a partir do século XIII. O fato de registrar estrutura sintética de ExpO desde o século XV pode atribuir-lhe uma diátese primitiva causativa. Mas, observando-se a origem (do latim vulgar *expaventare* (expavere ex-pavesco –

pavi escere: *apavorar-se, assustar-se*), pode-se pressupor origem como inacusativo, com posterior causativização em período anterior ao séc. XV (vejam-se as evidências apresentadas em (35), (36) e (37)), conforme se deu com *enojar*.

(35) séc. 14 (...) a qual voz ouvirom todos o que estavam na  
eglesia e houverom grande espanto... p. 127 AS

(36) séc. 15 Quando eu esto ouve, fiquei mui espantado, ca bem  
entendi que... p. 86 BO

(37) séc. 15 (...) por ventura te espantas do ermo... p. 42 BO

Outro verbo ao qual se pode atribuir origem como inacusativo, com evolução para acusativo, através de processo de causativização, é o verbo *desesperar*. Suas ocorrências, restritas ao padrão ExpS, nos séculos XV e XX, associadas a sua origem (de *esperar*, do latim *sperare*), permitem atribuir-lhe padrão original ExpS. Suas realizações de ExpO, não atestadas nestes *corpora*, mas intuitivamente assinaláveis, no português contemporâneo, pelo menos, devem ser analisadas, do ponto de vista histórico, como causativização.

A atribuição de origem como inacusativos para verbos como *desesperar, enlouquecer* pode elucidar o problema relativo à variação da forma pronominal desses verbos. A presente análise permite dizer que nesses verbos de origem inacusativa, como *desesperar, enlouquecer*, as realizações ExpS sintéticas não são inovação: pelo contrário, representam estruturas estáveis desde o período arcaico. Sob esse prisma, justifica-se a estranheza diante das ocorrências pronominais de alguns deles. Se, de fato, o pronome pseudo-reflexivo é índice de ergativização, ele não deve aparecer em verbos que não se submetem a tal processo. Note-se, por outro lado, que, dentre esses verbos de origem mono-argumental, alguns parecem aceitar a realização pronominal, como o verbo *desesperar* em (38).

(38) séc. 20 (...) e agora se desespera? p. 176 (JA)

Esse fenômeno se presta também a ilustrar a hipótese difusionista: apesar de não se justificar historicamente, a forma pronominal vai sendo gradativamente adotada por verbos de origem inacusativa, num processo de espelhamento do comportamento dos verbos de origem acusativa. Isto é, um verbo como *enojar* se tornou fonte de ambigüidade quando, ao se causativizar, ainda manteve a forma sintética para

realizações ExpS. Tendo especializado a forma sintética para a causatividade, passou a marcar suas realizações ExpS, através do pronome. Tal recurso não era necessário para verbos como *desesperar*, cuja causativização não criou estruturas ambíguas. Suas realizações pronominais podem ser interpretadas, então, como recurso de simetria do sistema sintático: isto é, verbos bi-argumentais, que permitem estruturas ExpS e ExpO, marcam (com pronome) suas realizações ExpS. Os verbos mono-argumentais (em estruturas ExpS) passam a copiar-lhes o comportamento. Alguns, como *desesperar*, aderiram; outros, como *enlouquecer*, resistem. Um último grupo oscila entre uma e outra forma: *entristecer*, *espantar*, *apavorar*.

Esse tipo de ambigüidade se ilustra no português contemporâneo. Observe-se o verbo *admirar*: em uma sentença isolada como *João admira Pedro*, não se sabe se *João* sente admiração ou causa admiração. Tal ambigüidade pode ser explicada como resultante do processo de causativização a que se submeteu o verbo em algum momento. Trata-se de um verbo cujo processo de causativização está no estágio ambíguo, como ocorreu com o verbo *aborrecer* nos séculos XVIII e XIX. Os dados de que se dispõe, no momento, não permitem delinear a rota desse processo para o verbo *admirar*, já que suas primeiras ocorrências, tanto num sentido como no outro, são do século XVII. Pode-se, ainda assim, prever que, observadas as tendências dos outros verbos, a diátese causativo/ergativa prevaleça sobre a inergativa, desfazendo a atual ambigüidade de construções como *João admira Paulo*.<sup>6</sup>

Também o verbo *gostar* (que não integra a análise quantitativa) ilustra o processo em pauta. O verbo *gostar* tem atribuída a diátese ergativo-causativa, em Fernandes, que aponta para o mesmo o sentido de *sentir prazer* (“*Eu gosto, bem se vê, de ir ao encontro das objeções*”. (Garrett, *Viagens*, I, 24)), bem como o sentido de *causar prazer*: “*Em falta dessa leitura que não lhe gosta, alguma ajuda lhe traria neste sentido o dicionário de Moraes*.” (Rui, *Réplica*, n. 386). Esses exemplos

<sup>6</sup> Um outro verbo ilustra a presente reflexão. A professora Vanda Bittencourt informa (comunicação pessoal) que registra a seguinte ocorrência (coletada entre dados ilustrativos do português contemporâneo (modalidade oral)): *que pai é esse que teme o filbo com tanto xingo e ameaça?* É possível que a estruturação do verbo esteja espelhando o comportamento de outros verbos. O falante parece guiar-se pelo seguinte raciocínio: se *admirar* pode ser usado causativamente, por que não o verbo *temer*?

sugerem que o verbo *gostar* pertencia originalmente à classe dos verbos que só realizam ExpS (como *amar* e *temer*, contemporaneamente) e que se submeteu em período anterior ao século XIX ao processo de causativização, desenvolvendo, a partir daí, um novo tipo de estrutura ExpS (ligando-se ao argumento interno via preposição). Dados dos *corpora* que orientaram a presente análise ilustram essa pressuposta estrutura original. A mesma se realiza, como tal, no século XV, como se vê em (39) e (40).

(39) séc. 15 (...) depois que gostou a contempraçom. p. 77 BO

(40) séc. 15 (...) e gosta cada u~ua das viandas que tem ante si.  
p. 55 BO

Observa-se, por outro lado, que o verbo *gostar* não fixou a diátese causativa que desenvolveu em algum momento do passado, o que não impediu que os indícios desse processo permanecessem atrelados à representação sintática do verbo, através da preposição pela qual se liga ao argumento interno. Tal não é o caso do outro verbo ao qual se relaciona - *desgostar*, que exhibe contemporaneamente o padrão misto. Observado o período de surgimento desse último (Cunha o registra no século XVII), é possível pressupor que o mesmo já entrou para a língua realizando o padrão misto, espelhando-se no verbo *gostar*, que já realizava a estrutura ExpS preposicionada desde o século XVI, conforme se ilustra em (41).

(41) séc. 16 Nõ gostarã dele nada nem oquiseram mais.  
p. 143 PV.

Também o verbo *pasmarse* exhibe perfil compatível com os verbos *enlouquecer*, *entristecer*, *apavorar* e *desesperar*. Realiza exclusivamente estruturas de ExpS analíticas ou sintéticas do século XVI ao XIX. Com origem registrada no século XVI, apresenta nos *corpora* desse século construção analítica de ExpS, que permite atribuir-lhe diátese pré-verbal ExpS, que se repete, com exclusividade na forma sintética ilustrada pelos dados dos séculos subseqüentes. Apesar de não ilustradas pelos dados em análise, suas realizações causativas contemporâneas (intuitivamente admitidas) podem, portanto, ilustrar causativização. Sua origem do latim tardio *pasmus* <*spasmus* permite pressupor diátese pré-verbal ExpS (cf. (42) – (44)), o que corrobora a presente proposta de análise para o mesmo.

(42) séc. 16 (...) de maneira que ficarão pasmados... p. 171 (20) SL

(43) séc.. 19 pasmo com o que me dizeis. p. 695 GD

(44) séc. 19 pasmei do meu desmascarado arrôjo. p. 721 GD

Outro verbo ao qual é possível atribuir origem como ExpS é o verbo *afeiçoar*. Cunha o registra no século XV e propõe para o mesmo uma diátese como ergativo/ causativo: '*tomar afeição por*', '*provocar afeição em*'. Tais sentidos revelam que o verbo passa por um período de realizações ambíguas, conforme acontece com *enojar*, no século XV e com *aborrecer*, no século XIX. O perfil que se propôs para esses dois últimos verbos é, como se viu, atestado pelos dados. Tal não é o caso de *afeiçoar*, cujas realizações limitam-se aos séculos XVI e XVII, em estruturas ExpS analíticas e pronominais. Além disso, a observação de seu comportamento atual, que parece privilegiar as realizações ExpS pronominais, sugere que o mesmo evoluiu de um padrão causativo para uma padrão não causativo.

Conclui-se que, nesses verbos cujo perfil original é inacusativo ou acusativo não causativo, toda realização sintática que focalize o experienciador na posição de objeto será interpretada como processo de causativização. Tal processo pode ser atribuído a qualquer predicador cujas realizações anteriores ao século XIV sinalizem origem com estruturas exclusivamente ExpS. A partir desse pressuposto, realizações como *João desesperou/ pasmou/ entristeceu/ endoidou/ enlouqueceu/ enojou/aborreceu Pedro* podem ser analisadas, no século XX, como processo de causativização (de verbos originalmente inergativos ou inacusativos), e não de ergativização, do ponto de vista histórico. Essa conclusão permite uma reflexão adicional sobre duas questões envolvidas no processo: o fenômeno da ergativização e o uso do pronome *se* como marca de ergativização.

As hipóteses que se sustentaram até o presente momento da análise obrigam a uma reflexão sobre a natureza do pronome *se*. Bechara (1966: 313) é categórico ao afirmar, com base em Martinz de Aguiar que:

a função inicial e própria do pronome *se* é, como em latim, a de reflexivo, isto é, faz refletir sobre o sujeito a ação que ele mesmo praticou. Ex.: O homem cortou-se. Indica, pois, ao mesmo tempo, atividade e passividade.

Diversos verbos de origem causativa apresentam, no período arcaico, realizações pronominais cujo sentido reflexivo é transparente,



na própria estruturação da frase. Esses verbos (conforme se ilustra em (45)) apresentam, portanto, o pronome em seu uso primitivo (isto é, reflexivo), de acordo com o entendimento de Bechara.

(45) séc. 15 (...) e [o solitário] há temor e esperança e conforta si mesmo. p. 94 BO

É possível, pois, pensar que os verbos de outras classes que se vão causativizando e, portanto, desenvolvendo estruturas que os igualam aos originalmente causativos, serviram-se desse pronome para marcar suas estruturas ExpS, já que, por ser reflexivo, o pronome caracteriza o envolvimento do próprio sujeito na ação descrita pelo verbo. É de uma marca desse tipo que verbos recém causativizados precisavam para marcar suas realizações ExpS. É possível que até o uso do pronome no interior da classe de *temer*, onde o mesmo é apenas enfático, seja copiado do verbo que, originalmente reflexivo, já se realizava, como tal, entre os originalmente causativos. Uma extensão de uso desse tipo justifica plenamente a ambigüidade atual desse pronome.

Prolongando um pouco mais a reflexão, deve-se observar que o pronome *se* congrega, além da função semântica de reflexivização e de envolvimento do sujeito, na ação descrita pelo verbo, a função estrutural de aproximar o experienciador da posição de sujeito. Com base nesse traço estrutural (posição) e no semântico (envolvimento do sujeito), os verbos recém causativizados vão copiando as estruturas ExpS dos verbos originalmente causativos, recurso através do qual marcam suas estruturas originais (e, ainda, preferenciais), tornadas ambíguas. A partir desse momento, o pronome *se* torna opaco podendo ser, ou não, marca de reflexivização. Tornados estruturalmente iguais (verbos originalmente causativos e verbos causativizados) os verbos realizam, sob a ótica do falante, estruturas pronominais que assinalam o envolvimento do sujeito na ação descrita pelo verbo: a função reflexiva pode existir ou não. Esse quadro vai tornando opaco o pronome nos próprios verbos que são originalmente causativos, o que determina que, em alguns contextos, suas estruturas pronominais sejam interpretadas como ergativas. Dessa maneira, a propriedade de ergativização, que emerge na língua a partir do processo de causativização dos verbos originalmente inacusativos ou acusativos não causativos se estende gradativamente a verbos originalmente causativos, cujas estruturas pronominais originais eram exclusivamente

reflexivas. Deve-se observar que a opacidade do pronome se mantém como tal no uso de alguns verbos da atualidade, como se pode ver em (46), onde a análise do pronome é polêmica. Isto é, o pronome tem função sintática (é reflexivo) ou é meramente partícula expletiva e, no caso em pauta, índice de ergativização?

(46) séc. 20 Nem no dia mais importante da minha vida, você não se anima? p.113 JA

A ergativização apresenta-se, portanto, como contraponto do processo de causativização de um subgrupo de verbos. Isto é, o processo de causativização mesclou duas séries de verbos, originalmente distintas (a dos causativizados e a dos originalmente causativos), criando um novo padrão sintático, as construções ergativo-causativas, inicialmente implementadas pelos verbos causativizados, exclusivamente. O novo padrão acabou 'contaminando', entretanto, o grupo dos verbos causativos. Como o pronome *se* foi escolhido (por características que, como se viu, *lhe* são originalmente inerentes) como marca das estruturas ExpS dos verbos causativizados, o pronome tornou-se fonte de ambigüidade, sendo interpretado como reflexivo ou pseudo-reflexivo, tanto para verbos originalmente causativos como para verbos causativizados.

Cumprе salientar ainda que, assim como o processo de causativização ilustra implementação por Difusão Lexical, o desenvolvimento da propriedade de ergativização entre os verbos originalmente causativos também evidencia Difusão Lexical. Isto é, enquanto verbos como *divertir* exibem ergatividade (realizando-a tanto na forma pronominal (preferencialmente) quanto na forma não pronominal), outros como *ameaçar*, *humilhar* não a realizam. Um último grupo só a realiza na forma pronominal (ex: *fascinar*, *importunar*). A compreensão de que, nesses verbos, o processo de ergativização é uma mudança em curso permite identificá-la como mudança que atinge gradativamente os diferentes verbos.

Finalmente, deve-se ainda observar que a relação que este estudo apresenta entre os dois processos (ergativização e causativização) concilia hipóteses (de outros trabalhos) mutuamente excludentes. Isto é, analisada à luz da identificação de um processo de causativização no sistema verbal como um todo (Bittencourt, 1995), a hipótese de um processo de ergativização, conforme presumida em Whitaker-Franchi (1989) e Cançado (1995) fica a pedir uma explicação que

justifique seu encaixamento estrutural (nos termos de Weinreich, Labov e Herzog, 1968), já que se configura como processo que caminha (na perspectiva histórica, evidentemente) em direção oposta ao primeiro. A presente análise delinea o processo de ergativização em um grupo de verbos (os originalmente causativos) como resultado de um processo de opacidade de estruturas primitivas desses verbos, processo resultante de um que o antecede: o de causativização. O encaixamento (das construções ergativas) pode, dessa forma, ser explicado como resultado de alterações em outro ponto do sistema. Labov (1994), ao tratar dos fatores internos responsáveis pela mudanças, destaca esse tipo de reação em cadeia, na análise de mudanças do sistema fonológico. À luz da presente hipótese, observa-se que o sistema sintático também exhibe reações em cadeia.

Além disso, esta análise permite delinear melhor a variação presumida em estudos que lidam com dados intuitivos: Cançado (1995/1996) propõe quatro classes de verbos psicológicos para o português, subdividindo o grupo dos verbos ergativo-causativos em três subclasses com base nos diferentes papéis temáticos e propriedades sintáticas que os verbos exibem. Cada subclasse é explicada, então, como projeção de uma hierarquia temática (Cançado (1995: 120-138)). Essa análise apreende a flutuação dos verbos, refinando diversas análises anteriores, mas continua exibindo, no interior de cada classe, verbos com comportamentos idiossincráticos não explicáveis por regras sintáticas ou semânticas (cf. Madureira (2000: 90-129)). A construção ergativa é uma das propriedades que exhibe tais comportamentos idiossincráticos. A presente análise permite relacionar a variação dos verbos (ergatividade (pronominal/não pronominal) x não ergatividade) à origem de cada verbo e ao período em que cada um muda seu padrão sintático. É evidente que o conhecimento da história de cada verbo é irrelevante, no que diz respeito à descrição dos fatores que determinam que o falante processe certas estruturas em detrimento de outras. Mas a identificação de subgrupos de verbos com diferentes perfis históricos propicia uma reconsideração das propriedades sintáticas contemporâneas desses verbos, e permite, por exemplo, mostrar que, do ponto de vista do falante, é possível propor que a propriedade de ergativização relaciona-se à frequência de outras propriedades sintáticas, dentre as quais destacam-se as realizações ergativas analíticas, em que predomina a função estativa nas mini-orações, por exemplo. Associada a uma reflexão sobre relações semânticas entre orações, essa análise (cf. Madureira (2001)) vai ao encontro da análise histórica que ora se propõe, complementando-a.

## Conclusão

A análise descrita sustenta a existência de um processo histórico de causativização nos verbos psicológicos do português (que se estende do período arcaico ao português contemporâneo) implementado por Difusão Lexical. A identificação de grupos de verbos de diferentes origens e, portanto, de diferentes perfis históricos, permite explicar a maior ou menor aceitabilidade da propriedade de ergativização, e, na ocorrência dessa, a variação entre as construções pronominais desse tipo de verbo. A análise propicia a identificação de três grupos de verbos psicológicos, na perspectiva do percurso histórico dos mesmos, quais sejam:

- 1 – verbos que só admitem o experienciador na posição de sujeito (ex: *temer, amar, desejar* etc.)
- 2 – verbos que admitem o experienciador na posição de sujeito ou na de objeto sintático da oração. Como se viu, esse grupo compõe-se de verbos de distintas origens: a) acusativos não causativos ou inacusativos que se causativizaram; b) verbos originalmente causativos cujas estruturas reflexivas passaram a ter a possibilidade de leitura ergativa, por contaminação da leitura ergativa (pronominal e não pronominal) que os verbos do grupo a foram desenvolvendo.
- 3 – verbos que só admitem o experienciador na posição de objeto (ex: *humilhar, conquistar*). Essa classe é a mais reduzida das três: compõe-se de verbos originalmente causativos que permanecem como tais.

A composição dos três grupos mostra que o segundo grupo é o mais produtivo: é nele que se abrigam os verbos que migram dos outros dois grupos: do primeiro, quando se causativizam, do terceiro, quando desenvolvem a propriedade de ergativização. Além desses, novos verbos que vão entrando para a língua (ex: *grilar, decepcionar*) integram esse grupo, o que pode parecer óbvio, já que se trata do grupo que tem o padrão sintático mais amplo. Apesar disso, alguns como *avacalhar, bitolar, esnobar* limitam-se ao padrão causativo, evidenciando um comportamento que requer uma análise sintático-semântica na qual se pesquisem os traços que orientam os falantes na produção das diferentes estruturas (cf. Madureira 2001).

## Referências Bibliográficas

- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Nacional, 1966.
- BITTENCOURT, V. *Da expressão da causatividade no português do Brasil: uma viagem no túnel do tempo*. 1995. Tese (Doutorado em Lingüística) - PUC, São Paulo.
- CANÇADO, M. *Verbos psicológicos: a relevância dos papéis temáticos vistos sob a ótica de uma Semântica Representacional*. 1995. Tese (Doutorado em Lingüística) - IEL, UNICAMP, Campinas.
- \_\_\_\_\_. Análise descritiva dos verbos psicológicos do português brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG, v. 5, p. 89-114, 1996.
- CHEN, M. e Wang, W. S-Y. Sound change: actuation and implementation. *Language* 51, v.2, p. 9-24, 1975.
- CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*, 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986 .
- FERNANDES, F. *Dicionário de verbos e regimes*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1947.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- FIDELHOLTZ, J. Word frequency and vowel reduction in English. *CLS*, v. 11, p. 200-213, 1975.
- JANSON, T. Reversed lexical diffusion and lexical split: loss of -d in Stockolm. IN Wang, W.S-Y (Ed.). *The lexicon in phonological change*. The Hague: Mouton, 1977. p. 252-265.
- KRISHNAMURTI, BH. Areal and lexical diffusion of sound change: evidence from Dravidian. *Language*, 54, v. 1, p. 1-20, 1978.
- KRISHNAMURTI, BH., MOSES, L., DANFORTH, D. G. Unchanged cognates as a criterion in a linguistic subgrouping. *Language*, 59, v. 3, p. 541-68, 1983.
- LABOV, W. Resolving the neogrammarian controversy. *Language*, 57 v. 2, p.267-308, 1981.

LABOV, W. *Principles of Linguistic change: internal factors*. Cambridge: Blackwell, 1994.

LESLAU, W. Frequency as determinant of linguistic change in the Ethiopian languages. *Word*, v.25, p. 180-89, 1969.

LORD, R., ZUNG, C. T. How does the lexicon work? *Word* 43, v. 3, p. 34-73, 1992.

MADUREIRA, E. D. *Difusão Lexical e Mudanças Sintático-semânticas: os verbos psicológicos*. 2000. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

\_\_\_\_\_. Difusão lexical no encaixamento estrutural das construções ergativas dos verbos psicológicos do português. Belo Horizonte, UFMG, 2001. (Manuscrito)

MAGNE, A. Glossário de *A demanda do Santo Graal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

MAZAUDON, M., LOWE, J. B. Regularity and exceptions in sound change. Presented at 1993 annual Conference of the Linguistics Society of Belgium. (no prelo).

MOLLICA, M.C. Difusão lexical em sintaxe. *Revista de Estudos da Linguagem*. B.H., Faculdade de Letras da UFMG, v. 1, p.79-84, 1992.

OLIVEIRA, M. A. de. The neogrammarian controversy revisited. *International Journal of the Sociology of Language*. Berlin, v. 89, p. 93-105, 1991.

\_\_\_\_\_. Aspectos da difusão lexical. *Revista de Estudos da Linguagem*. B.H.: Faculdade de Letras da UFMG, vol. 1, p. 31-41, 1992.

\_\_\_\_\_. O léxico como controlador de mudanças sonoras. *Revista de Estudos da Linguagem*. B.H., Faculdade de Letras da UFMG, v. 3, p. 75-92, 1995

\_\_\_\_\_. Reanalizando o processo de cancelamento do ( r ) em final de sílaba. *Revista de Estudos da Linguagem*. B.H., Faculdade de Letras da UFMG, v. 6, p. 31-58, 1997.

PHILLIPS, B. Word frequency and the actuation of sound change. *Language*, 60, n. 2, p. 320-42, 1984.

SHEN, Z. Lexical diffusion: a populational perspective and a mathematical model. *Journal of chinese linguistics*, v. 18, p. 159-201, 1990.

WEINREICH, U. LABOV, W., & HERZOG, M. Empirical Foundations for a theory of language change, In: LEITHMAN, W.; MALKIEL, Y. (Ed.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.

WANG, W. S-Y. Competing changes as a cause of residue. *Language*, 45, v. 1, p. 9-24, 1969.

\_\_\_\_\_. LIEN, C. Bidirectional diffusion in sound change. In: JONES, C. (Ed.). *Historical Linguistics*. London: Longman, 1993.

WHITAKER-FRANCHI, R. C. *As construções ergativas: um estudo semântico e sintático*. 1989. Dissertação (Mestrado em Linguística) - IEL, Unicamp, Campinas.

YUE-HASHIMOTO, M. The lexicon in syntatic change: Lexical diffusion in chinese syntax. *Journal of chinese linguistics*, 21 v. 2, p. 213-248.

### Abreviaturas referentes aos *corpora*

- AD - Autran Dourado (*Ópera dos mortos*)
- AV - Antônio Vieira (*Sermão de Santo Antônio aos peixes*)
- BA - *Lenda de Barlaão e Josafá*
- BO - *Boosco de Leitoso*
- BTLH - Banco de Textos em Lingüística Histórica
- CA - Cartas de Catarina
- CL - Clarice Lispector (*Laços de família*)
- DD - Dom Duarte (*Leal conselheiro*)
- DJ - *Cronica d'El Rei Dom Joham*
- FS - Fernando Sabino (*A mulber do vizinho*)
- GD - Gonçalves Dias (*Leonor de Mendonça*)
- I. - Informante
- JA - Jorge Andrade (*A moratória*)
- JN - Joaquim Nabuco (*Cartas a amigos*)
- LB - Lima Barreto (*Correspondência*)
- LI - *Livro de linhagens do conde D. Pedro*
- MA - Machado de Assis (*Não consulte médico*)
- MC - S. Maria do Céu (*Aves ilustradas em avisos para as religiosas servirem os ofícios em seus mosteiros*)
- ME - *Vida de Santa Maria Egípcia*
- MT - Matias Aires da Silva Eça (*Reflexões sobre a vaidade dos homens*)
- NP - Nuno Marques Pereira (*Do compêndio narrativo do peregrino da América*)
- PR - G. Pires Rabelo (*Dos infortúnios trágicos da constante Florinda; Das novelas exemplares*)
- PV - *A carta de Pero Vaz de Caminha*
- SA - *Vida de Santo Aleixo*
- SL - Serafim S.I.Leite (*Cartas dos primeiros jesuítas no Brasil*)
- SP - *Vida de Santa Pelágia*



# Sobre ordem em miniorações e a noção de incorporação\*

Geralda F. S. Rodrigues

No Português, a sentença (1a), abaixo, é perfeitamente possível. Já a sentença (1b) não é gramatical., cuja ordem é predicativo-sujeito, o sujeito deve, obrigatoriamente, vir precedido de artigo:

(1) a- *Considero Maria inteligente.*

b- \**Considero inteligente Maria.*

Se um artigo introduz o SN sujeito, as sentenças são bem formadas, independentemente da ordem dos constituintes, como em (2ab).

(2) a. *Considero a Maria inteligente.*

b. *Considero inteligente a Maria.*

Na tentativa de explicar o contraste entre (1b) e (2b), duas diferenças podem ser apontadas: a ordem e a presença de artigo.

## 1. As miniorações

A Gramática Tradicional trata o que se chama de minioração por meio da noção de predicativo do objeto; predicativo esse que pode atribuir uma qualidade, um estado, um modo de ser, uma função, uma aparência ou, ainda, um resultado ao objeto. Segundo esta visão, o nexos entre o predicativo e seu objeto é determinado por um verbo transitivo ou pronominal que exige, como complemento do objeto, um adjunto predicativo. Observem-se os exemplos:

---

\* O tema 'miniorações foi tratado em RODRIGUES, G. S. *Reestruturação em miniorações* (1998), dissertação de mestrado defendida e aprovada na UFMG em 1998, sob orientação do Prof. Dr. Lorenzo Teixeira Vitral.

(3) Encontramos a Maria doente.

(4) Os ladrões deixaram a polícia imobilizada.

Nos exemplos (3) e (4), doente e imobilizada são predicativos de (i) *Maria* e (ii) *polícia*; o primeiro objeto de *encontramos* e o segundo de *deixaram*.

Para a Gramática Gerativa, além da relação estabelecida entre V e os elementos da minioração, há uma segunda relação de predicação, que é independente (cf. Raposo (1992)). A seqüência a seguir, que é formada pelo GD entre colchetes e pelo predicado secundário funciona, na sua totalidade, como complemento do verbo principal. Assim, como em (5) a seguir, o que considero é a inteligência de Maria e não apenas a Maria propriamente dita, ou seja, o que se considera é a proposição e não uma determinada entidade. Veja o exemplo:

(5) Considero [a Maria inteligente].

Observa-se, assim, que na sentença (5) os constituintes *a Maria inteligente* formam uma oração na qual *a Maria* é sujeito e *inteligente* é predicado. Esta minioração é similar, proposicionalmente, à oração *Eu considero que a Maria é inteligente*. Na frase (5), *a Maria*, que é o sujeito temático do predicado *inteligente*, recebe Caso do verbo *considerar*. Uma evidência disso é que o SN *a Maria* pode se expressar na forma pronominal acusativa, como nos mostra o exemplo abaixo:

(6) João considera-a inteligente.

Em (5), o predicado é adjetival. Outras categorias, no entanto, podem também funcionar como predicado de uma minioração: GP, SN, SV, GD.

É importante, ainda, comprovar o estatuto oracional das miniorações e o argumento refere-se ao fato de a minioração se constituir como um domínio de ligação para anáforas e pronomes. Consideremos os seguintes exemplos:

(7) a- *Os amigos conversaram uns com os outros.*

b- O Luís fotografou-se (a si próprio).

Nas frases (7a-b), os constituintes *uns com os outros*, *se... si próprio* tomam necessariamente os GDs sublinhados como antecedentes, ou melhor, não podem ser utilizados para designar entidades do universo

discursivo distintas daquelas designadas pelos GDs sublinhados. Na Gramática Gerativa, esses constituintes são chamados de anáfora (cf. Chomsky (1995)).

Observem-se, agora, os seguintes exemplos:

- (8) a- *O Luís pensa que ele é o mais inteligente da turma.*  
 b- O Luís fotografou-o/ele.

Em (8b), os constituintes *ele* e *o* não podem tomar como antecedente o GD *o Luís*. Já em (8a) *ele* pode designar *o Luís* ou qualquer outra pessoa no universo discursivo. Aos elementos lingüísticos que podem, mas não necessitam, ter um antecedente num certo domínio sintático, chamamos pronomes. Um pronome, ao contrário de uma anáfora, tem um potencial de referência autônomo, podendo designar um elemento do universo discursivo sem apoio num antecedente. Este contraste entre pronomes e anáforas é mais visível nas seguintes expressões:

- (9) a- *\*Si próprio é muito teimoso.*  
 b- Ele é muito teimoso.

Nestas frases (9a-b), não há nenhum antecedente potencial para o pronome ou para a anáfora. O pronome pode “sobreviver” a esta situação, visto que toma livremente qualquer valor referencial, desde que adequadamente fixado no universo discursivo. A anáfora, pelo contrário, não pode “sobreviver” por necessitar de um antecedente na expressão lingüística ao qual possa ir buscar seu valor referencial.

O domínio sintático no qual uma anáfora deve ter um antecedente e um pronome não pode ter um antecedente é chamado de categoria governante. A categoria governante deve ter um sujeito e coincide, *grosso modo*, com o domínio proposicional.

Para Stowell (1992), uma minioração se constitui como uma categoria governante em relação à interpretação dos elementos anafóricos e pronominais. Isto significa, então, que uma minioração tem estatuto oracional.

Parece que o Português se comporta da mesma maneira que o Inglês, considerando-se os seguintes exemplos:

- (10) a *\*[Luís] considera [[Maria] fiel a si próprio].*  
 b- *[Luís] considera [[Maria] fiel a ele].*

Nos exemplos acima, a anáfora *si* próprio em (10a) não pode tomar o GD *Luís* como antecedente, pois o GD *Maria* se intervém entre a anáfora e o GD *Luís*, tornando esta frase agramatical. Já em (10b), o pronome *ele* pode tomar esse GD como antecedente.

Pode-se dizer, então, que em Português, a minioração se comporta como uma frase desenvolvida, no que se refere aos fenômenos de ligação.

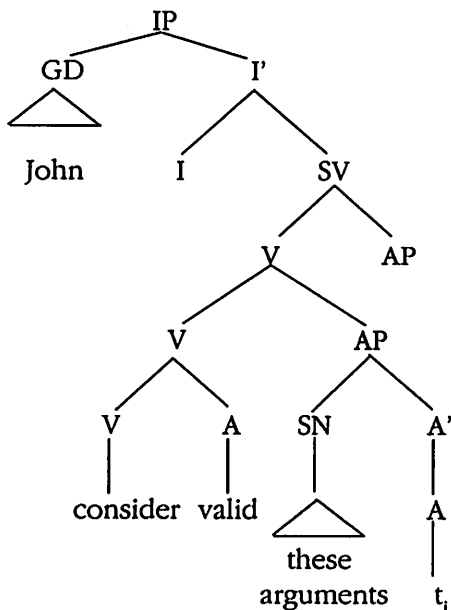
## 2. Ordem inversa e a noção de reestruturação

Stowell (1992), que analisou o fenômeno das miniorações para o Inglês, propõe tratar do problema da inversão entre o sujeito e o predicado da minioração através da noção de reestruturação.

Em inglês, pode-se dizer que a ordem direta é bem formada e a inversão é considerada mal formada na estrutura-S.

Na frase abaixo, a inversão entre o sujeito e o predicado da minioração, que, segundo Stowell, ocorre, em inglês, e em qualquer outra língua, somente no nível da Forma Lógica, é o resultado da aplicação de uma regra de movimento que desloca o predicado, incorporando-o ao verbo da oração. A representação arbórea em (11) representa esse processo:

(11) *I consider valid these arguments.*



Stowell utiliza, então, o termo *reestruturação* para nomear a adjunção de A a V. Ele descreve este processo, valendo-se do quadro teórico de Baker (1988), tratando-o como um caso de incorporação: um núcleo, o adjetivo *valid* se incorporou a um outro núcleo, o verbo *consider*. Stowell (op. cit.) apresenta vários argumentos relacionados, como a quantificação, para mostrar que tal processo se dá na LF, embora não se dê na PF neste último nível de representação, a ordem [pred/suj], no inglês, é mal formada. Os argumentos de Stowell não serão discutidos aqui porque no PB a inversão pode se dar em PF.

Comparando, agora, a sentença (11) do Inglês com a sua equivalente portuguesa, temos, então, um contraste: nossa língua admite que a incorporação do adjetivo se faça na sintaxe visível, ao contrário do que se observa no inglês.

(12) Eu considero válidos esses argumentos

A análise de Stowell se desenvolve no modelo Governing and Binding. Nos desdobramentos mais recentes, mais exatamente, no Programa Minimalista, algumas modificações substanciais foram adotadas. Daqui para frente estaremos discutindo a hipótese de Stowell, tomando como referência o Programa Minimalista.

Tendo em vista que a aplicação de um movimento deve encontrar sua justificativa através de princípios da GU, cabe colocar, dessa forma, a questão de saber por que motivo o adjetivo "*válidos*" se incorporou ao verbo em (12). Como sabemos, a Teoria da Checagem prevê que o movimento de uma categoria sintática é causado pela checagem de um traço funcional, e que a natureza [+ ou - forte] do traço determina se o movimento tem lugar na sintaxe visível ou na sintaxe encoberta. Para o desenvolvimento desta questão já se pode antever que será necessário determinar a estrutura das miniorações.

Segundo Stowell, seria difícil justificar o movimento presente na reestruturação nos moldes usados para descrever outros movimentos da LF, como, por exemplo, a quantificação que exige uma relação quantificador-variável. Se as miniorações funcionam como argumentos dos verbos da mesma forma que as orações infinitivas e finitas, então, as miniorações deveriam ser capazes de ocorrer como complementos dos verbos em LF. Contudo, supõe-se que deve haver algum princípio em LF, ainda não conhecido, que força o núcleo do complemento de uma minioração a adjungir ao verbo governante.

Na busca de determinar que princípio deve estar atuando junto à minioração, deve-se considerar, de acordo com Stowell (op. cit.:209), que os efeitos precisos da reestruturação incluem os seguintes aspectos:

- (13) a- A é adjungido a V.
- b- A não é mais o núcleo de SV.
- c- A é governado pela categoria governante V.

Considerando que a reestruturação é um sub-caso de mover a tem-se, ainda, a seguinte consequência:

- (13) d- A liga um traço no núcleo de AP.

No entanto, a reestruturação, segundo Stowell, pode ser vista como um processo estrutural que reduz a união de orações ( “structure reducing process of clause union” (op. cit.:209)). Se assim for, é mais adequado substituir (13d) por (13e) abaixo:

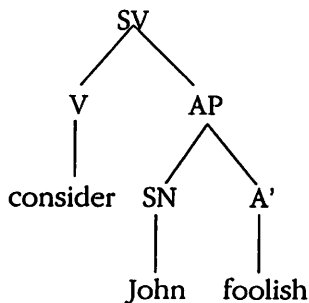
- (13) e- V não governa um complemento AP.

Valendo-se de (13e), Stowell propõe, enfim, que a reestruturação se deve à uma exigência de que AP não seja um complemento de V em LF. Esta exigência pode ser derivada, segundo o autor de um dos princípios abaixo:

- (14) a- Uma categoria predicativa pode não funcionar como um argumento.
- b- Somente uma categoria referencial pode funcionar como um argumento.

Vamos considerar, agora, a seguinte representação de uma minioração:

(15)



A estrutura acima violaria (14). O movimento de A também não impede a violação de (14). Segundo Stowell, então, o princípio abaixo prevê, finalmente, a reestruturação no nível da Forma Lógica em inglês.

(16) Um predicado foneticamente realizado não pode ser o núcleo de um argumento.

Assim, (16) permite o AP ser argumento, mas o predicado lexical A não pode ser seu núcleo. Conseqüentemente, A deve adjungir a V, deixando um vestígio que funciona como núcleo do argumento.

Quanto à hipótese de Stowell destacada em (16), pode-se dizer que parece-nos *ad hoc*: o autor não desenvolve razões independentes que justifiquem a hipótese de uma categoria foneticamente realizada, diferentemente de uma categoria foneticamente vazia, não poder funcionar como argumento. Outro problema da hipótese de Stowell é que o núcleo da minioração não contém, ele mesmo, um traço funcional.

### 3. Ordem Inversa e o Princípio de Interpretação Plena

Desenvolvendo hipóteses de Fukui (1986), Saraiva (1997), que analisou o objeto incorporado em português, propõe que somente categorias funcionais podem se licenciar como argumento. Uma categoria nominal, por exemplo, deverá ser determinada por uma categoria D, constituindo um sintagma GD que poderá, então, receber um papel temático e funcionar como um argumento. Essa proposta decorre, na verdade, do princípio de interpretação total (“Full interpretation”, de Chomsky (1986a)). Esse princípio prevê que para alguma propriedade sintática, é necessário que ela seja licenciada por alguma relação sintática. Considere-se os seguintes exemplos de Saraiva (op. cit.: 132):

(17) a- Zé sempre lia jornal à noite.

b- Zé sempre lia esse jornal à noite.

(18) a - Fui buscar menino no colégio às cinco horas.

b - Fui buscar a minha filha no colégio às cinco horas.

Saraiva fornece evidências de que nos exemplos (a) de (17) e (18), a categoria nominal que aparece depois do verbo não é uma

projeção de D, ou seja, esse objeto pertence à categoria N. Já os exemplos (b) de (17) e (18), que apresentam um determinante, se expandem até o nível D'.

A maneira, então, de a categoria nominal das frases (a) acima se legitimar depende, segundo Saraiva, de um movimento sintático que adjuge a categoria nominal objeto ao verbo, deixando um vestígio (com ele coindexado) na sua posição de origem. Esse movimento permite o licenciamento sintático do SN objeto, dispensando a atribuição de um caso abstrato. De acordo com Baker (1988), adotado por Saraiva (op.cit.:141), a criação de uma cadeia coindexada “dispensa a atribuição de caso para efeitos da condição de visibilidade.” Essa análise sintática, de acordo com Saraiva, é o correspondente formal da interpretação de “*idéia unitária*” do complexo V+ N criado pelo movimento do objeto.

Nessa mesma perspectiva, encontra-se o trabalho de Li (op.cit.) sobre a incorporação do verbo. Esse autor analisa a inversão que ocorre nas construções causativas de várias línguas e, segundo ele, a condição necessária para incorporação do verbo é que o verbo matriz deve ser capaz de aceitar um SV “nu” como complemento. A generalização proposta por ele é a seguinte:

(19) A necessary condition on VI is that the matrix verb must be able to take a bare SV as complement” (Li (op.cit.:404))

Em outras palavras, a incorporação de V só pode ocorrer quando se tem a configuração V SV, isto é, quando não há uma categoria funcional entre o verbo principal e o elemento que é incorporado.

#### **4. A ordem inversa e a obrigatoriedade de artigo**

Retomemos a estrutura dos exemplos apresentados em (1-2), sob nova numeração:

(20) *Considero o Henrique brincalhão.*(ordem canônica/com artigo)

(21) Considero Henrique brincalhão. (ordem canônica/sem artigo)

(22) Considero brincalhão o Henrique. (ordem inversa/com artigo)

(23) \*Considero brincalhão Henrique. (ordem inversa/sem artigo)



Conforme se pode notar nas quatro miniorações acima, em (20) tem-se a ordem suj./pred. na qual há a presença do artigo definido. Em (21), o artigo é opcional e não compromete, em nenhum momento, o entendimento da frase. Do ponto de vista estrutural, pode-se dizer que, tanto em (22) quanto em (23), o verbo principal seleciona uma categoria funcional como complemento e a categoria F, que é o núcleo dessa categoria funcional, legitima o predicado da minioração. Já em (22), apesar da ordem inversa, o artigo dá condições para que essa estrutura seja considerada bem formada. No que tange à estrutura da frase, o núcleo desse tipo de minioração não encontra uma categoria funcional para se legitimar, devendo, dessa forma, se incorporar ao verbo principal. O GD [*o Henrique*] seria um objeto com Caso Acusativo.

Como explicar a má formação de (23)? Na incorporação efetivada em (23), o que incorpora é o AP. O SN, sem determinante, não pode receber Caso Acusativo já que, não possuindo DET, não configura uma categoria funcional. Uma vez que apenas um elemento pode ser incorporado, o SN não pode ser legitimado pela mesma categoria que legitima o verbo. Portanto, a estrutura em (23) é mal formada porque viola o *Princípio de Interpretação Plena*. Explica-se, assim, o contraste apresentado na introdução deste trabalho.

## 5. Conclusão

Neste trabalho analisou-se a presença/ausência de artigo em miniorações. Mostrou-se que a exigência de artigo está condicionada à inversão da ordem entre sujeito e predicativo. Buscou-se atribuir a má formação de miniorações, cujo sujeito aparece sem artigo, à violação do Princípio de Interpretação Plena, em estruturas em que teria havido incorporação.

## Referências Bibliográficas

- BAKER, M. Baker's Incorporation Theory. In: Morphological Theory: An Introduction to Word Structure in *Generative Grammar*. Blacwel, 1988a.
- CHOMSKY, Noam. *Barriers*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1986.
- \_\_\_\_\_. *The Minimalist Program*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1995.
- FUKUI, N. *A Theory of Category Projection and its Applications*. 1986. Tese (Ph. D) - MIT.
- LI, Yafei. Binding and Verb Incorporation. In: *Linguistic Inquiry*, v. 21, 3, Massachusetts, MIT Press, 1990.
- RAPOSO, Eduardo P. *Teoria da Gramática, a Faculdade da Linguagem*. Lisboa: Editora Caminho, 1992. (Coleção Universitária - Série Lingüística)
- RODRIGUES, Geralda Souza. *Reestruturação nas miniorações*. 1998. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) - Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte.
- SARAIVA, Maria Elizabeth F. *Buscar menino no colégio - A questão do objeto incorporado em português*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1997.
- STOWELL, Tim A. *Small Clause Restructuring e Structure*. 1992. Dissertação (Ph.D) - Harvard MIT, Massachusetts.

# Qualificativo ‘Dona’ e nomes próprios: análise diacrônica de dados do português mineiro de Barra Longa-MG\*

Soélis Teixeira do Prado Mendes  
UFOP

## 1. Introdução

Em Mendes (2000), constatou-se, com base na análise de dados de língua escrita pretérita e de língua oral contemporânea, da comunidade mineira de Barra Longa, que a ausência de artigo definido antes de nomes próprios (NPr), é uma estrutura que remonta a um estágio pretérito da língua.

A partir de recortes sincrônicos distintos, – séculos XVIII e XIX para a língua escrita pretérita (LEP), e século XX para a língua oral contemporânea (LOC) –, procurou-se, conforme Bynon (1986: 1), abstrair a estrutura gramatical de cada período, isto é, a estrutura na qual ocorre a ausência de artigo definido antes de NPr, a fim de que gramáticas sincrônicas fossem postuladas e comparadas. Assim sendo, num primeiro momento foram descritas estruturas nominais, das quais constavam NPr como núcleo do sintagma Nominal (SN), pertencentes à LEP, e, num segundo momento, descreveram-se estruturas da LOC.

---

\* Este ‘breve estudo’ é um desenvolvimento de aspectos particulares de minha dissertação de mestrado, “*A ausência de artigo definido diante de nomes próprios no português mineiro da comunidade de Barra Longa: um caso de retenção?*”, defendida e aprovada na FALE/UFMG em 2000, sob orientação da Profa. Dra. Maria Antonieta A. de M. Cohen.

Feitas as descrições sincrônicas, observou-se que, tanto na LEP quanto na LOC, havia condicionamentos internos à estrutura para a ocorrência ou não-ocorrência de artigo definido antes de NPr, conforme quadros abaixo:

Quadro 1: Condições de uso e não uso do artigo diante de NPr na LEP

NSN-NPr <sup>1</sup>	
Não-articulado	Articulado
____(Qv 'dom'/'dona' + ) NSN-NPr <sup>2</sup>	Art. + $\left[ \begin{array}{c} Qv (+Qv) \\ (Poss + Qv + Qv) \\ PNE + Qv \end{array} \right] + NSN-NPr$

Ou seja: Na LEP, para a não-ocorrência do artigo definido antes de NPr é necessário que à esquerda deste não ocorra nenhum item ou ocorram os Qv 'Dom'/'dona', conforme ( $\emptyset$  marca a ausência de artigo)<sup>3</sup>:

- (i) '*vendi metade a  $\emptyset$  Francisco de Abreu Lima*';
- (ii) '*fazição Barra na fazenda de  $\emptyset$  Mathias Barbosa da Silva*';
- (iii) '*filho (...)(do Capitão Joaquim J. Fernandes) e [de  $\emptyset$ ] D. Monica da Silva Torres*';
- (iv) '*forão padrinhos (o Capitão Francisco Inacio Gomes) e  $\emptyset$  d. Maria Magdalena Pereira do Nascimento*'.

**Contrariamente**, para que ocorra o artigo definido antes de NPr é necessário que no intervalo compreendido entre este e aquele ocorram:

**a) Qv (+Qv):**

- (v) '*nomeio (...) ao Senhor Tenente Manoel José Martins*';
- (vi) '*como depoe o Padre Francisco Pereira*'.

<sup>1</sup> Para melhor compreensão de tais nomenclaturas e dos critérios estabelecidos para sua utilização, sugere-se a leitura do Capítulo 3 de MENDES (2000) .

<sup>2</sup> A linha tracejada à esquerda do NSN e do Qv quer indicar a não-existência de quaisquer elementos nesta posição.

<sup>3</sup> Dados retirados dos *corpora* da pesquisa.

**b) (Poss + Qv + Qv)<sup>4</sup>:**

(vii) 'o nosso Rdo. Vigario Manoel Batalha a quem (...) se representarão';

**c) PNE + Qv**

(vii) 'conceder em nome de S. mag. de ao dito coronel Mathias Barbosa da Silva';

(viii) reconheção ao dito Padre Francisco Xavier'.

Quadro 2: Condições de uso e não uso do artigo diante de NPr na LOC

NSN-NPr	
Não-articulado	Articulado
$\left[ \begin{array}{c} +Qv \text{ 'dona'} \\ \text{doutor, tio, sá} \\ + \text{Poss}+Qv \end{array} \right] +NSN-NPr$ <p>+PNE</p>	$Art+ \left[ \begin{array}{c} Qv \\ PNE+Qv \end{array} \right] +NSN-NPr$

Ou seja: Na Loc, para a não-ocorrência do artigo definido antes de NPr é necessário que

**a) à esquerda deste não co-ocorra nenhum item:**

(ix) 'Inf.: tava eu e Ø Carmélia sentada assim eu na cabicera Ø Carmélia nos pé ...';

(x) 'Inf.: mas ficô a/cassô o mandato de Ø Zé Lana pur causa dum cheque que ele deu'.

ou que ocorram:

**b) Qv 'dona', 'dotô (doutor), 'tio' e 'sá' (sinhá):**

(xi) 'Inf.: ... até Ø dotô Manduca veif[o] aqui oiá ele...;

<sup>4</sup> Esta estrutura apenas ocorreu uma vez, o que justifica o uso dos parênteses.

(xii) *Inf.: eu falei “não ... eu vô [ar]ruMÁ se Ø dona [Al]merinda mandá ...*

(xiii) *Inf.: ... minha vô... que é mãe de Ø sô Miro ...;*

(xiv) *Inf.: (a): ... lembra do (minino) de Ø ti' Is[r]ael né?;*

(xv) *Inf.: Venancim Herculino... ele era casado com sinhá de Ø Sá Margarida.*

### c) Poss + Qv

(xvi) *Inf.: é... intão Ø seu avô... bisavô... tataravô... Francisco';*

### d) PNE

(xvii) *Inf.: ...foi de Ø Craudionô Ø falcido Craudionô'*

**Contrariamente**, para que ocorra o artigo definido antes de NPr é necessário que no intervalo compreendido entre este e aquele:

#### a) não ocorra nenhum item:

(xviii) *' Inf.(b): mas diz e[ll]as que a Chiquinha vem sigun/vem [a]manHÃ;*

ou ocorram os itens:

#### b) Qv

(i) *'Inf.: que quando o... o Sô Nezim Trindade é que era advogado né?...;*

#### c) PNE + Qv

(ii) *'Inf.: ... aí a falcida Dona Zilda [ar]rumô pra ela...*

Através desses quadros, é possível propor várias análises no que tange aos condicionamentos internos à estrutura do SN para a ocorrência ou não do artigo definido antes de NPr. Entretanto, em função do recorte que se está fazendo no presente artigo, os quadros 1 e 2 chamam a atenção para o fato de que apenas o Qv 'dona', ou de que a presença desse Qv, permanece, desde os séculos XVIII e XIX até a atualidade, como um dos fatores condicionantes para a não-ocorrência de artigo definido no ambiente sintático já mencionado.

As descrições sintáticas sincrônicas e a respectiva análise diacrônica permitiram constatar a ancianidade da estrutura sob análise, de que fazem uso os falantes contemporâneos do português mineiro

de Barra Longa. Mas, este tipo de análise, neste aspecto particular da sintaxe, o SN, que associa artigo definido e nomes próprios requer o envolvimento de outro nível da gramática: a semântica, pois, conforme Cohen (1986/89), isso 'de fato envolve muito mais do que uma simples linearidade dos constituintes envolvidos'.

Assim sendo, passarei a discutir o caráter semântico dos NPr e, a partir daí, averiguar-se-á se existe alguma relação entre NPr e o Qv 'dona', a fim de se buscar uma razão semântica que justifique a permanência desse Qv como um dos fatores condicionantes para a não ocorrência de artigo definido antes de NPr.

## 2. O nome próprio

### 2.1. O significado do NPr

Dubois et alii (1998) chamam nome próprio a uma subcategoria de nomes formada de termos que, semanticamente, referem-se a um objeto extralingüístico, específico e único, destacado por sua denominação dos objetos da mesma espécie. Segundo os autores, um nome próprio não possui outra significação senão a do nome dele próprio. Esta não é, entretanto, a opinião de Jespersen (1965) segundo a qual os NPr possuem uma significação.

De acordo com esse autor, os NPr possuem significação porque tal como são usados na realidade conotam um grande número de atributos, sendo necessário levar em conta o valor contextual de uma situação particular em que o nome é falado ou escrito. Jespersen critica Stuart Mill para quem os nomes comuns conotam alguma informação do objeto que denotam, e os NPr, por sua vez, nada conotam já que eles não têm, estritamente falando, nenhuma significação. Mill e seus seguidores, para Jespersen, põem muita ênfase no que pode ser chamado valor do dicionário e desconsideram a situação contextual em que um NPr é produzido: seja na escrita, seja na fala. Segundo Jespersen, para se estabelecer o significado de um *nome comum* é necessário levar em conta o contexto no qual este nome está inserido; o mesmo ocorre com os NPr: o nome *John*, exemplifica o Autor, em enunciados distintos pode possuir outro significado que é mostrado pelo contexto e situação.

Relativamente à conotação dos NPr, segundo Jespersen, a primeira vez que alguém ouve o nome de uma pessoa ou o lê num jornal, este NPr é um mero nome para o ouvinte/leitor; entretanto, quanto mais

se ouve ou se vê o nome, mais ele terá significado: “o significado ou conotação [de um NPr] cresce ao longo do crescimento do conhecimento do ouvinte/leitor” (Jespersen, 1965).

Lyons (1977: 180), entretanto, afirma que Jespersen (op. cit) tira proveito de um equívoco entre o sentido filosófico e o sentido mais corrente de ‘conotação’, pois, no sentido filosófico, que é o postulado por Mill, os conceitos ‘denotar’ e ‘conotar’ estão relacionados às expressões ‘classes de indivíduos’ e ‘membros de classes’, respectivamente. Assim, afirma Lyons, para Mill uma expressão denota a classe de indivíduos da qual ela é o nome; conotar, por sua vez, implica a propriedade ou propriedades em virtude das quais os indivíduos são reconhecidos como membros da classe em questão. A palavra *branco* denota todas as coisas brancas, como a neve, o papel, a espuma do mar e assim por diante, e implica ou conota o atributo brancura [(cf. Lyons (1977: 180)].

Assim, com base na proposta de Mill analisada por Lyons (op. cit.), pode-se afirmar que um NPr não conota nada porque através dele não é possível reconhecer as propriedades do indivíduo que o classifiquem como membro de uma classe.

No uso não-filosófico, a conotação de uma palavra é concebida como um componente emotivo ou afetivo que vem acrescentar-se ao seu significado central. Com base nisso, Lyons chama de falaciosa a afirmativa de Jespersen e acrescenta que, ao usar o termo ‘conotação’ no sentido não-filosófico, como parece que Jespersen faz, não há dúvida de que muitos nomes próprios tenham conotações ou associações muito específicas. As conotações a que uma pessoa associa a um nome, adverte Lyons, podem ser diferentes das conotações que outra pessoa associa ao mesmo nome, até mesmo nas situações em que ambas as pessoas fazem uso deste nome para se referirem ou dirigirem ao mesmo indivíduo ou a um conjunto de indivíduos.

Para Lyons, saber se os NPr possuem um significado é uma questão que não admite uma resposta simples e universalmente válida. Alguns nomes, como ‘Camões’, ‘Cícero’, ‘Judas’, ‘Napoleão’, etc., parecem, segundo ele, ter um significado simbólico, etimológico ou de tradução, mas não possuem sentido ou qualquer tipo de significado único e especial que os distinga dos nomes comuns como uma classe.

Segundo Lyons, os NPr, tal como são empregados no comportamento lingüístico, têm duas funções: referencial e vocativa. Para a presente análise, vou me ater apenas à função referencial, quanto à função vocativa, remeto a Mendes (2000).



## 2.2. O comportamento lingüístico dos NPR

Para falar a respeito da função referencial dos NPR, Lyons (op. cit.) propõe-se a apresentar o que ele considera como *referência*. Segundo ele, referência é uma noção dependente do enunciado e,

sempre que dizemos que uma expressão de uma dada frase é dotada de referência, partimos do princípio de que a frase em questão foi ou podia ser enunciada com um valor de comunicação particular e num contexto apropriado. (Lyons, 1977)

Para Lyons (1981:161) a *referência*, assim como a *denotação*<sup>5</sup>, é uma relação que se dá entre expressões e entidades, propriedades ou situações no mundo externo. Mas, adverte o autor, ambas se diferenciam porque a referência, ao contrário da denotação, está ligada ao contexto de enunciação. Assim, por exemplo, a expressão 'aquela vaca', em inglês, pode ser usada, no contexto apropriado, para se referir a determinada *vaca*, que é o seu referente. Pode também ser usada em contextos diferentes para se referir a vacas diferentes, sendo que a sua referência, em qualquer ocasião particular, é determinada em parte pelo seu significado inerente (incluindo a denotação de 'vaca') e, em parte, pelo contexto em que é enunciada. O autor estabelece sete tipos de referências: (i) *referência singular definida*; (ii) *referência, verdade e existência*; (iii) *sintagmas nominais definidos não-referenciados*; (iv) *referência geral distributiva e coletiva*; (v) *referência indefinida específica e não-específica*; (vi) *opacidade referencial*; (vii) *referência genérica*. Mas, para o presente trabalho, vou ater-me apenas à *referência singular definida* por estar ligada aos nomes próprios.

Lyons (op. cit.) também estabelece subtipos de expressões referenciais<sup>6</sup>:

- a) Expressões singulares (que se referem aos indivíduos) e
- b) Expressões gerais (que se referem a classes de indivíduos).

<sup>5</sup> Definição (filosoficamente neutra) do termo *denotação*: 'a denotação de um lexema [itens de um vocabulário] será entendida como a relação existente entre esse lexema e as pessoas, coisas lugares, propriedades, processo, atividades exteriores ao sistema lingüístico.' Lyons (1977: 171)

<sup>6</sup> Lyons faz uso dos termos 'expressões referenciais' em oposição a 'lexemas'.

Tais expressões podem ser agrupadas em:

a) Expressões definidas (que se referem a indivíduos ou classes de indivíduos)

Um outro tipo de expressão referencial, mas que se opõe a (c) é:

b) Expressões indefinidas (são aquelas que não se referem a uma classe ou indivíduos específicos)

Relativamente à interpretação dessas expressões, Lyons afirma que há vários problemas ligados às expressões referenciais gerais e às expressões referenciais indefinidas, e apenas as expressões referenciais singulares levantam menos problemas e podem ser consideradas fundamentais. E, por isso, ou seja por serem consideradas fundamentais, apenas essas últimas serão aqui consideradas.

Lyons aponta três tipos de expressões referenciais singulares definidas que se encontram claramente diferenciados no plano gramatical: sintagmas nominais definidos, pronomes e nomes próprios. O autor informa, entretanto, que embora tais expressões possuam características peculiares para se identificar uma pessoa ou objeto a que o falante se refere num dado contexto de enunciação, há casos limítrofes. Segundo ele, existem nomes de lugar e de família que tiveram origem em descrições definidas ou em títulos, e os nomes próprios são regularmente convertidos em lexemas descritivos e usados como tal em expressões referenciais ou predicativas. O autor faz uso da palavra espanhola 'Usted' para mostrar um caso de títulos honoríficos que provêm historicamente de descrições definidas e que se tornaram em seguida pronomes pessoais.

A respeito dessa mudança de categoria, ou da transformação de uma descrição definida em nomes próprios, Jespersen (op.cit.) afirma que muitos deles têm-se originado total ou parcialmente de nomes comuns especializados, e apresenta o seguinte exemplo: a estrada de Dover cujo significado é 'a estrada que leva a Dover' não é originariamente um NPr. Mas, adverte o Autor, poderá sê-lo com o decorrer do tempo se a razão original do nome for esquecida, isto é, "a estrada que leva a Dover", e se a estrada tiver sido transformada numa rua comum. Jespersen afirma que, em termos lingüísticos, essa transição é marcada pela queda do artigo definido, e apresenta outro exemplo: um dos parques de Londres é ainda chamado por muitas pessoas 'the Green Park'; entretanto, afirma, outras pessoas omitem o

artigo, e 'Green Park' torna-se, francamente, um nome próprio, tal como 'Central Park' em Nova York, 'New College', 'Newcastle', etc. A partir disso, conclui o autor: a ausência do artigo na língua inglesa (embora não no italiano nem no alemão e, acredito que o mesmo também não ocorre no português) transforma-se numa marca pela qual é possível saber que um NPR veio de um nome comum. Gostaria de acrescentar, porém, que esta conclusão somente pode referir-se a NPR toponímicos, já que não são apresentados casos de NPR de pessoas.

Câmara Jr. (1968: 49), ao contrário de Jespersen, informa que os prenomes, ou NPR antroponímicos, de modo geral, tiveram sua origem a partir de substantivos comuns ou de adjetivos, para atribuir a um sujeito uma qualidade que era considerada nobilitante na sociedade respectiva. O autor cita o caso do nome grego *Sófocles* que é uma aglutinação do adjetivo *sophós* – 'sábio' – com o substantivo comum *kléos* – 'glória', e cita também nomes latinos que se originaram de numerais ordinais: *Octavius* (forma variante de *octavus*) donde no português *Otávio* e *Tertius* donde no português *Tércio*.

Dando prosseguimento à análise de Lyons, é a ocorrência de casos como os citados anteriormente que levou o Autor a concluir que, como no decurso da evolução histórica de uma língua é possível haver uma mudança de categoria, pode-se afirmar que a distinção funcional entre os três tipos de expressões, isto é, sintagmas nominais definidos, pronomes pessoais e nomes próprios, não é absolutamente nítida. Aqui chamo a atenção para possibilidade de tais expressões referenciais singulares definidas mudarem de categoria na história da língua.

Quando se trata de definir qual dessas três expressões possuem maior referencialidade na língua, Lyons parece creditar este atributo aos sintagmas nominais definidos, ou mais especificamente, às descrições definidas.<sup>7</sup> O autor fornece a seguinte justificativa: às vezes, não sabemos o nome de uma pessoa ou lugar, mas podemos fazer-lhe referência de um modo natural e satisfatório por meio de uma descrição definida; e se a linguagem, acrescenta o Autor, deve ser usada, como realmente acontece, para fazer referência a um número infinitamente vasto de indivíduos, deve também fornecer os meios necessários para identificá-los sem ser por intermédio dos nomes

---

<sup>7</sup> Uma descrição definida é composta por um SN definido mais uma asserção descritiva e tem por objetivo identificar um único referente: 'O homem alto ali à frente'.

próprios. Efetivamente, conclui o lingüista, é possível conceber uma língua sem nomes próprios, o impossível é conceber uma que opere sem recorrer à descrição definida. Donde se pode inferir, acredito eu, que, de acordo com Lyons, o NPR em relação a uma descrição definida é menos referencial.

Lyons, no entanto, enfatiza que uma grande parte das expressões referenciais nas línguas naturais são dependentes do contexto de uma forma ou de outra e 'nem mesmo os nomes próprios têm uma referência independente de contexto única' (Lyons, 1981). Há casos em que um nome comum, afirma o Autor, precedido do artigo definido dispensa uma descrição suplementar mesmo se o referente não tiver sido previamente mencionado, pois o falante pressupõe que o ouvinte, na situação dada ou no universo do discurso, sabe qual dos referentes potenciais satisfaz a descrição a que ele faz referência. O autor apresenta o seguinte exemplo: se um inglês usar referencialmente a expressão 'a rainha' num contexto em que não foi mencionada anteriormente, está implícito que o falante se refere à rainha da Inglaterra. Lyons (1977: 150) afirma que uma expressão deste tipo quase adquire, no contexto apropriado, o estatuto de 'títulos de referência única' (como 'o Papa').

Os NPR, conforme Lyons, podem ser caracterizados da seguinte maneira: eles identificam os seus referentes não os descrevendo em termos de uma propriedade (ou propriedades) relevante que o nome denota, mas utilizando a associação única e arbitrária entre um NPR e o seu portador. Para Llorach (1967: 175) o nome próprio pode chamar-se *nome identificador*: identifica, sem possível ambigüidade, em uma situação dada, uma realidade determinada.

### **3. Análise e considerações finais**

Conforme discutido anteriormente, as expressões referenciais singulares definidas, isto é SN definidos, pronomes e nomes próprios, encontram-se claramente diferenciados, no plano gramatical, embora haja restrições. No decurso da evolução histórica de uma língua é possível haver uma mudança de categoria; isto é, há casos de nomes de lugar e de família que tiveram a sua origem em descrições definidas ou em títulos honoríficos [(cf. Lyons (1977)].

Não creio que este seja o caso do Qv 'dona'; isto é, que ele tenha se transformado em NPR no decurso dos séculos XVIII para o atual,

até porque uma afirmativa desta natureza mereceria uma investigação mais específica; além disso, se este Qv estivesse se transformado em um NPr, ele apresentaria as características específicas que este último possui, e, no entanto, isso não ocorre. Segundo Lyons (1977), conforme se viu, os NPr identificam os seus referentes não os descrevendo em termos de uma propriedade (ou propriedades) relevante que o nome denota, mas utilizando a associação única e arbitrária entre um NPr e o seu portador; e 'dona', neste caso, já denotaria, no mínimo, uma propriedade relevante do referente: a se de tratar do sexo feminino.

Com base nisso, proponho a seguinte análise: o termo 'dona' não mudou de categoria; ou, em outras palavras, ele não mudou da categoria Qv (*qualificativo* ou título honorífico como tradicionalmente é conhecido) para a categoria dos nomes próprios; isto é, no decorrer dos séculos XVIII até o atual, não ocorreu ao Qv 'dona' o que ocorreu ao pronome pessoal 'Usted' do espanhol, que segundo Lyons (1977), se originou de um título honorífico que, por sua vez, se originou de uma descrição definida. Acredito, no entanto, que o Qv 'dona' não se transformou em NPr, mas ao se juntar a um nome próprio forma um nome composto, tal como 'Maria Cândida' ou 'Ana Elisa'.

Levando-se em conta a definição dada por Lyons, *referência* é uma relação que se dá entre expressões e entidades, propriedades ou situações no mundo externo ligada ao contexto de enunciação. Ou seja, no enunciado, extraído do *corpus* de língua oral contemporânea em Mendes (2000) abaixo:

*Inf.: (b): gente eu vô embora sabe por causa de quê? as minina tão TODas lá em casa ...*

*Inf.: (a):                    {já chegô ? já chegô ?*

*Inf.: (b): e||las tão falano que eu tô na (rabera) de **Maria Cândida** einh?*

*Inf.: (a): já chegô ?*

*Inf.: (b): já chegô todo mundo ... só **Ana Elisa** que vai chegá amanhã cedo.*

existe uma relação de referência entre os NPr compostos *Maria Cândida* ou *Ana Elisa* e as entidades ou pessoas, nesse contexto específico, citadas pela informante (b). Isto é, não existe uma referência para *Maria* e outra para *Cândida* ou uma para *Ana* e outra para *Elisa*

neste contexto dado; o que existe é uma referência única, quer dizer, uma única entidade ou pessoa no mundo externo que mantém uma relação de referência com o nome composto *Maria Cândida*, o mesmo ocorrendo com *Ana Elisa*. Assim sendo, acredito que o Qv 'dona', ao associar-se a um NPr, cria um nome composto e este passa a ter uma referência única identificando, sem possível ambigüidade, em uma situação dada, uma realidade determinada [cf. Llorach (1967: 175)].

Se a hipótese aqui lançada estiver correta, isto é, a de que Qv 'dona' + NPr se juntam, formando um nome composto e que este tipo de nome possui uma referência única, ela, então, explica porque esse qualificativo permaneceu, desde o século XVIII até o atual, como um dos fatores condicionantes para a não ocorrência de artigo definido antes de NPr.

De acordo com a análise de Mendes (2000), as descrições sincrônicas estabelecidas, tanto nos dados de língua escrita pretérita quanto nos dados de língua oral contemporânea, mostraram condicionamentos sintáticos para a ocorrência ou não-ocorrência de artigo definido antes de nomes próprios. Dentre esses condicionamentos para a não-ocorrência constatou-se, dentre outros, nos dois recortes, que a esquerda do NPr não deve ser preenchida por nenhum item ou apenas pelo Qv 'dona'. Buscou-se, por meio da análise semântica dos nomes próprios verificar porque apenas este qualificativo foi o único fator condicionante recorrente nos dois recortes. A conclusão a que se chegou é que 'dona' junta-se ao NPr, criando um nome composto e passa a fazer parte da relação de referência que este tem com a entidade ou pessoa no mundo externo. Ou seja, como o Qv 'dona' passa a fazer parte do NPr, formando um composto, aquele passa a ter o mesmo comportamento sintático e semântico que este, nos dados analisados.

## Referências Bibliográficas

BYNON, Theodora. *Historical Linguistics*. London: Cambridge University Press, 1983.

COHEN, Maria Antonieta A de M. *Syntatic change in portuguese: relative clauses and the position of the adjective in the noun phrase*. 1986/1989. Tese (Doutorado) - UNICAMP, Campinas. (Inédita).

JESPERSEN, Otto. Proper names. In: *The philosophy of grammar*. New York: The Norton Library, 1965.

LLORACH, Emilio Alarcos – 'El artículo en español' In: *Estudios de Gramática Funcional del Español*. Madrid: Gredos, 1967. p. 167-177.

LYONS, John. *Semantics* Cambridge: Cambridge University Press, 1977. 2 vols.

LYONS, John. *Introdução à lingüística teórica*. Trad. Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: USP – Companhia Editora Nacional, 1979.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e lingüística – uma introdução*. Trad. M. W. Averborg e C. S. de Souza. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

MENDES, Soélis Teixeira do Prado. *A ausência de artigo definido antes de nomes próprios no português mineiro de Barra Longa: um caso de retenção?* 2000. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: FALE/UFMG.

# A alternância entre “não” e “num” no dialeto mineiro: um caso de mudança lingüística\*

Jânia M. Ramos  
FALE/UFMG

## Introdução

Estudos variacionistas sobre negação sentencial no PB têm apontado três tipos de construções, conforme a posição e o número de partículas negativas na sentença: uma partícula pré-verbal (1); uma partícula pós-verbal (2); e duas partículas, sendo uma pré-verbal e outra pós-verbal (3), conforme exemplificado abaixo.

- (1) e se eu **não** sou formada hoje (E28)
- (2) b. **acredito não** (E30)
- (3) que eu **não** concordava com aquilo **não** (E09)

A construção apresentada em (2) tem um caráter certamente marginal na língua, pois sua freqüência é de apenas 5,6%<sup>1</sup> mesmo em dialetos nordestinos.<sup>2</sup> Embora essa construção evidencie propriedades

---

\* Uma versão deste texto foi apresentada em uma mesa-redonda no I Congresso Nacional da ABRALIN, 1997, em Maceió. Projeto apoiado pelo CNPq.

<sup>1</sup> Os tipos restantes apresentaram a freqüência de, respectivamente, 73,5% e 20,8%, conforme levantamento realizado por Roncarati (1996: 103).

<sup>2</sup> Embora presente em outros dialetos, essa construção é avaliada pelos informantes como uma especificidade de dialetos nordestino. Uma elemento importante na discussão das negativas no PB seria é descobrir a razão dessa avaliação. Esse tópico, entretanto, não será desenvolvido aqui.



sintaticamente relevantes, tais propriedades não serão discutidas no presente trabalho.<sup>3</sup> Interessam-nos particularmente as construções (1) e (3), referidas daqui para frente, respectivamente, como negativa simples e negativa dupla.<sup>4</sup>

O item **não**, em (1) e (3), tem sido descrito como advérbio, com propriedades de quase-clítico. Para Ilari et alii (1991: 131-3), a construção mais habitual da negação em português poderia justificadamente ser caracterizada como uma construção quase-clítica, uma vez que (a) sua posição precede imediatamente o verbo (ou o clítico pronominal quando este está presente); e (b) o item **não** pode ser reduplicado. Ilari et alii concluem que “a idéia de uma classe de ‘quase-clíticos’ pode ser encarada como algo mais do que uma simples conjectura”. O presente trabalho fornece novas evidências a favor do estatuto clítico da negação no Português do Brasil.<sup>5</sup> Documenta a realização do item **não** como **num** no dialeto falado em Belo Horizonte e mostra ser sua ocorrência sistemática. Desse modo confirma o estatuto de variante sociolinguística depreensível da seguinte descrição de **num**, apresentada no Dicionário Novo Aurélio: uma variante popular do advérbio **não**.

## O estatuto clítico

Uma primeira evidência do estatuto clítico vem da própria realização fonológica do item **não**. Vejam-se os exemplos abaixo:

(4) é que às vezes ele **num** aceita (E09)

(5) ah... **num** teve festa **não** (E09)

Outras evidências podem ser buscadas, com base na distribuição dos constituintes dos enunciados presentes no *corpus*. A partir da suposição de que a forma “enfraquecida” e “reduzida” *num* seria um

---

<sup>3</sup> Ver Camargos (em andamento).

<sup>4</sup> Embora o termo *negativa dupla* tem sido aplicado a casos de concordância negativa do tipo *Não vejo nada* Mioto (1991) dentre outros, vou fazer uso dele aqui para ocorrências [neg V neg] já que não temos até agora uma análise satisfatória de [neg V neg] que seja capaz de comprovar que não se trata de um subtipo de concordância.

<sup>5</sup> No âmbito da gramática gerativa, outros autores também sustentam tal posição: Gonçalves (1994), Martins (1997); Mioto (1992).

clítico, foram formuladas predições sobre o comportamento dos dados. Se as predições forem confirmadas, estarão sendo identificadas novas evidências.

Passemos, então, às predições: Os fatores (a)-(d), abaixo, deverão favorecer a ocorrência de **num**.

- (6) a. posição não final na sentença;
- b. a presença da variante plena “não”, na mesma sentença;
- c. a posição pré-verbal; e
- d. a presença de quantificadores do tipo “ninguém”, “nada”, na mesma sentença; e
- e. contigüidade com V.

As predições (a-e) têm como base as propriedades exibidas por clíticos em geral, a saber: (i) nada pode intervir entre clítico e V, exceto outros clíticos; (ii) não pode ser modificado; (iii) não aceita acento contrastivo; (iv) não pode ser coordenado; (v) a ordem clítico-V é fixa; e (vi) não ocorrem sem V (apud Kayne, 1975: 84-110). Assim, por não ter independência fonológica o item **num** deverá precisar de um ‘hospedeiro’ ao qual se ligar, geralmente à direita, tal como os clíticos pronominais: ‘me faz’ ao invés de ‘faz-me’. Este hospedeiro deverá ser preferencialmente um verbo, já que a posição típica da negação sentencial no PB é pré-verbal; o item **não** não será modificado por itens tais como “mesmo”, e não poderá ser coordenado nem colocado em foco. Além disso, por ser ‘fonologicamente mais fraco’, poderá ser reforçado por formas plenas, no caso pela forma não reduzida **não** ou por quantificadores como **nada**, **ninguém**, etc.

Além das predições (a-e), duas outras podem ainda ser testadas. Vejamos.

Orações subordinadas deverão desfavorecer a ocorrência **num**, já que as formas inovadoras são mais freqüentes em orações principais e absolutas (Vennemann, 1973, Givón, 1974,1976, Green (1976)).

Os fatores externos idade e escolaridade deverão ser quantitativamente significativos.

Estas predições decorrem de decisões metodológicas já amplamente ratificadas da teoria da variação. A primeira é a comparação da freqüência das variantes em relação à faixa etária dos informantes, o que permitirá evidenciar um perfil de mudança com base

no tempo aparente, indicando se a variante **num** é de fato inovadora na língua. A distribuição das variantes segundo o grau de escolaridade dos informantes poderá confirmar se a forma **num** seria realmente uma variante popular e, se for, deverá ser desfavorecida pela escolarização, visto que a escolarização tem-se mostrado um fator relevante na manutenção de variantes-padrão (Oliveira e Silva, 1996).

### Envelope de variação

A amostra analisada compõem-se de nove entrevistas com falantes residentes em Belo Horizonte, distribuídos em três faixas e três níveis de escolaridade.

O levantamento mostrou um total de 769 ocorrências, sendo 425 de **não** e 344 de **num**, respectivamente, 55% e 45%. A alta frequência da variante reduzida **num** chama a atenção. Que fatores estariam favorecendo esta variante?

Vejam, a seguir, os resultados, obtidos através da análise quantitativa com o programa Varbrul, versão desenvolvida por Pintzuk (1988).

O primeiro fator testado foi o tipo de elemento à esquerda da partícula negativa. Três elementos foram testados: (7) sujeito; (8) pausa; e (9) outro, tal como um advérbio.

(7) (=1) e se eu **não** sou formada hoje (E28)

(8) /**não**/ isso eu não acho certo não (E28)

(9) antigamente **não**/ antigamente o trem era sério mesmo (E28)

Em (7) temos negação sentencial. Em (8) temos construções em que a partícula negativa ou inicia a sentença ou corresponde sozinha a um enunciado completo. Em (9) temos a negação de constituintes menores ou fragmentos de constituintes. Vejamos os resultados na tabela (1).

Tabela 1: Distribuição das variantes, conforme elemento precedente

	No.	%	Prob.
SN Sujeito	132/260	51	.50
Pausa	109/240	45	.47
Outros	103/269	38	.53
Total	344/769		

Este fator não foi selecionado pelo programa Varbrul, o que significa que o elemento à esquerda não afeta a realização da partícula negativa. Este resultado constitui indicação de que a forma **num** se liga ao elemento à direita, e não ao elemento à esquerda, pois mesmo após pausa ambas as variantes ocorrem.

O segundo fator testado foi o tipo de elemento que aparece à direita da variante. Quatro elementos foram destacados: pausa (10), verbo auxiliar (11), verbo não-auxiliar (12) e outros elementos, tais como um sintagma preposicional (13).

(10) isso eu num acho certo **não**/ (E28)

(11) minha mãe **num** vai fazer nada não (E15)

(12) nem **não** conhecia nada de escola (E15)

(13) **não** na casa da minha vó (E15)

A distribuição das variantes, presentes no *corpus*, conforme o tipo de elemento à direita aparece na tabela 2, abaixo.

Tabela 2: Frequência e probabilidade da variante *num* segundo sua posição na sentença

	No.	%	Prob.
Verbo auxiliar	102/168	61	.76
Verbo não-auxiliar	227/384	58	.75
Pausa	4/180	2	.03
Outros	11/30	37	.51

Este fator foi considerado quantitativamente significativo pelo programa Varbrul. A probabilidade de **num** é de .76 com formas verbais perifrásticas e .75 com formas verbais não perifrásticas.<sup>6</sup> Se a variante ocorre antes uma pausa, é amplamente desfavorecida: .03. Isto constitui uma evidência a favor da hipótese de cliticização à direita, uma vez que ausência de pausa constitui uma evidência da não autonomia fonológica do item **num**.

<sup>6</sup> Esta forma de descrever esse fator me foi sugerida por Marta Scherre em comunicação pessoal.

Estes resultados permitem, ainda, definir como variação as ocorrências de **não** e **num** na posição pré-verbal, pois somente aí ambas variantes ocorrem. Veja-se que antes de pausa a probabilidade é quase zero, apenas .03. Os enunciados presentes no *corpus* são:

(14) mas também **num**... num me arrependo por ter sido por provocação (E05)

Veja-se que se trata de pausa com alongamento, o que indica ou hesitação ou tentativa de manter o turno. Estes não seriam enunciados típicos. Assim sendo, parece mais adequado excluir do levantamento tais ocorrências. Em consequência, teremos de modo categórico a variante **não** no ambiente [Neg +pausa].

(15) **não**/ nós não acreditamos em vida após a morte (E04)

Consideremos agora o tipo de oração: se subordinada ou não. A frequência e probabilidade da variante **num** aparece na tabela (3). Apenas foram quantificadas as ocorrências em que a variável aparece na posição pré-verbal.

Tabela 3: Frequência da variante **num** em dois tipos de estruturas

	No.	%	Prob.
Subordinada	63/139	45	.41
Principal e absoluta	277/ 488	57	.58
Total	340/ 627		

A maior frequência de **num** na oração matriz do que na subordinada corrobora a predição de que a oração matriz favoreceriam a variante reduzida, o que constitui uma evidência a favor da hipótese de mudança.

Se a caracterização de **num** como forma inovadora for adequada, a variação em análise deverá apresentar um perfil de mudança em progresso. Para verificar esta predição, consideremos o fator faixa etária. Foram considerados jovens os falantes de 15 a 29 anos; medianos, de 30 a 49 anos; e velhos, os de mais de 50 anos.

Tabela 4: Distribuição da variante *num*, segundo a faixa etária dos informantes

	No.	%	Prob.
Jovens	139/165	84.2	.70
Medianos	120/237	50.6	.48
Velhos	85/225	37.7	.32

Este fator foi selecionado como quantitativamente significativo, confirmando que **num** é inovadora. O gráfico abaixo permite visualizar melhor estes resultados.

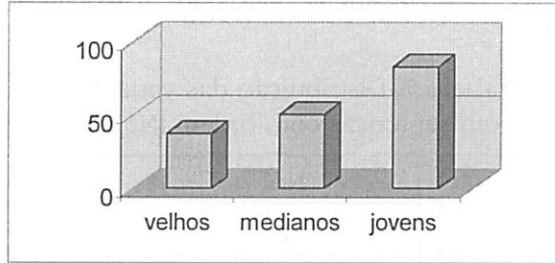


Gráfico 1: Frequência da variante *num*, segundo o fator faixa etária do informante

O gráfico indica implementação da variante **num**. Se se confirmar, com base no tempo real e em levantamento mais amplo, que se trata de mudança lingüística, seria importante comparar este processo àquele ocorrido no francês, em que após o enfraquecimento da partícula negativa, testemunha-se seu desaparecimento. Até que ponto o PB estaria seguindo este caminho? Esta é uma questão que será discutida na próxima seção deste trabalho.

Consideremos por último o fator que avalia se a presença de quantificadores do tipo **nada** e **ninguém** favorecem a ocorrência da forma **num**. A expectativa é que a forma plena seja desfavorecida, uma vez que o próprio quantificador já contém em si uma negação.

Dois tipos de ordem foram identificados, sendo o primeiro [Q Neg], somando um total de 6 ocorrências, e [Neg Q], com um total de 58 ocorrências, respectivamente exemplificados em (16) e (17).

- (16) a. barreira **nenhuma num** derruba a gente (E28)  
 b. **nunca** gostei **não**
- (17) a. tem uma família que **não** tem **ninguém** convertido (E09)  
 b. e eu **num** tirei **nenhum** tostão (E28)

Em (16a) tem-se NEG pré-verbal e Q em posição sujeito, tendo sido encontrada apenas uma ocorrência. O total de 1 em 64 ocorrências é uma indicação de que estamos aqui diante de um resíduo histórico. Há 5 ocorrências do tipo (16b), alcançando um índice mais alto (7.4%), e configurando uma dupla negação em que o **não** aparece no final do enunciado, antes de pausa, o que desfavorece a forma **num** (cf. tabela 2).

Vejamos os resultados apenas das seqüências [Neg Q], exemplificadas em (16).

Tabela 5: Distribuição das variantes em sentenças com ordem [NegQ]

	No.	%
[não]	21	36
[num]	37	64
Total	58	

A variante **num** é favorecida, apresentando uma freqüência de 64% quando há um SN quantificado à direita.

Até que ponto a presença da “segunda” negação favorece a variante **num** pré-verbal? Comparemos a freqüência da variante **num** pré-verbal em negativas simples e em negativas duplas. Se a “segunda” negação compensar a primeira, teremos um perfil crescente de **num** nas negativas simples e presença categórica de **num** nas negativas duplas. Vejamos a tabela abaixo.

Tabela 6: Distribuição da variante **num** em negativas duplas e simples, conforme a faixa etária dos informantes

	Negativas Simples		Negativas duplas	
	No.	%	No.	%
Jovens	98/122	80,3	40/43	93
Medianos	93/187	49,7	26/51	50,9
Velhos	67/184	36,4	18/40	45
Total	258/493		84/134	

A diminuição da variante **num** em negativas simples parece favorecer a existência de uma relação de causalidade entre a cliticização e a frequência de [Não V Não]. Entretanto, a presença não categórica de **num** nas negativas duplas enfraquecem sobremaneira uma hipótese que assumia tal correlação.<sup>7</sup>

Subjacente à hipótese da correlação causal entre as duas variantes estaria a suposição de que ambas fariam parte de um mesmo processo de mudança e cada uma poderia ser apontada como uma etapa de um ciclo, acompanhando a proposta de Jespersen (1917).<sup>8</sup>

Entretanto, se analisamos a negativa simples e a negativa dupla como etapas de um mesmo processo de mudança, então é de se esperar que a própria frequência de negativas simples esteja decaindo. Não é isso, porém, o que o estudo quantitativo mostra. Veja-se a tabela abaixo.

<sup>7</sup> Sales Filho formula uma hipótese funcional nos seguintes termos: a segunda ocorrência de partícula negativa na mesma sentença decorreria do enfraquecimento da primeira partícula (Thomas, 1969; Sales Filho, 1980).

<sup>8</sup> Schwegler (1991) argumenta a favor de que os três tipos de negativas presentes no PB evidenciarão três etapas de um processo diacrônico presente em outras línguas, como no francês, a saber: (i) NEG V > NEG V NEG > V NEG. Um problema para essa análise haver uma diferença de natureza entre as negativas examinadas acima e as negativas de outras línguas românicas, como o francês: a partícula negativa nesta última segue imediatamente o verbo ao passo que no português a partícula negativa pode não vir imediatamente após o verbo. Vitral (1997) também adota a hipótese do ciclo, adotando um enfoque gerativista.



Tabela 7: Distribuição das negativas simples e negativas duplas, conforme a faixa etária dos informantes

	Negativas Simples		Negativas duplas		Total	
	No.	%	No.	%		
Jovens	122	73,9	43	17,8	165	100
Medianos	187	78,5	51	21,5	238	100
Velhos	184	82,1	40	17,9	224	100
Total	493		134		627	

Como se pode ver, as negativas duplas não apresentam perfil ascendente, o que contribui para enfraquecer a hipótese de que as negativas duplas estejam concorrendo com as negativas simples. Não se verifica qualquer indicação de que as construções de negativa simples e negativa dupla estejam em processo de mudança, pelo menos por enquanto.

Se, por outro lado, considerarmos negativas simples e negativas duplas como duas construções, a atuação concomitante da mudança em ambas, constituiria uma evidência de que o nódulo funcional NEG teria sofrido variação paramétrica, e a concomitância seria atribuída à Hipótese da Proporção Constante (Kroch, 1989). Veja-se a semelhança do perfil da frequência da variante **num** nas duas construções no gráfico (1), acima.

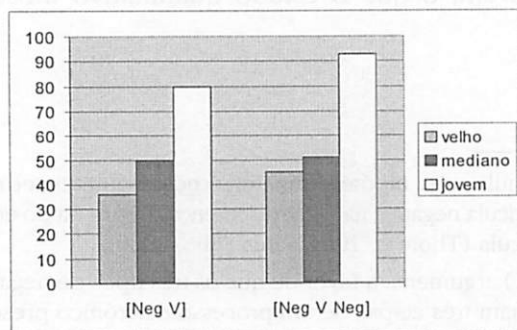


Gráfico 2: Frequência de negativa clítica de acordo com o tipo de construção em três faixas etárias

Os dois tipos de construção foram afetados pela cliticização. Se tivermos em conta a hipótese do tempo aparente, identificaremos no gráfico três momentos de tempo. No primeiro e mais antigo, a cliticização está presente em 35% dos casos em média. Em T2 essa média avança para 50% e em T3 está por volta de 90% nas duas construções!

Consideremos por fim o fator escolaridade. Três níveis foram considerados: primeiro, segundo e terceiro grau. Este fator não foi selecionado como quantitativamente significativo pelo programa Varbrul. As porcentagens foram: 51% para o I grau, 24% para o II e 48% para o III. Estes resultados constituem uma indicação de que a forma **num** não seria “popular”, isto é, um marcador.<sup>9</sup>

## Conclusões

Os resultados apresentados aqui permitem mostrar que a alternância **não/num** constitui uma mudança lingüística em progresso, condicionada por fatores internos e externos. Estes resultados tiveram como base o tempo aparente. Um esquema do referido processo aparece abaixo.

(1) [NÃO > NUM]

[NÃO V NÃO > NUM V NÃO]

A correlação entre negativa simples e negativa dupla como etapas de mudança, já apontada por vários autores, não se verificou no corpus analisado.

Pode-se argumentar, entretanto, que as conclusões acima careçam de uma análise mais detalhada e a utilização de um *corpus* mais amplo, uma vez que a amostra analisada aqui inclui apenas nove entrevistas. Sem dúvida, esse tema requer maior investigação. Seria, a meu ver, importante, por exemplo, o estudo quantitativo e qualitativo de negativas do tipo V NEG, investigando principalmente frequência de V NEG em sentenças com verbos não finais, tal como em *Ele tomava banho não* (Roncarati, 1996: 103), pois teríamos aí construções que distinguem o PB do francês. Outra correlação que parece relevante

---

<sup>9</sup> Testes de reação subjetiva poderão confirmar o estatuto sociolingüístico da variante (Ver Camargos, em andamento).

é aquela estabelecida entre as seguintes ocorrências *sozinho não* (E8) e *bateu no poste não* (E08) pois parece que o NEG pós-verbal nega em bloco algo que foi dito, independentemente de ser verbo, adjetivo ou advérbio.<sup>10</sup> Também seria oportuna uma comparação da frequência da variante *num* no *corpus* mais amplo do que o examinado aqui, para avaliar se em algum dialeto a cliticização do *não* estaria, de fato, mais avançada e qual seria o encaixamento dessa variação.<sup>11</sup>

## Referências Bibliográficas

ALKMIN, M. *Negativas sentenciais no dialeto de Ouro Preto: uma abordagem sociolinguística*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. (Em andamento).

CAMARGOS, M. *Negativas [V Não]: uma abordagem minimalista*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. (Em andamento).

GIVÓN, T. *Toward a Discourse Definition Syntax* [Unpublished MS., University of California at Los Angeles, 1974] citado por Schwegler (1991).

GONÇALVES, Fernanda M.R. *Negação Frásica em Português: caracterização sintática com referência ao processo de aquisição*. 1994. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Lisboa.

GREEN, G. Main Clause Phenomena in Subordinate Clauses. *Language* 52, p. 382-97, 1976.

ILARI, R. et alii. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, A. (Org.) *Gramática do português falado*. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1991. Vol. 1.

JESPERSEN, O. *Negation in English and other languages*. Kobenhan AF. Host, 1917.

KAYNE, R. *French Syntax*. Massachusetts: MIT Press, 1975.

KROCH, A. Reflexes of grammar in patterns of language change. *Language Variation and Change* 1, p. 199-244, 1989b.

---

<sup>10</sup> Ver Martins (1997) e Camargos (em andamento).

<sup>11</sup> Ver Alkmim (em andamento).

- MATA, Ariadne. *A variável de negação no dialeto pessoense*. Dissertação (Mestrado) (Em andamento).
- MIOTO, Carlos. *Negação sentencial no português brasileiro e o critério WH*. 1992. Tese (Doutorado) - Unicamp, Campinas.
- MARTINS, Eneida E. *Sentential Negations in Spoken Brazilian Portuguese*. Washington: Master's Research Paper, Georgetown University, 1997.
- OLIVEIRA E SILVA, G.M. Escolarização. In: CARDOSO, S. (Org.). *Diversidade Lingüística*. Salvador: Ed. UFBA, 1996.
- PINTZUK, S. (1988) apud Scherre, M. (1993).
- SCHERRE, M. *Introdução ao Pacote Varbrul para Microcomputadores*. (1993) Rio de Janeiro, ms.
- RONCARATI, C. A negação no português falado. In: MACEDO, A.; RONCARATI, C.; MOLLICA, C. (Org.) *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- SALES FILHO, A. *A negação em Vila dos Confins*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980. (Citado por Roncarati (1996)).
- SCHWEGLER, A. Predicate Negation in Contemporary Brazilian Portuguese – a change in progress. *Orbis*, 1991.
- THOMAS, E. *The Syntax of Spoken Brazilian Portuguese*. Nashville (Vanderbilt University Press, 1969), (Citado por Schwegler (1991)).
- VENNEMANN, T. Explanation in Syntax. *Syntax and Semantics*, New York, Academic Press, v. 2, p. 1-50, 1973.
- VITRAL, L. *A Negação: Teoria da Checagem e Mudança Lingüística*. 1997. Ms.

# Negativa pré- e pós-verbal: implementação e transição

Mônica G. R. Alkmim  
UFOP

## Introdução

Nesse artigo, vou tratar da *implementação* e da *transição* de uma estratégia de negação: a negativa que aparece simultaneamente antes e depois do verbo [**Não V Não**], tal como em (i) *Eu não vou falar hoje não* (E10),<sup>1</sup> recorrente na fala de informantes da região de Mariana (MG). Em um total de 2505 dados, essa construção representa 19,5%. Outras estratégias estiveram envolvidas nessa investigação: a negativa exclusivamente pré-verbal [**Não V**], tal como em (ii) *Mesmo assim eu não esqueço dele* (E19) e a exclusivamente pós-verbal [**V Não**], como em (iii) *Falo não* (E6), dentre outras.<sup>2</sup>

Essa investigação, que busca determinar a *implementação* da variante (i) na língua, levanta questões polêmicas no estudo do Português do Brasil (PB). O debate gira em torno da indagação se seria essa estratégia um resultado de contato do PB com línguas africanas – origem externa (Holm, 1992; Aragão, 1996; Baxter e Lucchesi, 1997 e Baxter, 1998), ou se seria o resultado de mudanças lingüísticas internas ao sistema das línguas românicas – hipótese do enfraquecimento do primeiro item *não* tendo originado o aparecimento do segundo *não* (Sales Filho; 1980; Furtado da Cunha, 1996, dentre outros).

---

<sup>1</sup> A especificação entre parênteses se refere ao número da entrevista da qual a exemplificação foi retirada.

<sup>2</sup> Por “outras”, refiro-me àquelas negativas com especificador negativo, sem o item *não*, como em *Ninguém falou hoje* (E4).

Com relação à origem da construção [Não V Não] não vou assumir nem a hipótese do enfraquecimento, nem a do contato. Minha hipótese é a de que teria havido uma reanálise do item *não*: inicialmente esse aparecia como um enunciado completo e, posteriormente, teria sido reanalisado como um constituinte da sentença.

A explicação da origem da [Não V Não] como resultado do contato do Português com línguas africanas tem sido apresentada como evidência da origem crioula do PB. A meu ver, investigações que assumem tal hipótese são vagas e partem do pressuposto de que em todas as línguas africanas a negativa é semelhante. Assumem também que comunidades isoladas se mantiveram em estado 'congelado', o estágio da língua em que a interferência das línguas africanas no PB era mais sensível. Esse pressuposto tem feito com que comunidades isoladas sejam descritas e apresentadas como documento vivo da criouliização. Considerando esse pressuposto, busquei identificar uma comunidade com essas características em Minas Gerais: que fosse 'isolada' e constituída por pessoas de descendência afro-brasileira. Como contraponto, busquei uma comunidade não-rural em que a descendência afro-brasileira fosse significativa e o fator etnia pudesse ser investigado.

Entende-se por etnia ou grupo étnico um grupo que se auto define e é definido por outros como descendentes de ancestrais comuns. Como uma descendência biológica comum é difícil de ser provada, ou quase impossível, uma etnia comum é freqüentemente operacionalizada em termos de língua (Kotzé, 1994: 1151-1156).

## 1. Da implementação

Considerando a importância do fator etnia, realizei um estudo variacionista das estratégias de negação em um corpus formado por falantes da comunidade de Pombal (subdistrito de Mariana-MG) e de Mariana (MG). Essa escolha decorreu do perfil de suas populações: a maioria é negra, descendente de escravos (Censo IBGE, 1991).

O subdistrito de Pombal fica a 35 Km da sede do Município de Mariana. Com um total de 200 habitantes, o povoado é situado na Serra dos Pretos, nas proximidades da Fazenda da Vargem. Tem a economia estagnada e seus moradores baixíssimo poder aquisitivo. A cidade de Mariana, por sua vez, possui 38.180 habitantes (censo demográfico do IBGE de 1991) e situa-se a 110 Km de Belo Horizonte. Foi fundada

em 1696, elevada à categoria de vila em 1711 e se constituiu em primeiro bispado, primeira cidade de Minas Gerais e primeira capital do Estado, tendo exercido um papel fundamental na história de Minas Gerais e do Brasil.

Em estudos anteriores, Alkmim (1998, 1999), realizados, respectivamente, com informantes de Pombal e Mariana, mostrei que as estra-tégias de negação constituem variantes, cuja distribuição sugere tratar-se, nas duas comunidades, de uma mudança em progresso.

Uma vez que o processo verificado, tomando como base o tempo aparente, indica mudança, buscou-se, então, dentre os informantes de Mariana, o grupo que estaria levando à frente tal mudança.

Para tal, foi realizada uma rodada fazendo o cruzamento dos fatores externos: faixa etária, etnia e escolaridade, com o objetivo de se obter uma visão geral da probabilidade de ocorrência da [Não V Não], a *variante inovadora*. Os resultados encontram-se na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Resultado do cruzamento dos fatores faixa etária, etnia e escolaridade com relação à *variante inovadora*

Idade	Escolaridade	Não-afro			Afro		
		Nº	%	Prob.	Nº	%	Prob.
IDOSO	Analfabeto	38	22	.63	41	19	.58
	2º Grau	16	8	.35	14	8	.33
MEDIANO	Analfabeto	45	17	.44	78	35	.69
	2º Grau	14	13	.36	2	4	.13
JOVEM	Analfabeto	33	18	.40	60	32	.58
	2º Grau	72	29	.56	76	30	.56

Essa tabela, curiosamente, mostra que os analfabetos levaram a mudança adiante nos dois primeiros momentos (idosos analfabetos .63 e .58 e medianos analfabetos .44 e .69). No último momento, no entanto, esse papel passa a ser desempenhado também pelos informantes com segundo grau (jovens com segundo grau .56). Trata-se de um tipo de mudança que ocorre de baixo para cima na escala social, isto é, dos não-escolarizados para os escolarizados.

São, portanto, os analfabetos os responsáveis pela *transição* dessa variante na língua. É certamente por isso que tais formas são objeto de restrição por parte dos normativistas. Nunes (1939: 152) afirma que a

construção [Não V Não] é usada não somente pelo povo, uma vez que “*a língua é o que é e não o que queremos que ela seja*” (grifo meu). Também Amaral (1955:80) faz referência a essa construção como desusada no PE e no PB culto, mas, no entanto, encontrada na fala caipira.

No presente, o freqüente uso dessa variante pelos falantes jovens do grupo com segundo grau completo sugere que, embora rejeitada pelas gramáticas tradicionais, essa variante já não é estigmatizada no momento atual. Uma evidência disso é sua constatação na escrita: em entrevistas, manchetes e até mesmo em textos narrativos.

Em entrevistas lê-se:

- (1) “– Eu aceitei e acho que acertei, porque depois percebi que não ia gostar de Direito, não” (Caros Amigos, Nº 4, 04/1997)

Em manchetes encontra-se:

- (2) “Maria Rodrigues, a líder

Ela não é fraca não” (Título reportagem Caros Amigos, Nº 4 de 06/1997)

Ainda em textos narrativos de revistas e jornais, encontra-se:

- (3) “Deu tudo errado, ou melhor, não deu certo nem errado, deu no que tinha que dar: namoradas para João Acácio não surgiram não, e ele ... foi morto na noite de 2ª feira 5 porque...” (Revista IstoÉ, Nº 1476, 01/1998)

Retomando novamente a Tabela 1, ao se comparar somente o grupo dos idosos, vê-se que a diferença entre os não-afro e os afro analfabetos, na realização da *variante inovadora*, apresenta um pequeno índice de diferença (idoso analfabeto não-afro .63 e afro .58), o que não é quantitativamente significativo. O mesmo se observa entre os de segundo grau completo (idoso com segundo grau não-afro .35 e afro .33). Em todos os dois casos, a pequena diferença na probabilidade de realização da *variante inovadora* não favorece a etnia afro.

É possível concluir que essa *variante* tenha-se originado entre os falantes analfabetos, o que fica claro no Gráfico 1, a seguir:



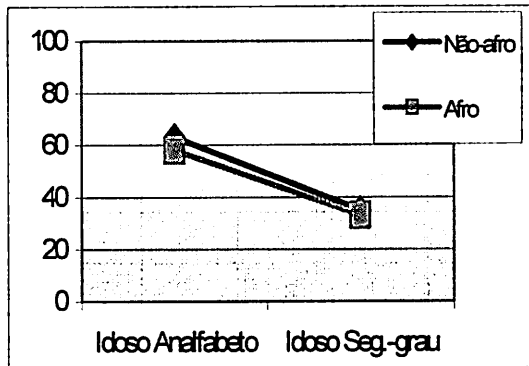


Gráfico 1 – Distribuição da *variante inovadora*, em relação aos informantes idosos, considerando a escolaridade e a etnia

Por não haver diferença significativa entre o grupo dos afro e dos não-afro, pode-se concluir que nossos resultados não corroboram hipótese presente na literatura de que a construção [Não V Não] seria uma contribuição dos escravos africanos ao Português. Se essa construção tivesse tal origem, era de se esperar que os idosos de descendência afro apresentassem uma frequência de uso superior àquela dos não-afro. Tal previsão, no entanto, não se confirmou.

Para confirmar os resultados acima, foi então realizado um estudo de uma comunidade isolada: Pombal (MG), a fim de se verificar se essa comunidade, por ser isolada, refletiria, em hipótese, um estágio anterior ao observado em Mariana.

No corpus de entrevistas realizadas na localidade de Pombal, computou-se um total de 692 construções negativas, sendo 201 da variante [Não V Não], representado 29% do corpus, uma proporção bastante expressiva.

Em Pombal só foram encontrados informantes analfabetos e de descendência afro-brasileira. Por essa razão, foi feito um recorte no corpus de Mariana, de modo a se obter homogeneidade nas amostras. Os resultados da comparação dos dois corpora serão apresentados na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 – Distribuição da *variante inovadora* nas comunidades de Mariana e Pombal, na fala de informantes afro-brasileiros e analfabetos

[ NÃO V NÃO]	MARIANA			POMBAL		
	Nº	%	Prob.	Nº	%	Prob.
<b>Idoso</b>	41	19	.58	46	24	.40
<b>Mediano</b>	78	35	.69	73	32	.49
<b>Jovem</b>	60	32	.58	82	42	.60

O Gráfico 2, a seguir, permite a visualização do perfil da *variante inovadora* nas duas comunidades, utilizando-se o peso relativo:

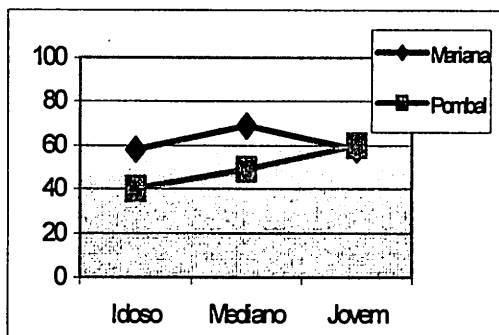


Gráfico 2 – Distribuição da *variante inovadora* nas comunidades de Mariana e Pombal, na fala de informantes afro-brasileiros e analfabetos

Os dados quantitativos mostram, surpreendentemente, que a mudança no estágio T1, no tempo aparente, está menos avançada em Pombal do que em Mariana. Confirma-se, assim, que não são os afro-brasileiros os implementadores da mudança.

Como se sabe, a comprovação de resultados obtidos através de análise no tempo aparente deve ser realizada através de investigação no tempo real. Por isso foi feito um estudo em textos de peças de teatro de séculos passados, a fim de que se pudessem obter evidências em relação ao momento em que essa mudança se iniciou. Os textos

escolhidos foram peças de autores mineiros, quase todas nos manuscritos, mais os diálogos de um diário, dos séc. XIX e XX.<sup>3</sup>

A distribuição das ocorrências, em relação ao período de tempo em que foram escritas, pode ser visualizada na Tabela 3. Estão apresentadas, pela ordem, o grupo das peças que se situa no período de tempo mais antigo T1 (1ª metade do XIX), o grupo seguinte T2 (2ª metade do XIX), T3 (1ª metade do XX) e o grupo das peças contemporâneas T4 (2ª metade do XX). Em um total de 1943 dados, a *variante inovadora* representa apenas 2%.

Tabela 3 – Distribuição das variantes [Não V] e [Não V Não] de acordo com o tempo.

Estratégia	T1			T2			T3			T4		
	Nº	%	Prob.	Nº	%	Prob.	Nº	%	Prob.	Nº	%	Prob.
[NãoVNão]	1	0,2	.12	13	2,6	.63	12	2	.61	19	5	.76
[Não V]	449	92	.70	417	82	.44	448	85	.47	328	78	.37

A tabela parece mostrar que, à medida em que nas peças deixa-se de usar a [Não V], a *negativa canônica*, passa-se a usar a *variante inovadora*.

O Gráfico 3, a seguir, permite a visualização do perfil dessas duas estratégias, usando o peso relativo:

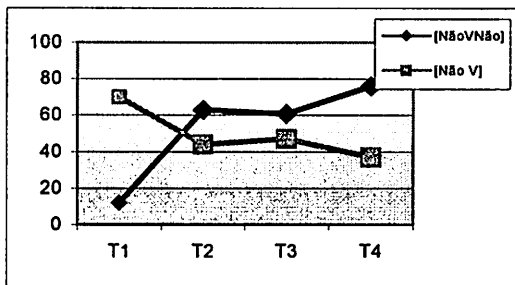


Gráfico 3 – Distribuição das variantes *inovadora* e *canônica*, em relação ao tempo

<sup>3</sup> Autores utilizadas: Martins Pena (único autor não-mineiro analisado), S.Resende, Paiva, Helena Morley, Luiz de Oliveria, Américo Werneck, Tancredo Braga, D.A.Ferreira e Block e D'Ângelo.

O gráfico permite situar o surgimento da *variante inovadora* na 1ª metade do XIX. Seu perfil confirma tratar-se de uma mudança em progresso.

Por que teria ocorrido essa mudança nesse momento e não em outro? Para se responder a essa questão é necessário considerar fatores internos e externos. Um fator lingüístico de suma importância foi a presença do pronome de tratamento *senhor* nos diálogos.

A investigação das peças de teatro do século XIX e 1ª metade do XX mostra uma presença significativa de respostas contendo a expressão *não senhor*, sejam elas curtas ou mais longas:

(4) “Depois não é, **não senhor**” (T1 - 1ª metade do XIX)

(5) “Não acho nada barato, **não senhor**. (T3 - 1ª metade do XX)

Tais construções denotam formalidade na fala, ou melhor, uma marca de tratamento não íntimo (cf. Faraco, 1996: 67).

É possível que os brasileiros, em um primeiro momento, tenham adotado tal expressão para se dirigirem ou ao senhor, ao patrão, enfim, ao “superior” em sinal de respeito e talvez submissão. Com o passar do tempo essa expressão foi sendo usada por todos em geral.

Na 2ª metade do século XIX verificou-se uma diminuição<sup>4</sup> no uso do item *senhor* nas peças investigadas, tanto em expressões como *não senhor*, como também nos casos em que o vocábulo vinha acompanhado do pronome *meu*, como em *minha senhora*. No século XX, já são raros os casos em que esse item aparece. No entanto, o *não* que o acompanhava permanece, mas não mais fora da estrutura frasal.

Segundo Said Ali (1976: 98), na expressão “*não, senhor*” pronunciava-se o *não* e, depois, “separadamente e descaindo o tom da voz, vinha o termo *senhor*”. Em época posterior, segundo o mesmo autor, “soam unidamente *simsenhor, nãosenhor* como qualquer trissílabo oxítono”. A separação das palavras e a colocação da vírgula ocorrem, segundo o autor, porque “a mão que escreve dá tempo ao espírito para refletir, por isso decompõe e virgula”. Para quem fala e quem ouve, *senhor* desempenha papel de sufixo de polidez. Para Said Ali, essa expressão é usada por pessoas educadas para tratar com aqueles a que têm por costume dar o familiar *tu* ou *você*.”

<sup>4</sup> Silva (1999) apresenta para o uso de *senhor* no período de 1845-1945 o índice de 15%, contrapondo-o ao mesmo uso no período de 1957-1992, com o índice de 5%.

Do ponto de vista gramatical, esse processo pode ser interpretado como *gramaticalização*.<sup>5</sup> Um item independente teria passado a fazer parte da estrutura da oração.

É possível que a afirmação de Said Ali de que *senhor* desempenha o papel de sufixo de polidez descreva uma alteração manifestada fonologicamente na produção da expressão, tornando-a mais neutra, perdendo possivelmente a força de uma expressão puramente negativa. Essa alteração pode ter funcionado como uma pressão gramatical responsável pelo início da mudança.

## 2. Da transição

Tratar a questão da *transição* é mostrar o percurso através do qual cada mudança se realiza no sistema social e lingüístico. Na seção I, tratamos do sistema social. Aqui trataremos do sistema lingüístico.

Na seção anterior, argumentamos em favor de que o segundo *não* não fazia parte da oração, em expressões como “*não senhor*” no final de frases e, posteriormente, após a perda do *senhor*, o item *não* se gramaticalizou, passando a fazer parte da estrutura oracional. Para se traçar seu percurso é preciso considerar que as alterações sofridas não interferiram na comunicação entre os membros da comunidade de fala.

O fator presença/ausência de vírgula antes do segundo *não* na *variante inovadora* constitui nosso indicador nesse percurso. É costume assumir que a presença da vírgula implica a presença da marcação da pausa, embora saibamos que a correlação entre as duas marcações não necessariamente se efetiva na realidade. A correlação mais apropriada é entre a presença de vírgula e marcação do limite sintático (Rosa, 1994). Assim sendo, a presença da vírgula antes do segundo *não* está sendo interpretada aqui como indicação de que esse item ainda não faz parte da oração.

Em um total de 45 construções [Não V Não], 20 foram marcadas com a vírgula na escrita, o que representa 44,4 %. Algumas ocorrências encontram-se a seguir:

---

<sup>5</sup> Em outras palavras, na *Gramaticalização* um item lexical teria entrado na sentença para exercer uma função gramatical (Hopper & Traugott, 1993:xv) e, uma vez ali, teria desencadeado novos processos como, por exemplo, o enfraquecimento do primeiro *não*, o que resulta em sua cliticização.

- (6) “Depois não é, **não senhor**” (T1 - 1ª metade do XIX)
- (7) “Padre Augusto não veio por caridade, **não, vovó...**” (T2 - 2ª metade XIX)
- (8) “Não quero que ela se interesse por mim **não, vovó.**” (T2 - 2ª metade XIX)
- (9) “Não vou lá **não.**” (T3 - 1ª metade do XX)
- (10) “Não acho nada barato, **não senhor.**” (T3 - 1ª metade do XX)
- (11) “Não me queira mal, **não**” (T4 - 2ª metade XX)
- (12) “Aqui em Ibiriti não tem desse negócio de arte **não senhor**” (T4 - 2ª metade do XX)

A distribuição da presença da vírgula em relação aos períodos de tempo considerados aparece no Gráfico 4, a seguir:

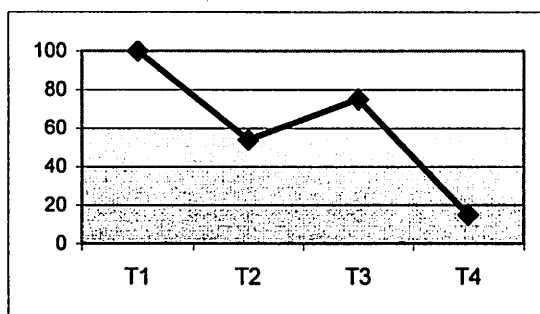


Gráfico 4 – Distribuição da presença da vírgula depois do segundo *não* da *variante inovadora*, em relação ao tempo.

Os dados mostram que no período de tempo T1 o uso da vírgula foi de 1/1 (100%). Em T2 houve uma diminuição no uso da vírgula 7/13 (53,8%), enquanto em T3 ocorreu uma pequena elevação, qual seja, 9/12 (75%). No entanto, em T4 (2ª metade do XX) houve uma diminuição significativa no uso da vírgula: em um total de 19 dados, apenas três apresentaram a vírgula, o que representa 15%.

Comparando o processo descrito por Said Ali (1976: 98), exemplificado em (a), os dados colhidos no corpus, exemplificados em (b) e o perfil apresentado no Gráfico 4, é possível propor o seguinte conjunto de etapas para o processo de mudança:

1ª etapa ⇒ a expressão **não senhor** ocorre separada por vírgulas da oração, contendo também uma vírgula entre o item **não** e a palavra **senhor**. O **não** constitui um enunciado completo, seguido do vocativo **senhor**.

13) a. “*Não, senhor.*” (Said Ali, 1976: 98)

b. Não quis matar ele, **não, senhora**. (2ª metade XX)

2ª etapa ⇒ a resposta é longa e a seqüência [não + vocativo] se une à sentença, ainda mantendo a vírgula.

14) a. “*Nãosenhor*” (Said Ali, 1976: 98)

b. Pois não é, **não senhor**. (1ª metade XIX)

3ª etapa ⇒ Cai o sufixo de polidez, ficando apenas o **não**.

15) b. Num vou, **não**. (1ª metade XX)

4ª etapa ⇒ Ao perder o sufixo de polidez, que segundo Said Ali, era “a sua parte tônica”, o **não** torna-se mais leve, não podendo mais ser um enunciado isolado. Ele, então, se incorpora à sentença, passando a funcionar como um caso de concordância negativa.<sup>6</sup>

16) b. **Não** foi revoltoso **não**. (2ª metade XX).

O levantamento de dados realizado para a presente análise permitiu testar quantitativamente a hipótese de Said Ali (1976), mostrando ser a mesma adequada para a descrição do processo.

### 3. Conclusão

Nesse artigo, apresentei um estudo variacionista que envolve a construção [**Não V Não**], com o objetivo de tratar a sua *implementação e transição*.

Mostrei que, considerando o tempo aparente, a mudança ocorreu de baixo para cima na escala social, uma vez que teve início entre os analfabetos e atingiu o grupo com segundo grau completo. Portanto,

---

<sup>6</sup> Entende-se por Concordância Negativa, de acordo com Haegeman (1995:116), construções com a presença de mais de um elemento negativo em uma frase, que juntos, expressam uma única negação.

com relação à etnia, os dados não favoreceram os afro-brasileiros, não corroborando, assim, a hipótese do contato.

Mostrei também que a análise em tempo real permitiu confirmar que se trata de uma mudança em progresso, cuja *variante inovadora* surgiu na 1ª metade do século XIX.

A hipótese de mudança proposta de que o segundo *não* não fazia parte da oração, em expressão como “*não senhor*” no final da frase e, após a perda do *senhor*, o item *não* se gramaticalizou, passando a fazer parte da oração, teve o seu percurso mostrado através do indicador: presença/ausência de vírgula antes do segundo *não* na *variante inovadora*. Considerando a perda do item *senhor* no corpus analisado e quantificando a presença/ausência da vírgula, foi possível propor etapas para a *transição*, no âmbito lingüístico, desse processo de mudança.

## Bibliografia

### I - Corpora

BLOCH, J.; DÂNGELO, J. *Oh! Oh! Oh! Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1967. p. 90

BRAGA, T. Terra Ideal, 1915. (Manuscrito Acervo do Clube Teatral A. Azevedo – Biblioteca da FUNREI)

FERREIRA, D. A. *Mas podem me chamar de Woody Allen*. Belo Horizonte: Ed. Santa Edwiges, 1989. p. 80.

Morley, H. *Minha vida de menina*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1942. p. 271.

OLIVEIRA, L.de. *Scenarios*. Juiz de Fora: Typographia Gutenberg J. Ribeiro, 1917.

PAIVA, M. de. A onça, 1897. (Manuscrito do acervo do Clube Teatral A. Azevedo – Biblioteca da FUNREI)

PENA, M. *Comédias de Martins Pena*. Ediouro. Ed. TecnoPrint, s/d. (Ed. crítica Darcy Damasceno). p. 394.

RESENDE, S. N. C. *A Virgem Martyr de Santarem*, 1870. (Manuscrito Acervo do Clube Teatral A. Azevedo – Biblioteca da FUNREI)

WERNECK, A. *Lucrecia*. Cidade de Minas Gerais: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1900. p. 104.



## II - Referências Bibliográficas

- ALKMIM, M.G.R. de. Sobre a origem da dupla negativa no Português do Brasil. Trabalho apresentado na Semana de Letras da UFMG, 1998. (Mimeo).
- \_\_\_\_\_. Ação de dois fenômenos no processo de mudança em negativas sentenciais do dialeto mineiro. In: *Anais do II Congresso Nacional da ABRALIN*, Florianópolis, 1999.
- AMARAL, A. *O dialeto caipira*. São Paulo: Ed. Anhembi, 1955.
- ARAGÃO, M.do S. S. de. A presença africana nos falares nordestinos. In: *Confluência* 12. Rio de Janeiro, p. 87-100, 1996.
- BAXTER, A. M. O português vernáculo do Brasil. In: *América Negra: panorâmica actual de los estudios lingüísticos sobre variedades hispanas, portuguesa y criollas*. Frankfurt: Vervuert, 1998. p.72-137.
- BAXTER, A. M.; LUCHESI, D. A relevância dos processos de pidginização e crioulição na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos Lingüísticos e Literários*, Univ. da Bahia, n. 19, p. 65-83, 1997.
- CENSO Demográfico do IBGE, 1991.
- FARACO, C. A. O tratamento você em português. *Fragmenta* 13, Ed. da UFPR, p. 51-82, 1996.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. Gramaticalização dos mecanismos de negação em Natal. In: MARTELOTTA; VOTRE; CEZÁRIO (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Bras., 1996. p. 167-189.
- HAEGEMAN, L. *The Syntax of Negation*. Cambridge University Press , 1995. p.335.
- HOLM, J. Popular Brazilian Portuguese: a semi-creole. *Actas do Colóquio sobre "Crioulos de base lexical portuguesa"*. D'ANDRADE, E.; KIHM, A. (Eds.). Lisboa: Colibri, 1992. p. 37-66.
- HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- KOTZÉ, E. F. Ethnicity. In: ASHER, R. E. *The Encyclopedie of Language and Linguistics*. Pergamon Press, 1994.

NUNES, J. J. *Gramática histórica do português*. 3. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1935. p. 475.

ROSA, M. C. A. P. *Pontuação e sintaxe em impressos portugueses renascentistas*. 1994. Tese (Doutorado) - Rio de Janeiro. p 263.

SAID ALI, M. *Dificuldades da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1976.

SALLES FILHO, A. *A negação em Vila dos Confins*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

SILVA, V. L. P. P. da. *Cartas cariocas: A variação do sujeito na escrita informal*. 1988. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p. 330.

# A variação lingüística eles/es e a indeterminação de sujeito\*

Lucas Teles Corrêa

## Introdução

Este trabalho pretende fazer um estudo sobre o uso das formas plenas (FP) e formas reduzidas (FR) dos pronomes de terceira pessoa, no singular e no plural, no masculino e no feminino.

Numa observação superficial do dialeto da capital mineira, constata-se o uso das formas plenas e reduzidas (FP e FR) pronominais, conforme se verifica abaixo (letras e números em parênteses indicam a entrevista de onde foi retirada a citação):

- (1) a. *e **el** falou que eu não podia mais dar aula* (E5)  
b. *e **ele** falou que eu não podia mais dar aula.*
- (2) a. *o albergue 'tava lotado, **eis** não registravam mais ninguém* (E2)  
b. *o albergue 'tava lotado, **eles** não registravam mais ninguém.*
- (3) a. *se não fosse eu, **éa** tinha matado a colega* (E9)  
b. *se não fosse eu, **ela** tinha matado a colega.*

---

\* Este texto constitui uma parte de minha dissertação de mestrado, intitulada *A Forma Clítica de Pronome Pessoal no Dialeto Mineiro: uma variante sociolingüística*, defendida na UFMG em 1998, orientada pela Profa. Dra. Jânia M. Ramos.

A justificativa deste trabalho deve-se ao fato de não haver eu encontrado nenhum estudo sobre o uso de pronomes na linguagem falada, a partir da teoria da variação, embora gramáticos e filologistas tenham feito referência ao uso de tais formas reduzidas, conforme se verá a seguir. Por constituírem duas formas de se dizer a mesma coisa e por serem variantes freqüentes em situações de linguagem informal (Labov, 1972a), estas formas foram tratadas aqui como variantes sociolingüísticas.

Assim, observada a variação existente, procurei correlacionar língua e sociedade, explicitando aspectos sintáticos e fonológicos.

As formas reduzidas de pronomes de 3ª pessoa, principalmente no masculino plural, constituem o aspecto mais relevante deste trabalho, por configurarem nova estratégia de indeterminação do sujeito.

## 1. Realizações dos pronomes pessoais de terceira pessoa

Analisando-se os dados do dialeto mineiro, coletados em 27 entrevistas realizadas na capital, verifica-se a alternância entre a FP (forma plena) e a FR (forma reduzida) dos pronomes de terceira pessoa, correspondendo, respectivamente, a **ele/eis**, **ela(s)éa(s)**, como em (1), (2) e (3) acima, o que configura uma variante.

As formas pronominais reduzidas, acrescentando-se que tais FRs apresentam comportamento clítico, ao contrário das FPs, conforme se verá a seguir.

Embora tais FRs se apresentem na posição de sujeito e objeto, sua freqüência é maior na posição de sujeito. Por isso, o fenômeno em estudo aqui parece estar associado à tendência de preenchimento da posição de sujeito (Tarallo, 1983 e Duarte, 1995).

Conforme ressaltado na Introdução, não foram encontrados trabalhos variacionistas sobre o comportamento clítico das formas reduzidas de terceira pessoa. Seguem abaixo, alguns trabalhos que fazem referência à existência dessas formas.

Cardoso (1989), ao estudar o crioulo da Ilha de São Nicolau de Cabo Verde, constatou a ocorrência da forma reduzida *el*. Queiroz (1984), em "A Língua do Negro da Costa", ao estudar o léxico de um remanescente de língua africana em Bom Despacho, transcreve o pronome de terceira pessoa: *ê*s. No entanto, esta forma reduzida não é comentada pela autora.

Entre os filólogos igualmente ocorrências de formas reduzidas são apresentadas. Nunes (1951: 235) afirma que no latim vulgar empregava-se de preferência *ille* “que se acha representado em Português por *ele* e *el*, que divergem entre si apenas em o primeiro conservar o *e* final que, no segundo, ainda em uso no povo, que lhe dá para plural *eis*, caiu, devido à próclise...” ( p. 235).

Coutinho (1954: 255), ao referir-se à terceira pessoa pronominal, afirma que “no antigo Português e na língua popular de além-mar aparece a forma apocopada *el*”.

Vasconcelos (1959: 49) afirma que “na língua popular os pronomes tomam outras formas: *el*, plural *eis*, *le*, *lhe*...”

Estes três filólogos classificam como formas não padrão as FRs reduzidas pronominais, empregando expressões que denotam seu uso pelo povo.

Além destes, Mattos e Silva (1989: 220) afirma que a forma apocopada *el* “ultrapassa de muito a forma *ele*” no Português Arcaico. Para a autora, a forma reduzida pronominal não tinha comportamento clítico, pois *el* “tem posição acentuada na frase” (p. 221).

Como se pode verificar, o fenômeno FR dos pronomes de terceira pessoa não é novo na Língua Portuguesa, permitindo supor tratar-se de variação estável. Houve, sim, mudança no estatuto morfológico de *el*: no Português Antigo não era clítico, e hoje teria passado a sê-lo.

Antes de analisar os dados, discutirei três conceitos fundamentais para sua interpretação: (i) o estatuto de clítico; (ii) empobrecimento das flexões verbais e (iii) duplos sujeitos.

## **2. Em busca da identificação do estatuto morfo-fonológico das variantes**

Nesta seção, procuro definir as partículas clíticas, apontando critérios de reconhecimento de clíticos. Em seguida procuro identificar uma nova alternativa para indeterminação do sujeito, tendo em vista o empobrecimento das flexões verbais e tendência de preenchimento da posição de sujeito. Finalmente, discuto a questão de DS (duplos sujeitos), procurando correlacionar DS e FRs.

## 2.1. Partículas clíticas

Conforme Hopper & Traugott (1993), o termo clítico transmite idéia de inclinar: “clítico é uma forma que se inclina em direção a outra”.

Para Richards et alii (1995: 54) “clítico é uma forma gramatical que não pode permanecer isolada em um enunciado. Necessita ocorrer simultaneamente com outra forma que a preceda ou se lhe siga”.

Outras conceituações de clíticos consideram-nos como “tendo dependência fonológica (Nespor & Vogel, 1986), ou variantes “opcionais de uma forma plena” (Zwicky & Pullum, 1983).

Os clíticos podem dividir-se em simples e especiais: os primeiros ocorrem em “posições onde a forma plena poderia ocorrer” (Hopper & Traugott, op. cit), enquanto os segundos ocorrem numa posição onde “a forma plena equivalente usualmente não ocorre” (idem). Zwicky considera ainda as palavras ligadas: “elementos semelhantes a clítico que não têm formas plenas correspondentes” (in: Fontana, 1993: 24).

Com relação à posição na frase, os clíticos podem ser proclíticos, ocupando a primeira posição com relação a seu hospedeiro (*hosp*), ou enclíticos, ocupando a segunda posição com relação ao mesmo *hosp*.

Zwicky & Pullum (op.cit) propõem alguns critérios para se distinguir entre clíticos e afixos flexionais: (a) clíticos exibem baixo grau de seleção com relação a seu *hosp*; (b) ausência de *gaps* entre cl-*hosp*; (c) clíticos não apresentam idiossincrasias morfológicas; (d) igualmente clíticos não apresentam idiossincrasias semânticas.

Além destes critérios, Zwicky (1985) propõe testes para identificação de um clítico. Os testes propostos são de dois tipos: *fonológicos e sintáticos*. Os testes fonológicos são: (a) o clítico forma com uma palavra independente uma unidade fonológica; (b) acentuais, os clíticos são acentuadamente dependentes e (c) observação de similaridades entre clíticos e afixos inflexionais. Através destes testes, é possível verificar se um elemento comporta-se como clítico ou palavra.

Os testes *sintáticos* propostos por Zwicky (op.cit) são três: (i) apagamento; (ii) substituição e (iii) movimento. A observação final do autor considera que em caso de dúvida se um constituinte qualquer seja clítico ou palavra, admitir que seja palavra.

Kayne (1975) igualmente propõe alguns testes em Francês: (a) nada pode estar entre clítico e verbo; (b) os sujeitos clíticos não podem ser modificados; (c) sujeitos clíticos não podem estar unidos por conjunção e (d) sujeitos clíticos não podem estar topicalizados.

Submetidos aos testes acima, as formas reduzidas dos pronomes apresentaram o seguinte comportamento: a) nada interfere entre V e as variantes, exceto a partícula negativa *não*. b) não ocorre conjunção no sujeito clítico; (c) não topicalização dos clíticos; (d) comportamento fonético diferenciado das formas reduzidas; (e) as formas clíticas não são passíveis de apagamento e movimento, conforme se vê abaixo:

(4) *ês acham que todas as mulheres* (E2)

(5) *é só ês mandá funcionário* (9)

(6) *os outros cara, eis num tinha competência* (E46)

Como se verifica em (4), (5) e (6) acima, o único elemento permitido entre Clítico e verbo é a partícula negativa, que também tem comportamento clítico.

A partir dos testes propostos por Zwicky & Pullum (op.cit) e Kayne (op. cit), chega-se à conclusão que as formas reduzidas tem comportamento clítico.

## 2.2. Sujeito Indeterminado

Conforme as gramáticas tradicionais brasileiras, são vários os recursos para indeterminação do sujeito: (a) uso de *se* e verbo ativo na terceira pessoa do singular; (b) verbo na terceira pessoa do plural, sem sujeito gramatical expreso; (c) construções com pronomes indefinidos; (d) uso de *a gente* mais verbo na terceira pessoa do singular; (e) construções com infinitivo impessoal

Além destes recursos, outros não referidos pelas gramáticas estão igualmente em uso, tanto na linguagem falada como na escrita: uso de *você, nós e eu* e categoria vazia de terceira pessoa do singular, e uso de *eles* + verbo (Kato e Tarallo, 1986).

O uso da forma reduzida pronominal para indeterminação do sujeito é, a meu ver, consequência direta deste último recurso. Veja-se o exemplo a seguir:

(7) *a classe mais baixa tem ações, mas ês procura mais a DP*  
(E49)

Parece que o empobrecimento da flexão verbal faz com que o falante use o verbo *procurar* no singular, embora com sujeito no plural, forçando o preenchimento do sujeito (cf. Galves, 1993 e Duarte, 1995).

Além deste fenômeno, observa-se igualmente a retomada do referente anterior, através de forma pronominal reduzida, retomada esta que não concorda em número com o NP antecedente. O mesmo ocorre em (8) abaixo:

(8) *criança hoje mora em apartamento, eis num tem condições de (E5)*

Evidencia-se aqui a tendência de evitar um *pro* marcado com 3ª pessoa singular, de referência [+genérica] e, portando, indeterminada.

### 2.3. Duplo sujeito

Os duplos sujeitos (DS) são motivados pela necessidade de se marcar o sujeito como tópico, dando-lhe ênfase e contraste. Pontes (1987) considera DS como anacolutos:

(9) *e o almoço, eu volto mais cedo* (exemplo de Pontes: p. 98)

Duarte (1995), aprofundando a discussão de Pontes (op.cit), afirma que “o aparecimento de tais construções (DS) não constitui mudança acidental, sendo consequência da mudança na representação do sujeito nominal”. Esta mudança, segundo Tarallo (1983), iniciou-se em fins do século passado, sendo característica de línguas *pro-drop*. A ordem canônica dos constituintes segue o modelo SVO.

Em Espanhol e Italiano, construções com DS são características da língua falada. No Francês, ao contrário, há retomada de sujeitos nominais e pronominais tônicos por um pronome clítico, mesmo na escrita.

Em Português (PB), topicalização do SN levam ao uso de correferente pronominal. Vejam-se os exemplos abaixo:

(10) *A professora de Matemática, ela chamava Dona F (E4)*

(11) *O desemprego ele pode causar diversas coisas (E4)*

Tal como observado anteriormente a respeito de indeterminação do sujeito, também aqui ocorrem casos de concordância variável entre SN e pronome:

(12) *acabamos com a alegria do pessoal, êis num aceitaram (E21)*

Os diversos enunciados presentes no corpus analisado podem ser classificados como: (i) concordância ou não entre SN e pronome



e (ii) existência ou não de elemento interveniente entre SN e pronome correferente. As diversas construções podem ser resumidas:

A. Pronome concorda com SN anterior:

- a) sem elemento interveniente: com e sem acento contrastivo;
- b) com elemento interveniente: oração completa e fragmento de oração.

B. Pronome não concorda com SN anterior:

- a) com elemento interveniente: oração completa e fragmento de oração;
- b) sem elemento interveniente.

Merece destaque a construção descrita em B: sendo o antecedente constituído de SN genérico, a concordância se faz semanticamente, ao invés de gramaticalmente. Veja-se o exemplo (13), a seguir:

(13) *tem a turma que você fica rezando pra ês te chamá pra dançá* (E18).

Em conclusão, pode-se afirmar que: (a) a FR variante adquire estatutos de clítico; (b) o recurso de indeterminação de sujeito através da FR pronominal é bastante freqüente na fala e (c) construções com DE (deslocamento à esquerda), comuns ao Francês e Português, adquirem um estatuto especial no PB, tendo em vista os casos em que não ocorre concordância entre o pronome e seu antecedente.

### 3. A análise quantitativa

Antes de se proceder à análise quantitativa, discuto alguns conceitos sociolingüísticos.

Conforme Labov (1972a), o aparente caos observado na linguagem pode ser sistematizado após observação minuciosa de diversas situações de fala. A partir deste ponto de vista, uma análise quer feita no tempo real, quer no tempo aparente, permite verificar mudanças ocorridas na língua.

Cinco diferentes problemas conectam-se com a mudança lingüística (Labov, op. cit): *fatores restritivos* (conjunto de possíveis mudanças e possíveis condições para mudanças que ocorrem em uma estrutura de um determinado tipo), *encaixamento* (como as mudanças encaixam-se na matriz de concomitantes lingüísticos e

extralinguísticos das formas em questão), *avaliação* (efeitos na estrutura lingüística, na comunicação e nos fatores não representacionais da fala), *transição* (estágios intermediários observáveis entre duas formas lingüísticas de uma comunidade em diferentes momentos) e *implementação* (fatores responsáveis pela implementação de mudanças).

A teoria variacionista procura a interrelação entre língua e sociedade, buscando sistematizar a variação própria da língua falada. Os chamados “desvios” gramaticais constituem principal objetivo da teoria da variação. A variação observada na fala dos indivíduos pode estar condicionada por traços sociais e/ou lingüísticos.

### **3.1. A amostra**

O corpus que serviu de base à análise é constituído por 1359 dados, coletados em 27 entrevistas com informantes naturais da capital mineira, ou nela residentes há mais de 20 anos. Parte das entrevistas (17) pertence ao Projeto de Estudo da Fala de Minas Gerais, e foram feitas por alunos de graduação da FALE, orientados pela Profa Jânia Ramos. As 10 restantes foram realizadas por mim, sendo 5 coletadas na favela Vila Maria e 5 realizadas com diversas pessoas da capital, observados os critérios pré-estabelecidos.

O corpus contém 3 informantes para cada nível escolar e 3 informantes para cada faixa etária (jovens, medianos e velhos).

A fim de contrapor fala espontânea e fala cuidada, foram analisadas 19 gravações (104 enunciados) de programas diversos da mídia, igualmente de Belo Horizonte.

Foi escolhida a capital mineira e não uma micro região de Minas porque para a metrópole convergem pessoas de diversas partes do Estado. A cidade conta com moderna infra-estrutura que caracteriza uma metrópole do sec. XX, com mais de dois milhões de habitantes trabalhando em indústrias, metalurgia, transportes, perfumaria, têxteis, vestuários, bebidas etc.

### **3.2. Critérios para seleção de dados**

Foram observadas apenas as ocorrências onde o pronome de 3ª pessoa simples estivesse presente, não sendo consideradas as contrações, sendo excluídas também as ocorrências que, por razões de natureza fonológica, justapõem dois sons iguais, como em (14) abaixo:

(14) *pois ele é um só [êlé]* (E 10)

O Pacote Varbrul, versão 1988, tradução e adaptação de Pinto, Fiorett (1992) e Scherre (1988) permitiu a análise dos dados.

### 3.3. Fatores externos e internos

Os fatores externos considerados foram: faixa etária, (três faixas) e escolaridade (três níveis).

Os fatores internos foram: a) morfo-sintáticos (gênero e número); b) função sintática (sujeito, objeto, outros); c) fonológicos (ambiente subsequente à forma pronominal) e d) semânticos (sujeito ± determinado). Além destes, foi considerado o fator estilo: mídia x fala espontânea.

### 3.4. Resultados da análise

Considero inicialmente os fatores externos, e a seguir os fatores internos.

#### 3.4.1. Fatores externos

A tabela 1 apresenta-nos os resultados a distribuição das FRs conforme o grau de escolaridade:

Tabela 1 - Distribuição das FR conforme escolaridade

	N	%	Prob.
I grau	168/488	34	.57
II grau	128/450	28	.54
superior	111/421	26	.37

Observando-se a tabela acima, verifica-se que a probabilidade de uso de FRs concentra-se entre falantes de I grau; os de nível superior detêm menor índice: isto está em consonância com a avaliação dos filólogos, que relacionam FR à fala popular. Igualmente pode-se verificar a grande distância entre falantes dos dois níveis extremos.

Os falantes foram divididos em três faixas etárias: jovens (14-24 a); medianos (25-45 a) e velhos (acima de 45 a). Os resultados do uso de formas reduzidas estão na tabela 2 a seguir:

Tabela 2 - Distribuição das FR conforme faixa etária

	N	%	Prob
velhos	117/353	33	.57
medianos	131/488	27	.44
jovens	159/518	31	.50

Pela observação da tabela 2, verifica-se que a distância entre os extremos não é tão acentuada. Por outro lado, verifica-se cuidado maior na fala entre os medianos, fenômeno que pode ser interpretado como hipercorreção (cf. Milroy, 1992: 129 e Chambers, 1995: 188).

### 3.4.2. Fatores Internos

O primeiro fator interno estudado, número, não é quantitativamente significativo, pois a diferença probabilística entre singular e plural é de apenas .03. Entretanto, análise qualitativa permite dados importantes, levando-se em conta incidência alta de uso de pronomes (FR e FP) no plural e respectivo V no singular. Tais construções parecem resultar do “enfraquecimento de um paradigma que chega a permitir a desinência zero em (quase) todas as pessoas” (Duarte, 1995: 51). Esta tendência é maior entre falantes de I grau. Tal fato, aliado a construções Splural + V sing levam ao estudo do gênero.

O comportamento de FR no gênero masculino é dado pela tabela 3 abaixo.

Tabela 3 - Distribuição da FR do pron. pessoal conforme gênero

	N	%	P
masculino	368/917	40	.66
feminino	39/442	9	.20

Ao contrário do feminino, o gênero masculino favorece as formas reduzidas. Considerando-se que nem sempre há concordância entre pronome e SN anterior (“A polícia não dava sossego, cê tava andando na rua êz te parava), e verificando-se o grande incidência de formas reduzidas no masculino, começa a delinear-se o quadro de indeterminação de sujeito, através do uso do pronome de 3ª pessoa.

Enquanto no feminino o uso de FRs é pequeno (33/338 e 6/33, respectivamente, singular e plural), no masculino tais formas apresentam-se de forma diferente. A tabela 4 apresenta os resultados.

Tabela 4 - Distribuição das formas reduzidas pronominais:  
masculino/sujeito

	N	%	P
singular	192/514	37	.48
plural	144/277	52	.53
determ	236/629	38	.45
indeterm	100/162	62	.67

As ocorrências no plural de FRs apresentam-se com índices levemente mais elevados, comparadas às formas no singular. As ocorrências com indeterminação atingem índices quantitativamente significativos.

Conforme se verifica pela tabela acima, a probabilidade de ocorrência de sujeito [+indeterminado] é bastante alta (.67), se comparada com os casos de sujeito [-indeterminado]: há uma tendência de o falante usar a FR quando se trata de indeterminação do sujeito.

Considerando-se que as formas pronominais apresentam alto percentual e probabilidade na função *sujeito* (52% e .52), verifica-se mais uma vez a tendência de preenchimento dessa posição, apresentando um perfil de mudança as FRs que se constituem em casos de indeterminação.

### 3.4.3. Divisão por 5 faixas etárias

A fim de confirmar a existência ou não de mudança em progresso, foi feita nova divisão de faixas etárias: em vez de três, cinco divisões, submetidas a novas rodadas do programa Varbrul, conforme função sintática, número, gênero e grau de indeterminação do sujeito.

O estudo comparativo destes diversos aspectos mostrou variação estável.

Uma análise qualitativa dos casos de indeterminação permitiu chegar aos seguintes resultados:

Tabela 5 - distribuição das FRs (sujeito) no masculino, plural, indeterminado

faixa etária	N	%	P
5	10/13	77	.42
4	17/34	50	.40
3	18/40	45	.41
2	13/29	45	.42
1	37/45	82	.71

Observa-se pela tabela 5 que os dados de probabilidade dos mais jovens (faixa etária 1) apresentam índice bastante alto, comparados com os dados das 4 primeiras faixas etárias, que se apresentam estáveis. Configura-se, desta forma, algo que poderá vir a ser o locus de uma possível mudança lingüística.

#### 3.4.4. Ambiente fonológico

Com relação ao ambiente fonológico subsequente (nasais; oclusivas; fricativas, laterais e vibrantes; vogais; silêncio) apenas os dois primeiros favorecem as formas reduzidas, exemplificadas em (14) e (15) abaixo:

(14) *êz deixa, a gente permite* (E 18)

(15) *e êz num deixava de jeito nenhum* (E23)

Os outros ambiente fonológicos não favorecem formas reduzidas.

A presença de *não* (realizado fonologicamente como “num”) após o pronome parece favorecer grandemente a forma reduzida, chegando a 78,5% de casos. Há aqui concomitantemente um fator morfossintático: a partícula negativa tem comportamento clítico, apoiando-se no V subsequente, hosp de FR e *neg*.

(16) *Eu acho que ês **num** tão querendo ter* (E20)

### 3.4.5. O fator estilo

A fim de contrapor fala das entrevistas e fala da mídia, apresento a seguir dados comparativos entre ambas, procurando verificar se está presente, nesta última, a variação em análise, isto é, se há estratificação estilística da FR pronominal.

A fala da mídia foi dividida em *noticiário* (notícias, comentários e similares) e *entrevista* (diálogo entre duas pessoas sobre um assunto determinado). A tabela 6 abaixo mostra a distribuição das FRs conforme o tipo de fala da mídia.

Tabela 6 - Número e percentagem da variante reduzida conforme o tipo de programa da mídia

	N	%
noticiário	2/29	6,8
entrevista	11/75	14,6
total	13/104	

Como se verifica, *noticiário* apresenta pequeno percentual de formas variantes, enquanto as *entrevista* apresenta índice mais elevado. Entretanto, tais dados ainda estão distantes dos percentuais das entrevistas sociolinguísticas (em torno de 29%).

O nível de formalidade parece influir, pois, na fala: quanto mais formal o estilo, menor o índice de FR; quanto mais informal a fala, maior o índice de FR.

Na mídia, o padrão *êz + V* para indeterminação do sujeito também se faz presente. Das 13 ocorrências de variante da tabela acima, 5 (38,46%) constituem casos de indeterminação do sujeito.

### 3.5. Conclusão

Formulada a hipótese de que as formas reduzidas poderiam estar preenchendo a posição de sujeito (cf. Tarallo, 1983 e outros) e feitos diversas análises qualitativas e quantitativas, chega-se à conclusão que os contextos de indeterminação do sujeito (suj+indet) e de duplo sujeito (DS) são os que mais favorecem a forma reduzida.

Outro resultado obtido refere-se à identificação de um possível locus de mudança com base no tempo aparente, observando-se a distribuição das formas reduzidas no masculino plural.

Com relação à escolaridade, verifica-se que quanto mais elevado o grau, menos as formas reduzidas são favorecidas.

Com relação à faixa etária (divisão em cinco faixas), verifica-se estabilidade. Entretanto, deve-se ressaltar o uso de formas reduzidas para preencher a posição de sujeito, quando o falante não quer determinar o referente.

## Referências Bibliográficas

CARDOSO, Eduardo A. *O Crioulo da Ilha de S. Nicolau e Cabo Verde*. Lisboa: Instituto Cultural de Língua Portuguesa, 1989.

CHAMBERS, J. K. *Sociolinguistic Theory*. Blackwell, Oxford: Cambridge, 1995.

CORRÊA, Lucas. T. *A forma clítica de pronome pessoal no dialeto mineiro: uma variante sociolinguística*. 1998. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.

COUTINHO, Ismael da Silva. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1954.

DUARTE, M. Eugênia. *A perda do princípio Evite Pronome n'ó PB*. 1995. Tese (Doutorado) - Unicamp, Campinas.

FONTANA, J. N. *Phrase Structure and the Syntax of Clitics in the History of Spanish*. 1993. Dissertation (PhD) - University of Pennsylvania, Philadelphia.

GALVES, Charlotte. O enfraquecimento da concordância no Português Brasileiro. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. p. 387-408.

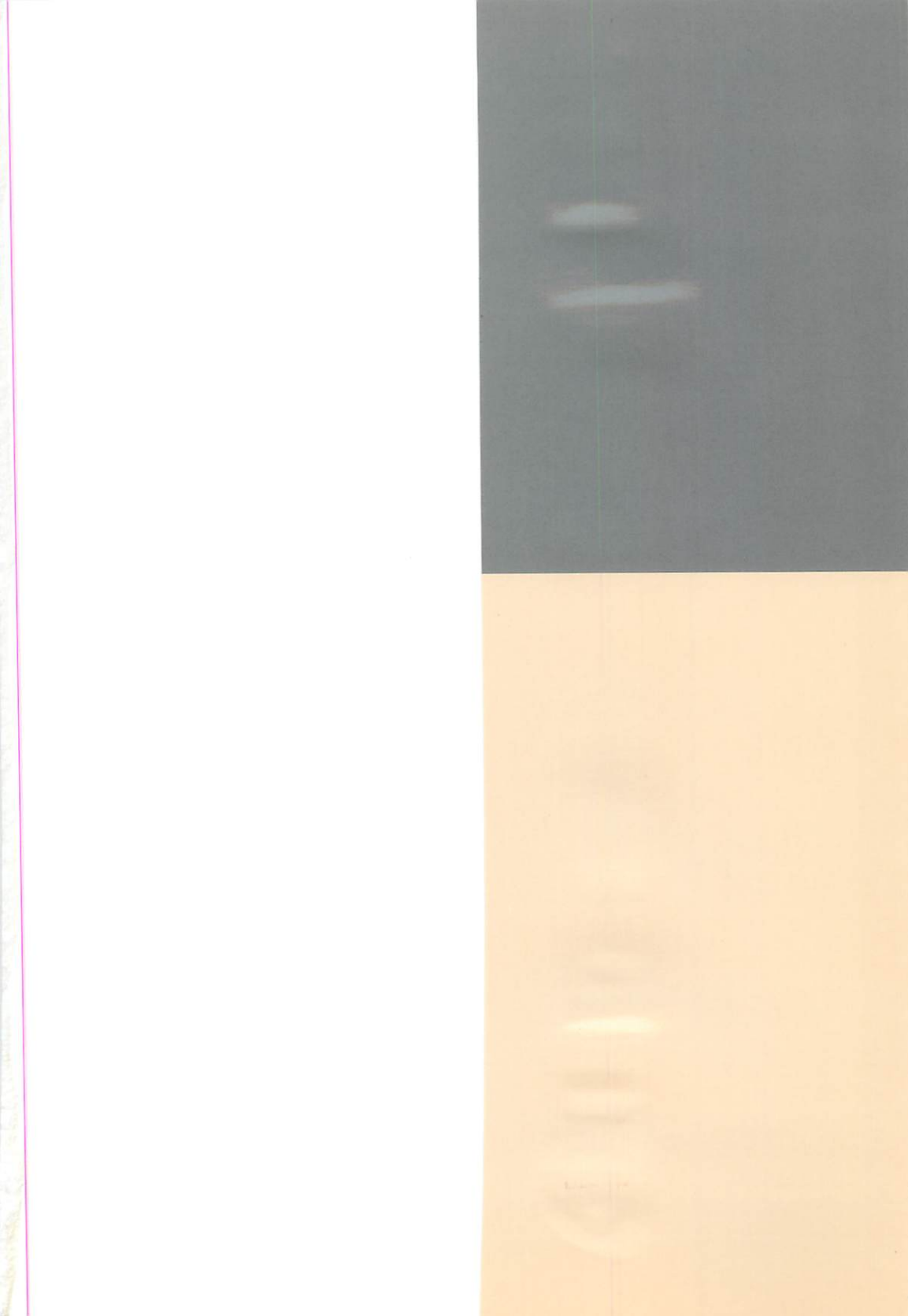
HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge Univ. Press, 1993.

KAYNE. *French Syntax: the transformational cycle*. Cambridge: MIT, 1975.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972a.



- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas Trecentistas: elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1991.
- MILROY, J. *Linguistic Variation & Change*. Blackwell: Oxford, 1992.
- NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic Phonology*. USA: Foris Publications, 1986.
- NUNES, José Joaquim. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. 4. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1951.
- PINTO, Ivone; FIORETT, Maria T. *Tutorial para o Pacote Varbrul*, 1992.
- PONTES, Eunice. *O tópic no português do Brasil*. Campinas: Pontes Ed., 1987.
- QUEIROZ, Sônia M. Melo. *A língua do negro da Costa*. Um remanescente africano em Bom Despacho. 1984. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- RICHARDS, et alii. *Dictionary of Language Teaching & Applied Linguistics*. England: Longman, 1995.
- SCHERRE, M. *Introdução ao Pacote Varbrul*. UFRJ, UnB, 1988.
- TARALLO, F. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. 1983. Dissertation (PhD) - University of Pennsylvania.
- VASCONCELOS, Leite de. *Lições de Filologia Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro, 1959.
- ZWICKY, A. Clitics and Particles. In: *Language*, 61, p. 283-305, 1985.
- ZWICKY; PULLUM. Cliticization vs Inflection: English n't. In: *Language*, 59, p. 502-513, 1983a.



ISBN 85-87470-30-2



9 788587 470300